



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

THIAGO MARIVALDO DA SILVA

**SECA, FÉ E RESISTÊNCIA:
COTIDIANO E IMAGINÁRIO DA SOBREVIVÊNCIA À SECA, NA
CIDADE DE FRONTEIRAS-PI (COMUNIDADE GARAPA), NA
SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX**

Picos-PI

2023

THIAGO MARIVALDO DA SILVA

**SECA, FÉ E RESISTÊNCIA:
COTIDIANO E IMAGINÁRIO DA SOBREVIVÊNCIA À SECA, NA
CIDADE DE FRONTEIRAS-PI (COMUNIDADE GARAPA), NA
SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como exigência parcial para obtenção do diploma do Curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Federal do Piauí/ Campus Senador Helvídio Nunes de Barros.

Orientador: Prof. Dr. Raimundo Nonato Lima dos Santos.

FICHA CATALOGRÁFICA
Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí
Biblioteca José Albano de Macêdo

S586s Silva, Thiago Marivaldo da

Seca, fé e resistência : cotidiano e imaginário da sobrevivência à seca, na cidade de Fronteiras - PI (comunidade Garapa), na segunda metade do século XX [recurso eletrônico] / Thiago Marivaldo da Silva - 2023.

106 f.

1 Arquivo em PDF

Indexado no catálogo *online* da biblioteca José Albano de Macêdo-CSHNB

Aberto a pesquisadores, com restrições da Biblioteca

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Piauí, Licenciatura Plena em História, Picos, 2023.

“Orientador : Prof. Dr. Raimundo Nonato Lima dos Santos”

1. História - antropologia. 2. História - memória. 3. Seca. 4. Imaginário.
5. Fronteiras – PI. I. Santos, Raimundo Nonato Lima dos. II. Título.

CDD 981.812 2



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
 Campus Senador Helvídio Nunes de Barros
 Coordenação do Curso de Licenciatura em História
 Rua Cícero Duarte Nº 905. Bairro Junco CEP 64600-000 – Picos-Piauí
 Fone: (89) 3422 2032 e-mail: coordenacao.historia@ufpi.br

ATA DE DEFESA DE MONOGRAFIA

Aos vinte e três (23) dias do mês de março de 2023, no Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, da Universidade Federal do Piauí, por meio da plataforma digital Google Meet, reuniu-se a Banca Examinadora designada para avaliar a Defesa de Monografia de **THIAGO MARIVALDO DA SILVA** sob o título **SECA, FÉ E RESISTÊNCIA: COTIDIANO E IMAGINÁRIO DA SOBREVIVÊNCIA À SECA, NA CIDADE DE FRONTEIRAS-PI (COMUNIDADE GARAPA), NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX.**

A banca constituída pelos professores:

Orientador: Prof. Dr. Raimundo Nonato Lima dos Santos

Examinador 1: Prof. Dr. Fernando Muratori Costa

Examinador 2: Prof. Ms. José Luís de Barros Guimarães

Deliberou pela **APROVAÇÃO** do (a) candidato (a), tendo em vista que todas as questões foram respondidas e as sugestões serão acatadas, atribuindo-lhe uma média aritmética de **10,0.**

Picos (PI), 23 de agosto de 2023.

Orientador (a):

Raimundo Nonato Lima dos Santos

Examinador (a) 1:

[Assinatura]

Examinador (a) 2:

[Assinatura]

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a Deus. Pelos cuidados que sempre tem tido para comigo. Pela oportunidade de estar hoje produzindo esse trabalho. Pela força que tem me mantido firme mesmo diante dos obstáculos.

Agradecer a minha família. Em especial, aos meus pais, Marivaldo Matias da Silva, por sempre fazer o possível para viabilizar minha educação, por me incentivar, por se empenhar em sempre proporcionar o melhor a nossa família, por ser presente e por tanto me ensinar. E à minha mãe, Querobina Francisca da Silva, por me proporcionar suporte, por cuidar de mim, pela preocupação e pelo empenho.

Pai e Mãe, obrigado, sem vocês isso não seria nem próximo de ser conquistado. Vocês foram minha base durante todos esses anos.

À minha irmã, Vanessa Maria da Silva.

Ao meu irmão, Renan Marivaldo da Silva, a quem tenho muito apreço e a quem me motiva a ser melhor a cada dia.

À minha companheira, Ana Radijia Pereira Rodrigues, por estar sempre ao meu lado e me dar suporte emocional nos momentos difíceis do curso, quando me encontrava sobrecarregado com as rotinas de estudo e trabalho. Você me trouxe calma, em meio ao turbilhão universitário.

À minha avó, Maria Vitalina de Jesus Silva, por conceder entrevista a minha pesquisa e enriquece-la com suas memórias.

A meu avô, Matias Joaquim da Silva, pelos muitos relatos contados e que serviram de fontes históricas para minha monografia.

Ao meu tio, Ângelo Amaro da Silva, por generosamente colaborar com o meu estudo e acrescentar suas preciosas lembranças.

Ao senhor José Honorato da Silva, por prontamente aceitar ser entrevistado para o meu trabalho, compartilhando suas experiências de vida.

Ao Professor Doutor Raimundo Nonato Lima dos Santos, pela paciência e por me orientar tão bem nessa jornada. Foi um prazer ser seu aluno e partilhar boas experiências com o senhor.

A todos os meus colegas de curso e aos muitos professores, que tanto agregaram nessa jornada.

Gratidão a todos vocês.

Setembro passou
Outubro e Novembro
Já tamo em Dezembro
Meu Deus, que é de nós
Assim fala o pobre
Do seco Nordeste
Com medo da peste
Da fome feroz

(Patativa do Assaré)

RESUMO

A seca no Nordeste do Brasil, historicamente, perpassa gerações e perdura como um elemento negativo, recorrente na trajetória do povo dessa região. Em consonância com esse evento climático, problemáticas catastróficas assolaram a vida do homem do campo. Nesse sentido, o presente trabalho versa sobre o estudo do cotidiano e do imaginário dos moradores do povoado Garapa, localizada na zona rural do município de Fronteiras, no estado do Piauí, na segunda metade do século XX. Assim, a pesquisa busca compreender as formas de trabalho e de ocupação de terra do povoado Garapa, o cotidiano e a resistência dos sujeitos que lá viveram, bem como, o imaginário alicerçado nos episódios de seca na região, sobretudo, no que se refere a prática das ditas “experiências”, preces e rituais para a obtenção de chuva. O trabalho faz uso da metodologia da história oral, para produção e análise de relatos orais de alguns sujeitos da comunidade que viveram períodos de seca delicados, aos quais utilizaremos como fontes principais. As reflexões teóricas se fundamentam nos estudos de Ecléa Bosi (2003), Michael Pollak (1989), Marilena Chauí (1995), Norberto Bobbio (1997), para as questões de memória; Sônia Freitas (2006), para as compreensões acerca da História Oral; e Robert Darnton (1984), para as discussões acerca de antropologia e imaginário. O trabalho discutiu a questão da seca na região do povoado Garapa, identificou as formas de trabalho e ocupação de terras dos moradores da comunidade, verificou as práticas cotidianas da localidade acerca da sobrevivência frente aos períodos de seca mais severos e compreendeu as práticas religiosas, ritos e as ditas “experiências”, hábitos condicionados pela seca e presentes no imaginário dos garapenses.

Palavras-chave: História e Antropologia; História e Memória; Seca; Imaginário; Fronteiras-PI.

ABSTRACT

The drought in Northeast Brazil, historically, permeates generations and remains a negative element, recurrent in the trajectory of the people of that region. In consonance with this climatic event, catastrophic problems devastated the life of the rural man. In this sense, the present work deals with the study of the daily life and the imagination of the residents of the Garapa village, located in the rural area of the municipality of Fronteiras, in the state of Piauí, in the second half of the 20th century. Thus, the research seeks to understand the forms of work and occupation of land in the Garapa village, the daily life and resistance of the subjects who lived there, as well as the imaginary grounded in episodes of drought in the region, especially with regard to practice of the so-called “experiences”, prayers and rituals to obtain rain. The work makes use of the methodology of oral history, for the production and analysis of oral reports of some subjects of the community that lived periods of delicate drought, which we will use as main sources. The theoretical reflections are based on the studies of Ecléa Bosi (2003), Michael Pollak (1989), Marilena Chauí (1995), Norberto Bobbio (1997), for memory issues; Sônia Freitas (2006), for understandings about Oral History; and Robert Darnton (1984), for discussions about anthropology and imagery. The work discussed the issue of drought in the Garapa village region, identified the forms of work and occupation of land by the residents of the community, verified the daily practices of the locality regarding survival in the face of the most severe periods of drought and understood the religious practices, rites and the so-called “experiences”, habits conditioned by the drought and present in the imagination of Garapenses.

Keywords: History and Anthropology; History and Memory; Dry; Imaginary; Borders-PI.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01: Localização da cidade de Fronteiras-PI (em destaque).	31
Figura 02: Sesmaria concedida a Rita Álvares dos Reis.	35
Figura 03: Sesmaria concedida a Rita Álvares dos Reis.	35
Figura 04: Local onde teria começado a formação do núcleo populacional da futura cidade de Fronteiras-PI. Em destaque a Igreja Nossa Senhora do Perpétuo Socorro e algumas residências.	36
Figura 05: Açude público Barreiras, Fronteiras-PI.	38
Figura 06: Comunidade Garapa em destaque no mapa do município de Fronteiras – PI.	42
Figura 07: Arado do senhor Matias Joaquim da Silva.	44
Figura 08: Local desmatado sobre solo, majoritariamente, rochoso para o plantio de culturas tais como feijão e milho.	46
Figura 09: Plantação de milho do senhor Matias Joaquim da Silva.	48
Figura 10: Documento de compra de posse de terra do senhor Amaro Raimundo da Silva.	53
Figura 11: Macambira em meio a vegetação seca do sertão.	58
Figura 12: Mandacaru em meio a vegetação seca.	59
Figura 13: Ancas do senhor Matias Joaquim da Silva.	68
Figura 14: Semente da mucunã.	73
Figura 15: Gorgulho no feijão.	75
Figura 16: Tubo do senhor Matias Joaquim.	77
Figura 17: Rebanho bebendo água na barragem do Garapa.	83
Figura 18: Saracura-três-potes (<i>Aramides cajaneus</i>).	95

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Cronologia das secas no Nordeste.....	23
Tabela 02: Ocorrência do el niño no século XX.	29
Tabela 03: Valor do salário mínimo no Brasil entre Ago. 1993 a Fev. 1994.....	86

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. A SECA NO PIAUÍ NO SÉCULO XX.....	19
1.1. Definindo a seca.....	19
1.2. A história da seca no Piauí.....	22
1.3. O fenômeno <i>el niño</i> e a seca no Piauí.....	28
2. NAS FRONTEIRAS DO GARAPA.....	31
2.1. Fronteiras-Piauí.....	31
2.2. A seca em Fronteiras-PI.....	38
2.3. Garapa.....	42
2.4. Formas de trabalho na comunidade Garapa.....	43
2.5. Formas de ocupação de terra na comunidade Garapa.....	51
3. A SECA NA COMUNIDADE GARAPA: COTIDIANO E IMAGINÁRIO	57
3.1. A resistência da pecuária	57
3.2. A sobrevivência em tempos de seca no Garapa.....	65
3.3. Garapa, um caminho de retirantes	79
3.4. As frentes de trabalho no povoado Garapa.....	83
3.5. O imaginário da seca na comunidade Garapa.....	88
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	101
REFERÊNCIAS.....	103

INTRODUÇÃO

Seca. Um termo designado a significar, de forma ampla, aquilo que não se encontra umedecido, ausente de umidade, enxuto, mas que, após séculos, fora moldada para retratar períodos com pouca ocorrência de chuva. No Nordeste do Brasil, a palavra atravessa gerações e lapida-se mediante a passagem do tempo, ganhando sentido, força e sentimento. Sentimento esse, raramente sentido pelo sulista, que se estabelece mais a sul do país e é melhor contemplado pela dádiva celeste, pois “o sul do Brasil, devido à sua localização latitudinal, sofre mais influência dos sistemas de latitudes médias, onde os sistemas frontais são os principais causadores de chuvas durante o ano” (MENDEIROS et.al, 2013, p. 1.464).

A seca, resiste ao tempo, recorre de tempos em tempos, retorna de forma aleatória. De outro modo, os significados a ela atribuídos, os sentidos relacionados ao termo, o medo, proveniente das histórias que vivem e revivem, se perpetuando no imaginário popular e na memória coletiva, recorrem com mais frequência. Diferente dos períodos de seca, estes estão sempre presentes, e convivem de forma inerente a identidade do sertanejo nordestino. O termo, como dito, ganha nova roupagem na região Nordeste, passando a ser sinônimo de fome, sede, dificuldade, medo, insegurança, tristeza, saudade. Dentre diversos outros aos quais poderíamos mencionar, a ótica nordestina reconstrói os significados do que é a seca.

No estado do Piauí, obviamente, esse cenário se alicerça de forma muito firme. Nosso interesse está nesse estado, mais precisamente na cidade de Fronteiras, e afinando mais o nosso horizonte, buscaremos entender de forma mais profunda os elementos acima mencionados, analisando uma pequena povoação no interior dessa cidade: a comunidade Garapa. Com cerca de 150 habitantes, esse pequeno espaço rural, pobre em área e moradores, mas rica em histórias e memórias, será o centro e o foco do nosso trabalho.

Nesse sentido, cabe salientar que em pesquisa exploratória inicial, não foi constatado a existência de documentos, imagéticos ou audiovisuais sobre o povoado. Há a existência de alguns documentos, tais como escrituras de terra, registros de nascimento, casamento, entre outros. No entanto, não evidenciamos a presença de documentos que se preocupem exclusivamente com a escrita da história do local, ficando a sua conservação, majoritariamente, a par da história oral.

Entretanto, isso não servirá como um empecilho significativo para o transcorrer da presente pesquisa, pois como afirma Michael Pollak (1992), “não há diferença fundamental entre fonte escrita e fonte oral”. A crítica da fonte, tal como todo historiador aprende a fazer, deve, a meu ver, ser aplicada a fontes de tudo quanto é tipo. Desse ponto de vista, a fonte oral

é exatamente comparável à fonte escrita” (POLLAK, 1992, p. 8). Além desse autor, Sônia Maria de Freitas (2006), destaca que

Segundo Maria Isaura P. Queiroz (1983: 91), as “histórias de vida e depoimentos pessoais, a partir do momento em que foram gerados passam a constituir documentos como quaisquer outros, isto é, definem-se em função das informações, indicações, esclarecimentos escritos ou registrados, que levam a elucidar de determinadas questões e funcionam também como provas”. (FREITAS, 2006, p. 46).

Havendo então essa semelhança, destacada pelos autores, não há a necessidade de preocupações quanto a ausência de escritos referentes exclusivamente à história da comunidade.

Nesse sentido, por mais que Ecléa Bosi (2003), mencione que “A memória dos velhos pode ser trabalhada como um mediador entre a nossa geração e as testemunhas do passado [...] e que existe a transmissão de valores, de conteúdos, de atitudes” (BOSI, 2003, p.15), talvez caiba pensar que os documentos escritos detenham uma maior preservação com o passar do tempo, e devido a história do local ser hegemonicamente preservada pela oralidade, essa história perca muito da sua unidade no transcorrer do tempo. Podemos pensar que se percam relatos, se esqueçam trajetórias, escapem a preservação frente ao transcorrer das décadas. Por isso, a presente pesquisa tem como um dos seus objetivos, a garantia de uma maior preservação da história do povoado Garapa.

Com relação a justificativa que influenciou a escolha desse tema e a pesquisa como um todo, destaco a seguinte ocasião. O povoado ao qual debruçamos a nossa análise fez parte da minha vida. Foi o lugar ao qual passei boa parte da minha infância. Muitas histórias foram absorvidas através da observação das narrativas dos indivíduos de maior idade da comunidade. Sempre me interessei por suas experiências de vida, as muitas dificuldades para sobreviver às problemáticas da seca, principalmente a fome e a escassez de água. Além disso, me causava fascínio os elementos metafísicos relacionados a falta e necessidade da chuva no local.

Deste modo, a análise do cotidiano e o imaginário da seca são os principais pilares desta pesquisa. Além disso, enquanto descendente destes sobreviventes, vejo-me na necessidade de retratar a força desses sujeitos perante a vida difícil e sofrida do sertão nordestino, bem como, o rico imaginário moldado a partir desses tristes episódios. Outrossim, dar voz e vez a essas pessoas, permitir que possam retratar suas vivências e histórias, vivenciadas fora dos palcos dos grandes centros urbanos e dos grandes acontecimentos e sujeitos políticos, e que por tanto tempo estiveram na periferia dos estudos históricos, sem

qualquer tipo de representatividade na academia e ignorados quase que completamente aos olhares historiográficos, torna-se uma das principais motivações do emergir dessa monografia. Pois como menciona Sônia Freitas (2006),

[...] é pela oportunidade de recuperar testemunhos relegados pela História que o registro de reminiscências orais se destaca, pois permite a documentação de pontos de vista diferentes ou opostos sobre o mesmo fato, os quais, omitidos ou desprezados pelo discurso do poder, estariam condenados ao esquecimento. (FREITAS, 2006, p. 47).

Foi pensando nessa problemática que traçamos o enredo da presente pesquisa. Preocupando-se em manter viva a história da comunidade para as próximas gerações, filhos da terra que necessitam conhecer o passado do seu lugar, bem como, apresentar a localidade e sua história à academia e aos que possam ter acesso e interesse neste trabalho. Nesse sentido, buscamos respostas para questões relevantes.

Por isso, elencamos objetivos fundamentais para este propósito, como: Analisar as formas de trabalho e as tecnologias atribuídas às atividades laborais na comunidade Garapa durante na segunda metade do século XX; Investigar as circunstâncias e os processos relacionados às ocupações de terra na comunidade Garapa; Compreender o cotidiano dos homens e mulheres que viviam na comunidade Garapa durante os períodos mais críticos de seca; Identificar as estratégias de resistência adotadas pelos sujeitos da comunidade Garapa para enfrentar as adversidades decorrentes da falta de chuva; Analisar como a seca influenciava o imaginário dos indivíduos que habitavam o Garapa; Explorar as experiências, preces e rituais que surgiam entre os moradores do Garapa em decorrência da seca, investigando sua natureza, significado e relevância.

O enfoque desta pesquisa é compreender o impacto da seca na comunidade Garapa, explorando o imaginário e os efeitos devastadores que esses períodos causam. Busca-se investigar como as pessoas da comunidade experimentam e sentem na pele as consequências dessas condições climáticas adversas. Além disso, um dos objetivos centrais é analisar as estratégias de sobrevivência e resistência desenvolvidas pela comunidade para lidar com os efeitos severos da falta de chuva.

Nos concentramos na compressão do imaginário dos sujeitos e na influência dessas percepções na mentalidade da comunidade. Pretende-se examinar os significados atribuídos à seca e como essas percepções moldam as atitudes, comportamentos e estratégias de adaptação adotadas pelos moradores do Garapa. Por meio de uma análise profunda das metodologias de sobrevivência e resistência, busca-se entender como a comunidade enfrenta os desafios trazidos pela escassez de chuva. Assim, a pergunta fundamental deste estudo é: Como é a

experiência de sentir na pele os efeitos devastadores da seca na comunidade Garapa e quais são as estratégias desenvolvidas para sobreviver e resistir a esses desafios?

Destacamos, além disso, que a nossa pesquisa está inserida, também, no campo da História Agrária. No decorrer do texto buscaremos entender quais eram as práticas agrícolas da região, e como essas práticas condicionavam o cotidiano dos garapenses. Buscaremos saber as principais tecnologias que englobavam os manejos de subsistência da região, os espaços destinados aos plantios e colheitas, bem como a sua geografia, além do pertencimento das terras cultivadas. Nesse sentido, Maria Yedda Linhares (1997), em “*História agrária*”, sintetiza “A história da agricultura [...] como parte da história das ciências e das técnicas, cuja ênfase recai sobre as forças produtivas (meio ambiente, superfície cultivada, tecnologia agrícola, população).” (LINHARES, 1997, p. 247,248). Além disso, a referida autora destaca que a “[...] agricultura como processo produtivo engloba os três fatores antes citados: a terra (meio ambiente natural), os homens (a população, o peso da demografia) e as técnicas (as forças produtivas, no sentido restrito).” (LINHARES, 1997, p. 248).

Quanto à metodologia utilizada, podemos mencionar a seguinte questão. Como o trabalho tem como recorte temporal a segunda metade do século XX, e como a comunidade não dispõe de fontes documentais acerca da sua história, optamos pelo auxílio da História Oral. Para as discussões acerca de História oral e Memória, evocamos Ecléa Bosi (2003), Michael Pollak (1992) e Sônia Freitas (2006). Autores que ajudarão no processo de resposta às nossas perguntas norteadoras, além, claro, das fontes orais as quais tivemos acesso.

Confluindo esses elementos supracitados, temos o manuseio de uma história recente, com a utilização de sujeitos vivos e os seus relatos orais. Nesse sentido, Ecléa Bosi (2003), destaca que “Quando se trata da história recente, feliz o pesquisador que se pode amparar em testemunhos vivos e reconstruir comportamentos e sensibilidades de uma época” (BOSI, 2003, p.17).

Além disso, como o trabalho se materializa usando como base o estudo dos sentidos e significados da seca para os moradores do Garapa, buscaremos apoio na antropologia. Desse modo, em síntese, o presente estudo está inserido nos campos temáticos da história antropológica, bem como, da história oral e da memória.

Referente ao campo da antropologia e imaginário, buscaremos alicerce nas escritas de um relevante historiador norte-americano da área, Robert Darnton (1984), em obras de sua autoria, como “*O grande massacre de gatos: e outros episódios da história cultural francesa*” e “*O Beijo de Lamourette*”. Veremos, no decorrer da escrita desses trabalhos, que Robert Darnton (1984), busca, entre outros fatores, sob o olhar de eventos específicos, e com um

olhar profundo na mentalidade dos sujeitos estudados, retratar os significados e os sentidos por trás de eventos que, aos olhos de muitos podem passar despercebidos, mas que historicamente e antropologicamente falando, podem representar o pensamento de todo um povo, país e época.

Entendemos, com Robert Darnton (1984), que um evento histórico carrega consigo muitas representações do imaginário e da mentalidade da sociedade em que ocorre. Com o fenômeno da seca não é diferente. Esse evento, muitas vezes marcante, terrível, catastrófico e genocida, desenvolve, na mente dos que a enfrentam, muitas representações e sentidos. É justamente esses significados que pretendemos nos debruçar, debatendo a mentalidade e o imaginário da seca, fazendo uso de métodos antropológicos, tais como os utilizados por Robert Darnton (1984). Em síntese, o que se busca aqui é entender a cultura moldada pela seca na comunidade em estudo, estabelecendo a compreensão dos símbolos e significados desse evento para esses sujeitos. A junção da história e da antropologia no presente trabalho é algo evidente. Robert Darnton (1984) nos fala sobre a importância e as consequências dessa junção, quando diz que,

O contato entre a história e a antropologia foi benéfico para ambas, na medida em que oferecem vias complementares de atingir o mesmo objetivo: a interpretação da cultura. Além disso, a antropologia oferece ao historiador algo que o estudo da mentalité não conseguiu apresentar: uma concepção coerente da cultura, que foi definida por Clifford Geertz como – um modelo historicamente transmitido de significados encarnados em símbolos. (DARNTON, 1990, p.116).

Como dito de antemão, o trabalho se alicerça, também, no campo da história oral, haja vista o entendimento da mentalidade e práticas destes sujeitos a partir da ida a campo e a efetivação de entrevistas. Ao fazer uso da história oral, compreendemos, assim como Lucilia Delgado (2016), em “*História Oral*”, que “A história oral é uma metodologia primorosa voltada à produção de narrativas como fontes do conhecimento, mas principalmente do saber” (DELGADO, 2016, p. 23). E é este saber, referente ao entendimento da seca e as suas representações na vida dos garapenses, que buscaremos salientar através da oralidade e da memória desses indivíduos. O saber acerca dos elementos culturais se origina e se modifica a partir das dificuldades enfrentadas por esses sertanejos nordestinos. Pretendemos, assim, “significar experiências vividas, que não retornam mais” (GROSSI; FERREIRA, 2001, p. 30).

Desse modo, o que se pensa a partir da construção desse trabalho é a análise da memória da seca através desses indivíduos. Esses sujeitos, por meio das suas memórias individuais e coletivas, significaram a vivência da seca. Cabe, nesse sentido, salientar a importância da memória nesse cenário de construção de significações, pois “a memória é uma

evocação do passado. É a capacidade humana de reter e guardar o tempo que se foi, salvando-o da perda total” (CHAUI, 1995, p. 125). Assim, estabelecemos a importância da presente pesquisa: a necessidade crucial de reter e guardar esse conhecimento, pois fizera parte da vida desses sujeitos, os representa e os menciona na história como peças importantes de um todo, como menciona Sônia Freitas (2006), “A maior potencialidade deste tipo de fonte (Oral) é a possibilidade de resgatar o indivíduo como sujeito no processo histórico” (FREITAS, 2006, p. 49).

A memória dos garapenses ainda relata uma vasta e rica cultura que emana e se enraíza nas vidas sofridas dos sujeitos que dia após dia resistiam aos açoites da seca. Buscamos, desta forma, viabilizar, acima de tudo, a representação da identidade desses sujeitos, pois “Na rememoração reencontramos a nós mesmos e a nossa identidade, não obstante muitos anos transcorridos, os mil fatos vividos” (BOBBIO, 1997, p. 16). Destacamos, assim, a “importância da memória como suporte construtor de identidades e solidificador das consciências” (DELGADO, 2016, p.16), bem como a importância desse trabalho na construção desses elementos supracitados.

Para tal, utilizamos a ajuda do Agente de Saúde da comunidade, o Sr. Marivaldo Matias da Silva, a fim de obter dados quantitativos acerca dos moradores da região, acima de 60 anos, bem como o local da residência de cada um. Nesse sentido, fora feito um levantamento referente aos dados solicitados, com uma lista de nomes e conseqüentemente, possíveis entrevistados. Após isso, efetuamos a seleção de 04 (quatro) pessoas para aplicarmos o questionário de perguntas referentes ao objetivo da pesquisa. Os entrevistados foram: O senhor José Honorato da Silva, de 87 anos, nascido no dia 26 de outubro de 1935; o senhor Matias Joaquim da Silva, de 78 anos, nascido 05 de maio de 1944; a senhora Maria Vitalina de Jesus Silva, de 78 anos, nascida no dia 02 de maio de 1944; o senhor Ângelo Amaro da Silva, de 68 anos, nascido no dia 16 de dezembro de 1954. Todos os entrevistados ainda residem na comunidade, lugar em que passaram toda a sua vida.

Com relação aos autores utilizados para tratar da cidade de Fronteiras-PI, destacamos o uso dos escritos do fronteirense Edgar Pereira (1982), em sua obra “*Macambira em floração*”. O autor traz boas contribuições no que diz respeito à história da cidade. Além dessa fonte, destacamos, também, a jornalista Nívia dos Santos Bezerra Ribeiro (2014), no web documentário “*Sobre fronteiras: memórias de uma cidade piauiense*”, de sua autoria.

O trabalho foi estruturado em três capítulos. No primeiro, intitulado “**A seca no Piauí no século XX**”, trabalharemos a seca no estado do Piauí de uma forma mais geral. Estudando e buscando compreender a história da seca no estado, especificamente, no século

XX. Serão tratados, nesse momento do trabalho, aspectos como os municípios mais atingidos pela seca, os períodos pelos quais esses episódios tiveram mais força, os efeitos causados pela ocorrência das estiagens, bem como a presença ou a ausência de ações governamentais, em âmbito federal, estadual e/ou municipal.

O segundo capítulo, intitulado “**Nas fronteiras do Garapa**” buscaremos discutir alguns aspectos histórico-geográficos da comunidade. Veremos as maneiras pelas quais os trabalhos eram evidenciados no local, a partir de quais práticas os garapenses desempenhavam seus afazeres relacionados ao trabalho, bem como, desenvolver uma análise sobre a ocupação de terra na região e como eram estabelecidas. Além disso, compreender o cotidiano da comunidade a partir dos seus afazeres diários, sobretudo, em momentos de seca.

O terceiro capítulo, intitulado “**O imaginário sobre a seca no povoado Garapa**”, por sua vez, trata-se do enfoque desta pesquisa. Nele, trabalharemos com as muitas formas de sobrevivência e resistência aos períodos de seca na região, as dificuldades em se conseguir elementos básicos como o alimento e a água, as dificuldades relacionadas a esses momentos. De outro modo, buscamos entender o imaginário dos sujeitos que viveram esses períodos na comunidade, a forma pela qual a seca lapidava a mentalidade do povoado e, também, as práticas religiosas, os ritos e as ditas “experiências” relacionadas à falta de chuva.

1. A SECA NO PIAUÍ NO SÉCULO XX

Neste capítulo buscaremos entender, brevemente, a história da seca no estado do Piauí. Através de dados quantitativos e qualitativos, analisaremos quais os anos de maior incidência desse fenômeno e com que frequência aconteceram, sobretudo, no século XX. Não obstante, faz-se necessário, antes de adentrarmos de forma mais profunda na discussão acerca da seca no Piauí, durante o século XX, que vejamos, *a priori*, algumas definições referentes à seca, de que maneiras alguns autores de relevância na área caracterizam o termo e o fenômeno em discussão. Além disso, *a posteriori*, procuraremos assumir um caminho que se afunile até a questão da seca no Piauí. Buscaremos, nesse sentido, contextualizar esse evento climático com os relatos produzidos a seu respeito, bem como, afinar as nossas observações sobre o Piauí, no século XX, debate que é o foco da discussão do presente capítulo.

1.1. Definindo a seca

O conceito de seca assume certa subjetividade, na medida em que é enxergado de maneiras diferentes a partir de diversas visões e contribuições científicas. Assim sendo, o primeiro autor que nos ajudará a conceituar este fenômeno natural é o historiador Fernando de Sousa Cruz (2017), com a obra “*A seca em Picos – Piauí nos anos de 1979 a 1985*”. Nesse estudo ele explica que a seca se trata de um fenômeno natural, marcadamente estabelecido através da escassez dos recursos hídricos, bem como, a predestinação da região Nordeste em enfrentar a problemática.

A seca é um processo que perdura em algumas regiões do nosso planeta há bilhões de anos. Caracterizada pela ausência de recursos hídricos para diversas formas de utilização, ela é resultante dos fenômenos naturais, os quais ocorrem com peculiaridade nos processos regidos pela natureza. No Brasil, esse fenômeno acontece com maior frequência na Região Nordeste, que possui um clima semiárido, cuja seca assola boa parte da região. (CRUZ, 2017, p. 19).

O historiador cearense Manuel Domingos Neto (1983), que inclusive fora deputado federal do Piauí entre os anos de 1987-1991, em sua obra “*Seca seculorum: flagelo e mito na economia rural piauiense*”, explica que

A linguagem corrente consagrou o termo “seca” para designar este flagelo social. O termo está ligado ao comportamento do clima, mas, de fato, contém uma significação bem mais ampla e complexa que a simples falta ou irregularidade de chuvas. Transcende da mesma forma e amplamente, aos episódios dos flagelos sociais. (DOMINGOS NETO, 1983, p. 15).

O referido historiador, pensa a seca não como apenas um elemento climático, físico e que se resume, estreita e resumidamente a ausência de chuvas em um determinado período médio ou longo. Diferente disso, o autor analisa esse fenômeno como algo que transcorre o mundo físico, material, palpável, e insere-se no meio social, nas percepções e sentidos individuais e coletivos.

Outro autor que busca explicar a seca no Nordeste é o historiador e geógrafo pernambucano Manuel Correia de Andrade (1998), em seu livro “*A Terra e o Homem do Nordeste*”, onde argumenta que,

Há dois tipos de seca no Nordeste, a anual, que dura de sete a oito meses, correspondendo a um longo período de estio entre dois períodos chuvosos de três a quatro meses, e que não se constitui um grande problema, de vez que o sertanejo já está adaptado a ela e dispõe de reservatórios d’água que dão para atravessar este período. Ao lado desta existem secas periódicas, de difícil previsão e que se efetivam quando em um período normalmente chuvoso – dezembro a março – não caem às chuvas esperadas, fazendo com que aquele período seco de sete a oito meses se estenda por dois e às vezes três a quatro anos. (ANDRADE, 1986, p.126).

Manuel Correia Andrade (1998), contextualiza as maneiras pelas quais a seca se evidencia no Nordeste e, obviamente, no Piauí. Como dito em suas entrelinhas, a seca é variável, ora se intensifica, ora se ameniza. Essas variantes são manuseadas por um fator específico: o tempo de duração.

Em boa parte do Piauí, sobretudo na região leste, referente ao posicionamento geográfico do município de Fronteiras, “As chuvas de pré-estação ocorrem a partir da segunda quinzena de novembro e se prolongam até abril, sendo o seu trimestre chuvoso em janeiro, fevereiro e março”¹ (MENDEIROS et.al, 2013, p. 1.464). Como dito, o período que de fato gera chuvas significativas no local resume-se entre janeiro e março. Assim sendo, temos nesse cenário, cerca de 30% do ano destinado a chuvas de expressão significativas, enquanto os 70% restantes ficam a par de chuvas sem muita expressão, sendo a sua maioria acometido de um período completamente ausente de precipitações (geralmente de maio a meados de novembro).

No entanto, frente a esse cenário que comumente se repete, salvo algumas pequenas variáveis, há, historicamente, a ocorrência de anos em que perdura a ausência de chuvas durante o período em que teria de ter a incidência de chuvas volumosas e significativas. É

¹ Dados retirados do trabalho de Raimundo Mainar de Mendeiros et.al. “Variabilidade pluviométrica entre regimes diferenciados de precipitação no estado do Piauí”. In. Revista Brasileira de Geografia Física v.06, n.05 (2013) 1463-1475. No referido artigo, os autores trazem dados meteorológicos importantes acerca da cidade de Pio-IX-PI, cidade vizinha de Fronteiras-PI, estando na mesma região do Nordeste e condizendo, ambas, com aspectos climatológicos, entre estes, o período de chuva, ao qual citamos.

nestes episódios marcados por expressiva gravidade e elevado impacto emocional, em que o sertanejo nordestino experimenta uma situação de adversidade, decorrente da intensificação da escassez hídrica, que nossa pesquisa se dedica a investigar os aspectos fundamentais que fundamentam a vivência de sofrimentos nesse contexto.

Continuando nossa discussão sobre conceitos teóricos acerca da seca no Piauí, José Nilson Bezerra Campos e Ticiania Marinho de Carvalho Studart, referências na área de estudos hídricos na região Nordeste do Brasil, salientam que

O conceito de seca está intimamente relacionado ao ponto de vista do observador. Embora a causa primária das secas resida na insuficiência ou na irregularidade das precipitações pluviais, existe uma sequência de causas e efeitos no qual o efeito mais próximo de uma seca torna-se a causa de um outro efeito e esse efeito passa a ser denominado também de seca. (CAMPOS; STUDART, s.d., p. 3).

O que os dois autores querem nos mostrar é que a seca, diferentemente do que de antemão nos elucidou Manuel Correia de Andrade, não se resume a duas vertentes apenas, mas a quatro, que por sua vez, estão intituladas e relacionadas da seguinte maneira: 1) a **seca climatológica** que, por seu turno, trata-se da base do processo que aglomera as demais secas, existindo como causa inicial. Esta, refere-se a um período ao qual a média anual pluviométrica não fora atingida, fugindo da normalidade e trazendo prejuízos, complicações e prejudicando na produção agrícola e abastecimento de água para quaisquer fins necessários; 2) a **seca edáfica** que por sua vez, refere-se a uma consequência da seca climatológica, e está ligada ao eminente processo de secura do solo, atrapalhando a agricultura e dificultando ou impossibilitando a manutenção de reservas de água para a sobrevivência nos meses de ausência de chuvas, citados acima. Esse tipo de seca, segundo Campos e Studart, é a principal e pior seca possível, pois desemboca na terceira seca analisada pelos autores; 3) a **seca social**, esta, estabelece fatores problemáticos tanto ligados a economia, como a perda de animais e plantações, como na indubitável iminência da fome, da sede, da migração, entre outros sérios problemas sociais; e, por fim, 4) a **seca hidrológica**, essa, por sua parte, é respectiva a drástica diminuição, ou até mesmo, o completo esgotamento de reservatórios de água diversos, nos locais afetados.

A seca hidrológica, ou seja, o parcial ou total colapso dos recursos hídricos, se evidenciara na região ao qual o nosso trabalho se preocupa em analisar (povoado Garapa, no município de Fronteiras-PI), bem como, as demais espécies de seca destacadas pelos autores mencionados acima. Discutimos esse fator, a partir da análise dos muitos relatos orais no decorrer das entrevistas disponibilizadas à pesquisa. Mas isto, são elementos a serem

trabalhados nos próximos capítulos. É importante ressaltar tais fatores, pois enfatizam o sentido de estarmos analisando, neste capítulo, as subjetivas ideias acerca da seca.

1.2. A história da seca no Piauí

Há muitas obras que tratam da seca no Nordeste, de forma geral. Muitos aspectos da seca são discutidos na literatura, na arte e na academia. A representação dos episódios de estiagem e do sofrimento dos indivíduos que os perpassaram, bem como os métodos de sobrevivência por estes utilizados, podem ser visualizadas em obras literárias clássicas como “*O Quinze*”, romance de Rachel de Queiroz (1930), na música, com a canção “*A triste partida*”, interpretada por Luiz Gonzaga, e composta por Patativa do Assaré (1964), bem como em artigos científicos acadêmicos importantes como “*Secas, migrações e representações do semiárido na literatura regional*”, de Catarina Buriti e José Aguiar (2012), dentre outras diversas obras que tratam da temática. Busquemos, neste momento, nos debruçar sobre algumas dessas obras literárias, artísticas e científicas, a fim de compreendermos o fenômeno da seca no Nordeste e, especificamente no Piauí, durante o século XX.

Pudemos perceber *a priori*, que a seca é um fenômeno social, mas também, natural que “se caracteriza como a ausência ou má distribuição das chuvas” (GUERRA, 1981, p. 23). Os relatos iniciais aos quais se tem acesso referente a seca na região, hoje denominada Nordeste, datam ainda do período da chegada dos europeus do lado de cá do Atlântico. Paulo Bezerra de Sousa (2014) nos evidencia isso.

O fato é que de tempos em tempos os sertanejos do semiárido nordestino convivem com esses períodos de seca, que assolam a agricultura, dizimam rebanhos e obrigam as famílias a abandonarem suas terras em busca de sobrevivência. Esses ciclos de estiagem são mencionados na realidade do Nordeste, desde a ocupação portuguesa [...]. (SOUSA, 2014, p. 15).

A geógrafa Neusiene Medeiros da Silva (2013), em “*Experiências de inverno no Seridó Potiguar*”, nos traz um importante quadro que relata as ocorrências de secas no Nordeste, datadas desde o século XVI (confira a tabela 01, a seguir). Nele, podemos observar os períodos de iminência da seca no século XX, o qual circunda os limites analíticos temporais da corrente pesquisa.

DECADAS/SECULOS	XVI	XVII	XVIII	XIX	XX	XXI
00	-	1603 1608	1707	1900 1804 1808/1809	1903	2001 2003
10	-	1614	1710-1711	1814	1915 1919	2012
20	-	-	1721/1722 1723/1724 1725/1726 1727	1824/1825 1829	-	-
30	-	-	1730 1736/1737	1830,1833	1932	-
40	-	1645	1744/1745 1746/1747	1844/1845	1942	-
50	-	1652	1751/ 1754	-	1951/1952 1953 1958	-
60	-	-	1760 1766		1962 1966	-
70	-	-	1771/1772 1777/1778	1870 1877/1878 1879	1970 1976 1979	-
80	1583 1587	-	1783/1784	1888/1889	1980/1981 1982/1983 1987	-
90	-	1692	1791/1792 1793	1898	1992/1993 1998/1999	-

Tabela 01: Cronologia das secas no Nordeste.

Fonte: SILVA, 2013, p. 30.

O historiador Marco Antônio Villa (2002), em “*Vida e morte no sertão*”, retrata que “O drama da seca tem um longo histórico: o primeiro Registro da ocorrência de seca nos documentos Portugueses é de 1552, três anos após a chegada do Primeiro governador geral, Tomé de Souza” (VILLA, 2002, p.17). Outro relato datado ainda, do período colonial é o da Jesuíta Fernão Cardin, que estivera em terras da Bahia e Pernambuco, e que menciona a seca que ocorrera no ano de 1583, período que, segundo ela “[...] houve tão grande secca e esterilidade nesta província (cousa rara e desacostumada, porque é terra de contínua chuvas) que os engenhos d’água não moeram muito tempo. As fazendas de canaviais e mandioca muitas se secaram [...]” (J.LEITE & CIA apud ALVES, 1982, p. 18).

No século XVIII, temos um relato de Irineu Ferreira Pinto, que comunicara a El-rei acerca de um degradante episódio de seca que acometia a capitania do Paraíba:

[...] informa Irineu Ferreira Pinto: - “Os oficiais da Câmara representaram a El-Rei declarando que desde o ano de 1723 até o presente (1729), tem sofrido esta Capitania de grande esterilidade de sêcas e ao mesmo tempo pedem a ElRei que os mande acudir com escravos, pois os daqui têm morrido de fome e que os engenhos estavam em ruínas, não só pelo estado da terra, como por falta de braços para o trabalho”. (Imprensa Oficial apud ALVES, 1982, p. 32).

Percebemos, com alguns dos inúmeros relatos que se originam desde a chegada europeia ao Nordeste, sobre as secas que assolavam a região, que não fora ausência de conhecimento das problemáticas que acometiam este lugar. Logo, não é errôneo afirmar que a seca representou, historicamente, um grande problema socioeconômico para os nordestinos.

Porém, algo que de fato se materializava com ausência era o desdém do poder político. Ora, o que se tinha em grandes quantidades eram relatos históricos acerca das problemáticas enfrentadas por esse povo, mas por que o olhar político se manteve ausente durante tanto tempo? Essa é uma questão que demanda uma análise profunda e complexa, a qual não poderíamos tratar dentro das delimitações da corrente pesquisa. O que se pensa aqui é: as políticas de assistência evidenciadas pelo governo federal emergem, com mais ênfase, apenas a partir da segunda metade do século XX, mesmo com séculos anteriores de menções às calamidades recorrentes. Afinal,

Até fins da década de 1950 e início da década de 1960, o combate à seca era principalmente de caráter assistencialista, por isso a intervenção governamental ficou conhecida por “política assistencialista”. Já, a partir da década de 60, há uma nova visão sobre o problema da seca no Nordeste, e consequentemente tentativas diferentes de combater esse fenômeno ocorrem, é a chamada “política de desenvolvimento”. (LUZ, 2013, p. 27).

Não obstante, por mais que exista a informação acerca de uma maior preocupação do governo federal com os flagelados da seca, evidenciada pela mudança de perspectiva quanto a ajuda que deveria ser levada até estes sujeitos, a partir de meados do século XX, essa assistência não fora distribuída em sua totalidade. Talvez a ajuda disponibilizada tenha chegado até certos pontos do estado do Piauí, mas é preciso entender que as políticas assistencialistas federais sofrem um retardo com relação a chegada em certos locais. Isso se evidencia na cidade de Fronteiras, e na comunidade Garapa, por exemplo. Esse fator, por sua vez, demonstra um alargamento no período de invisibilidade frente ao amparo das políticas sociais. Isso poderá ser observado de forma minuciosa, mais adiante.

Na cidade de Fronteiras, e mais precisamente no povoado Garapa, este auxílio não se evidenciara para a grande maioria. Podemos luzir esse fato, a partir dos relatos orais provenientes das entrevistas que realizamos no decorrer da pesquisa em curso. O senhor Ângelo Amaro da Silva (2023)², ao ser questionado acerca das ajudas do governo nas primeiras décadas a partir de meados do século XX (décadas de 50, 60 e 70), informou o seguinte: “Rapaz, governo aqui... eu num me alembro não. Que governo ajudava não” (Ângelo Silva, 2023).

Em consonância a isso, para aqueles que recebiam, tratava-se de algo escasso, difícil, minguado, em pequenas e insuficientes quantidades, além de possuir qualidade duvidosa. A

² Ângelo Amaro da Silva, 68 anos de idade, nascido no dia 16 de dezembro de 1954. Agricultor aposentado. Residente do povoado Garapa. Foi responsável por somar importantes informações à presente pesquisa. Entrevista concedida no dia 14 de fevereiro de 2023, de forma presencial.

senhora Maria Vitalina de Jesus Silva (2023)³, nos relatou esse fator quando perguntada sobre a existência de ajuda governamental no período em questão: “Nam! O que tinha que eu lembro era um leite que os prefeito que despachava esse leite né. Um leite amarelo. (risos) ô leite feio. Aí a gente derretia aquilo ali pra fazer, agora pra imbuzada era bom” (Maria Silva, 2023). Percebe-se que, de acordo com o que a senhora Maria Vitalina de Jesus Silva (2023) menciona, a pequena ajuda era proveniente da prefeitura da cidade de Fronteiras. Nesse sentido, não se sabe se esse apoio seria oriundo do governo federal e a prefeitura agia apenas como um agente repassador, ou se de fato partia da própria prefeitura. No caso da segunda possibilidade, entendemos que as ajudas mencionadas acima por Bruno Santos Luz (2013), não se ampliaram geograficamente a todo o Nordeste, muito menos a todo o estado do Piauí.

Podemos perceber nesse momento, uma contradição entre as fontes oficiais e as fontes orais. Se por um lado, os dados relacionados aos órgãos governamentais em nível nacional mencionam uma ajuda aos flagelos da seca em todo o Nordeste, os indivíduos de uma pequena comunidade no interior desse Nordeste, destacam algo contrário a isso. Essa confrontação, entre a oralidade e a oficialidade, é uma importante ferramenta, que a História Oral nos possibilita. Nesse sentido, Sônia Freitas (2006), menciona que “No nosso entender, a grande potencialidade da História Oral é que essa permite a integração com outras fontes, a confrontação entre as fontes escritas e orais e a sua utilização multidisciplinar” (FREITAS, 2006, p. 80,81).

Nesse sentido, cabe visualizar, a maneira pela qual a política brasileira debruçava o seu olhar sobre o Nordeste, e por quais motivos as ajudas destinadas aos flagelos da seca não encontravam em seu curso a totalidade necessária. Ora, existia uma delimitação referente a quem ou qual região deveria, preferencialmente, ser amparada? Caso a resposta a essa indagação seja positiva, em que escala essas restrições se davam? Elas aconteciam apenas no estado do Piauí, ou todo o Nordeste? Para sanar tais dúvidas, recorreremos aos periódicos da época.

A começar pelo jornal “*O Dia*”, em matéria escrita pelo jornalista Cunha e Silva, e publicada em 1958, em que ele destaca um sistema de preferências na política nacional direcionada à região Nordeste do país. Segundo o trecho a seguir destacado, o Piauí, nesta estrutura, estava em uma posição de desvantagem, quando comparado aos demais estados da região em relação ao fornecimento de apoio federal. Vejamos:

³ Maria Vitalina de Jesus Silva, 78 anos de idade, nascida no dia 02 de maio de 1944. Agricultora aposentada. Residente do povoado Garapa. Foi responsável por somar importantes informações à presente pesquisa. Entrevista concedida no dia 14 de fevereiro de 2023, de forma presencial.

A imprensa do Rio e de outros Estados preocupa-se exclusivamente, quando trata do problema da seca do Nordeste, com a situação calamitosa do Ceará, do Rio Grande do Norte e Paraíba, como se os outros Estados nordestinos, inclusive o Piauí, não fossem atingidos pelo nível flagelo das irregularidades climáticas. Os próprios poderes federais fazem coro ao que dizem os jornais, pelo que prestam aos três Estados aludidos toda espécie dizem os jornais, ajuda material, enviando até gêneros alimentícios aos flagelados, enquanto para o Piauí mandam apenas migalhas [...]. Em várias zonas do Estado a falta de chuva estava causando sérias apreensões aos sertanejos, pois, aqui e acolá, viam-se animais mortos pelas estradas e veredas – vítimas da sede e da fome. [...] A paisagem vegetal da nossa terra estava adquirindo o mesmo aspecto de outras terras nordestinas, quando assoladas por longas estiagens. A vida, em alguns municípios do Estado, estava se tornando insuportável para muita gente que vive da pequena lavoura e criação. O êxodo de sertanejos estava na iminência de despovoar diferentes recantos do Estado e concorrer para aumentar, assim, o drama social da nossa terra. (SILVA, 1958, p. 6 apud CRUZ, 2017, p.26).

O jornalista Cunha e Silva (1958), nos concede relevantes elementos acerca da seca no Nordeste e no Piauí. Aspectos como a falta de chuva e os elementos recorrentes desse fator, tais como fome, sede, morte, apreensões e êxodo rural podem ser visualizados nas entrelinhas do trecho retirado da coluna do referido periódico. Deve-se dizer, entretanto, que tais dados deverão ser devidamente tratados nos capítulos seguintes. Agora, nos preocupamos em entender o motivo pelo qual o Piauí, tal como Cunha e Silva nos elucidada, parece ter sido “esquecido” mediante os problemas enveredados pela baixa pluviometria no estado. Podemos visualizar que a ajuda fornecida ao estado sob a condição de “migalhas” citada por Cunha e Silva, corresponde aos relatos orais a pouco mencionados, relacionados a insuficiente ajuda recebida, sobretudo, na fala da senhora Maria Vitalina de Jesus Silva (2023).

Para auxiliar no entendimento dessa discrepância administrativa, cabe analisarmos um trecho da crônica de autoria de João Jacques, publicada no jornal “*O povo*”, de Fortaleza-CE, em 1960, em que ele diz que,

Cada dia me convenço mais da necessidade de um bom serviço de realizações públicas para cada estado da Federação, sobretudo para aquelas unidades que não tem o mar por vitrine e se escondem no fundo da loja sob a poeira do tempo e as casas de aranha do esquecimento oficial. Piauí, por exemplo, é um caso flagrante da falta absoluta de propaganda e contatos com a União. Parece um quisto intercostal espremido ou barrado entre dois sistemas, um de serras e outro potamográfico, com “olho” ou saída muito estreita para o oceano. A política de corrilho tem obstaculado sobremaneira a expansão econômica ou mesmo um lugar ao sol nas cogitações nacionais. (JACQUES, 1960, p. 2 apud CRUZ, 2017, p. 26).

João Jacques (1960), menciona o Piauí como um estado escondido “no fundo da loja sob a poeira do tempo e as casas de aranha do esquecimento oficial”. Com essa inteligente relação o cronista destaca a pouca preocupação em relação à seca estabelecida mais ao

interior do Nordeste, em especial, no Piauí. O estado, nesse sentido, pertenceria escondido às óticas administrativas federais.

Um fator importante a ser tratado no presente debate acerca da história da seca no Piauí no contexto do século XX é a origem do polígono da seca. Por mais que, como dito de antemão, o amparo do poder nacional tenha se lançado de forma efetiva apenas a partir de meados do século XX, dadas as devidas problemáticas com relação a totalidade desse processo, a pouco mencionadas, as manobras para seguir em um caminho de ajuda aos flagelos da seca iniciam antes mesmo dessa data. A criação do polígono da seca em 1936, como uma política de auxílio, foi um dos primeiros passos na tentativa de sanar os problemas da falta de chuvas na região. No entanto, inicialmente, a criação dessa ação não fora arquitetada da melhor forma possível. Com relação a isso, o autor Carlos Garcia (1984), em seu livro “*O que é o Nordeste brasileiro*”, nos ajuda a compreender que,

O polígono foi criado por burocratas que, sobre o mapa do Nordeste, traçaram linhas imaginárias determinando que fora dos riscos feitos por eles não haveria seca. Assim, muitos fazendeiros chegaram a sofrer perda total dos rebanhos e lavouras pela falta de chuvas, sem que fossem socorridos pelo governo, porque não estavam na área das secas. Da mesma forma milhares de trabalhadores tiveram que se deslocar centenas de quilômetros para empregar-se em frentes de trabalho de emergência, porque os municípios onde moravam, estavam excluídos do polígono e, por decreto, ali não poderia haver seca. (GARCIA, 1984. p. 61).

Nesse sentido, é importante salientar que o estado do Piauí, nas demarcações iniciais, esteve fora do polígono da seca e, conseqüentemente, à margem dos olhares do governo federal, pelo menos até 1951. A partir da referida data, o estado passa a fazer parte do polígono da seca com base nas novas demarcações. Nesse sentido, “[...] o Piauí foi incluído [oficialmente] no polígono das secas através da lei 1.348” de 1951 (CARVALHO, 2021, p. 29). O Piauí, assim, junta-se aos demais estados do Nordeste, com exceção do Maranhão, que recebiam apoio do governo federal, nesses períodos de calamidades.

Nesse sentido, a seca passa efetivamente a ser um fenômeno também piauiense. A luta e a conquista em incluir a região como parte do polígono da seca significava de um lado, a possibilidade de investimentos federais no Estado, como também de apropriação desses mesmos recursos para fins privados. (ALVARENGA, 2018, p. 02).

Acreditamos que a inclusão tenha sido engatilhada, entre outros fatores, pela severa seca que acometeu boa parte do Nordeste brasileiro nos primeiros anos da década de 1950. Inclusive, alguns dos nossos entrevistados lembram do ano de 1951 como um longo período de estiagem. Jivago Correia Barbosa (2011), em “*Obras e assistencialismo no governo José Américo (1951-1956)*”, relata que,

Os anos de 1951 e 1952 foram marcados por um período de grave estiagem que atingiu todos os estados nordestinos, afetando as diversas mesorregiões. No Piauí, a seca atingiu violentamente o rebanho bovino que sofreu com os efeitos de uma epidemia que passou a dizimar o gado. Levas e mais levas de homens e mulheres passaram a se deslocar sem rumo por todo o estado durante os meses de janeiro e fevereiro de 1951, e a cidade de Parnaíba – situada no litoral do estado – passou a receber centenas de flagelados e retirantes que perambulavam diariamente por suas ruas a procura de trabalho e comida. No interior do Ceará, as últimas esperanças de chuva esvaíram-se com a passagem do dia de São José (19 de março) sem uma gota de chuva cair do céu, “terrivelmente” limpo. A maior parte dos municípios do interior do estado se encontrava numa situação de extrema calamidade, os centros das maiores cidades haviam sido invadidos por retirantes que perambulavam numa espécie de peregrinação sem fim, atrás de comida e trabalho. (BARBOSA, 2011, p. 02).

A inclusão do Piauí no polígono da seca marcou o início das preocupações governamentais com os problemas causados por esse evento climático. Embora as políticas de combate à seca tenham sido implementadas posteriormente, esse acontecimento foi o ponto de partida para as políticas sociais de auxílio à seca no estado. O objetivo dessas políticas era solucionar problemas como fome, morte, migração em massa e falta de desenvolvimento socioeconômico sólido. No entanto, a discussão sobre os imigrantes, retirantes e as obras governamentais relacionadas à seca se encontra em um capítulo posterior.

1.3. O fenômeno *el niño* e a seca no Piauí

Antes de darmos prosseguimento à discussão sobre a seca no Piauí, julgamos ser necessário uma breve análise acerca de um dos elementos condicionantes da seca no Nordeste: o fenômeno *el niño*. O fenômeno é responsável por ocasionar, na região Nordeste do país, a diminuição das ocasiões de chuva, a limitação dos acúmulos pluviais, a efetivação de um período chuvoso muito abaixo da média de chuvas anuais e, conseqüentemente, a presença da seca na região e de todas as problemáticas a ela ligadas. A condição do evento climático *el niño* está diretamente relacionada a temperatura do oceano pacífico, que interfere de forma incisiva na atmosfera e, conseqüentemente, nas condições climáticas do globo. O autor José de Araújo Costa (2014), no artigo “*O fenômeno El Niño e as secas no Nordeste do Brasil*”, nos ajuda a entender a relação entre o fenômeno citado e as secas periódicas no Nordeste, quando diz que,

Existe uma relação direta de causa e efeito entre o fenômeno El Niño e as secas no Nordeste do Brasil, pelo menos no prolongamento do período seco além do normal. A mudança anômala na circulação da atmosfera superior e a conseqüente alteração na dinâmica dos centros de altas e baixas pressões bem como na modificação das células do ar atmosférico constituem,

mecanismos que explicam a ocorrência das grandes secas no Nordeste do Brasil. (COSTA, 2014, p. 63).

Entendemos que o *el niño* é um importante condicionante da seca no Nordeste. Mas por que essa informação se torna importante no presente trabalho? Ora, além de entendermos o principal elemento climático causador da seca, através do entendimento desse fenômeno como seu principal condicionante, é possível que tenhamos noção, a partir do monitoramento da sua recorrência, os períodos aos quais estiveram sob a tutela da baixa iminência pluviométrica. Nesse sentido, José de Araújo Costa (2014), no trabalho supracitado, traz dados quantitativos relevantes acerca da recorrência do fenômeno durante o século XX (confira a tabela 02, a seguir).

Tipo	ATSM (°C)	Área (Km²)	Duração (meses)	Ocorrência (ano)
Muito fraco	< 1	2.500	< 6	1946, 1948
Fraco	> 1 e 2	2550 e 5.000	6 - 12	1917, 1922, 1923, 1943, 1951, 1963, 1969, 1976, 1979, 1986, 1992
Moderado	2 e 3	5.000 e 7.500	12 - 15	1914, 1929, 1939, 1953, 1965, 1972, 1987, 1991
Forte	3	7.500	> 15	1918, 1925, 1957, 1982, 1997

Tabela 02: Ocorrência do *el niño* no século XX.

Fonte: COSTA, 2014.

Analisando a tabela acima, podemos destacar alguns pontos. Com relação ao tipo, dividido em (Muito fraco, Fraco, Moderado e Forte), é importante dizer que esses estágios estão relacionados à intensidade do fenômeno climático. Como o *el niño*, resumidamente, refere-se ao aquecimento das águas do oceano pacífico, quanto mais elevadas essas temperaturas, maior a sua intensidade e, conseqüentemente, maior a intensidade das estiagens apresentadas na região Nordeste do Brasil, provenientes desse fenômeno. Cabe salientar, que a condição neutra das águas do Pacífico, isto é, temperatura da água em 0°C, não causa interferências negativas no período chuvoso da região Nordeste. Entretanto, qualquer temperatura igual ou maior a 1°C das águas do oceano, caracteriza um fenômeno *el niño*. Por isso, percebemos temperaturas na tabela, representadas pela sigla (ATSM), quanto maior a temperatura, maior a intensidade do fenômeno. Tal intensidade, também é condicionada pelo

volume de água que se encontra em temperatura igual ou maior que 1°C, quanto maior a área de água nessas condições, maior a intensidade do fenômeno. Por isso, temos a marcação da “área” na tabela acima. O último condicionante da intensidade do fenômeno atmosférico, é o tempo em que ele se mantém em atuação. Quanto maior o tempo em que o *El niño* se mantém atuante, maior o período de seca na região Nordeste do Brasil.

É fato que, a partir de uma análise climatológica, há diversos fatores que lapidam a seca no Piauí. Porém, é importante dizer que o fenômeno *El niño* é o que mais define se existirá ou não a presença de chuvas significativas na região. Em contrapartida, temos o fenômeno contrário a este, a *La Niña*, responsável por bons períodos chuvosos na região. A bióloga Virgínia Mirtes de Alcântara Silva et al (2013), menciona como esses dois elementos naturais interferem no período chuvoso do estado do Piauí:

Os fenômenos El Niño e La Niña influenciam diretamente os índices pluviométricos em todo o estado, contribuindo ou não para uma melhor produtividade agrícola, armazenamento de água além de provocar eventos extremos em sua área territorial e a contribuição ou não de seus impactos sobre a região. (SILVA et al, 2013, p. 1473).

Em suma, o fenômeno *El Niño* exerce uma influência significativa na ocorrência de secas no Piauí e no Nordeste do Brasil. À medida que as águas do oceano Pacífico se aquecem, ocorrem mudanças na circulação atmosférica, resultando em padrões climáticos adversos, como diminuição das chuvas e prolongamento do período seco. Essa condição pode levar a estiagens prolongadas e impactar negativamente a disponibilidade de água e a produtividade agrícola na região.

No entanto, é importante destacar que a seca no Piauí não é exclusivamente atribuída ao fenômeno *El Niño*. Por mais que este seja o seu principal fator, e por isso o tratamos aqui, outros fatores climáticos, como a localização geográfica, a circulação atmosférica regional e outros sistemas meteorológicos, também desempenham um papel na variabilidade climática e na ocorrência de secas na região. Além disso, fatores humanos, como o desmatamento e a degradação ambiental, podem agravar os efeitos da seca.

2. NAS FRONTEIRAS DO GARAPA

Discutido o fenômeno da seca no estado do Piauí, durante o século XX, assunto trabalhado no capítulo anterior, seguimos afunilando as nossas análises até o foco da pesquisa: o povoado Garapa. Nesse sentido, buscaremos no presente capítulo discorrer, de forma breve, sobre a cidade de Fronteiras-Piauí, a qual, como dito de antemão, é o município onde está localizado o povoado Garapa. Ademais, feita a análise histórica e geográfica da cidade, buscaremos nos aprofundar, finalmente, no espaço destinado a entendermos a fundo a dita comunidade garapense. Desse modo, na busca de tal objetivo, estabelecemos uma investigação embasada em pressupostas da história agrária da comunidade, a fim de compreender as suas principais formas de trabalho, as tecnologias de campo atribuídas a isso, bem como as formas de ocupação de terra no lugar. Esses fatores, cabe dizer, obviamente, serão retratados no transcorrer da segunda metade do século XX.

2.1. Fronteiras-Piauí

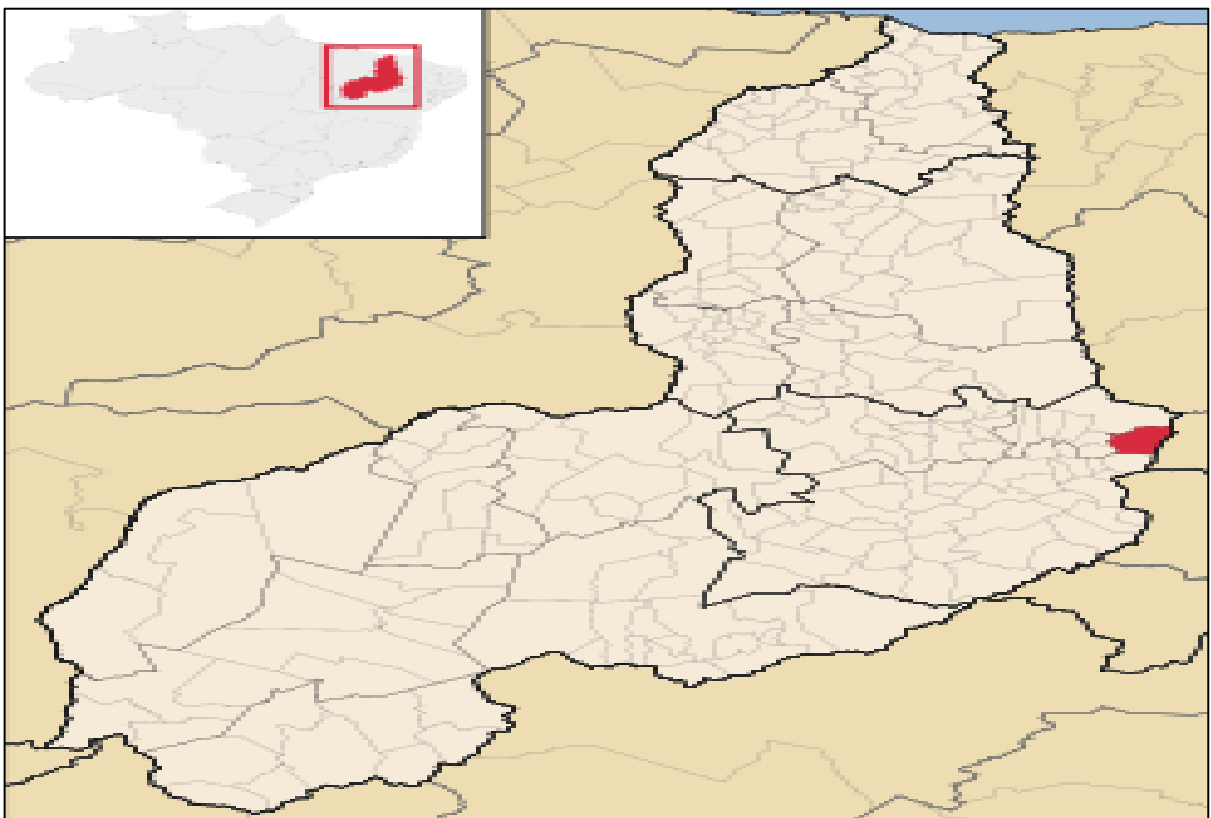


Figura 01: Localização da cidade de Fronteiras-PI (em destaque).

Fonte: WIKIPEDIA, 2002.

O município de Fronteiras está localizado geograficamente na região Sudeste do estado do Piauí, próximo às fronteiras entre Ceará e Pernambuco, não à toa, recebera tal

nomeação. O território fronteirense conta com uma área de 777,179 km² e possui uma população estimada em cerca de 11.117 habitantes (IBGE, 2021).

A fim de explicarmos alguns fatores da história da cidade, faremos uso de duas fontes, pioneiras em um cenário de resquício de pesquisas que tratam da cidade. A primeira, diz respeito ao trabalho da jornalista fronteirense Nívia dos Santos Bezerra Ribeiro (2014), “*Sobre fronteiras: memórias de uma cidade piauiense*”. O trabalho trata-se de um webdocumentário produzido com a finalidade de traçar alguns aspectos históricos da cidade. Utilizando entrevistas, trechos escritos e fotografias, o webdocumentário apresenta os processos históricos da cidade de Fronteiras Piauí. A fim de caminharmos a esse objetivo, utilizaremos frequentemente trechos das entrevistas concedidas pelos sujeitos questionados, no referido documento audiovisual. A segunda fonte, trata-se de um livro escrito pelo historiador fronteirense Edgar Pereira (1982), “*Macambira em floração*”. O livro traz importantes informações sobre a história da cidade de Fronteiras, desde o seu povoamento.

Com relação a fundação e povoamento da cidade, podemos tratar de alguns pontos interessantes. Nada muito distante daquilo que é característico do povoamento do Piauí, atrelado a multiplicidade de culturas e povos. Entendemos, historicamente, que a sociedade brasileira está estabelecida de uma maneira evidente. Europeus, escravizados e indígenas, os três pilares que condicionam a formação de todo um povo de um país. Não diferente, esses elementos agiram de igual modo na capitania e posterior estado piauiense. Nesse sentido, não é à toa que esses pilares constroem de forma direta as considerações em torno da fundação de Fronteiras. Segundo a tradição popular e dos escritos do Edgar Pereira (1982), os primeiros habitantes da região que se tornaria posteriormente a cidade de Fronteiras foram o senhor Manoel Pinto de Meireles, popularmente chamado de Manoel Valério, que segundo a história local era descendente português, e a senhora Rita Alvares dos Reis, sua esposa, que por sua vez, seria descendente de povos indígenas.

Nesse sentido, podemos ver com clareza dois dos elementos. Edgar Pereira, historiador acima citado, que escrevera acerca da história fronteirense e que, ainda em vida, concedeu as entrevistas para a construção do webdocumentário, menciona as seguintes colocações, nessa produção audiovisual.

O primeiro habitante de Fronteiras foi realmente Manoel Valério. Esse casou com a índia, cearense. Rita, que é a Alvez, que batizou-se como Alvez dos Reis, e que dizem que é Alvez na linguagem popular. E tanto é que foi uma mulher tremendona. Ela que requereu a sesmarias, ela que realmente se

empunha. Cresceram, prosperaram, tiveram em torno de 11 filhos.⁴ (SOBRE FRONTEIRAS..., 2014).

Em sua obra, “*Macambira em floração*”, Edgar Pereira (1982) também ressalta esses elementos:

O primeiro morador e proprietário desses ermos foi o português Manoel Valério (Vitório?) Pinto de Meireles que aí aportou na segunda metade do século dezoito. Procedente do lugar brejinho, município de Araripe, Ceará. Não se sabe se ao chegar já vinha casado ou se voltou pra casar depois. Certo porém que desposou uma índia, ao que se diz pegada a dente de cachorro e que levada à pia batismal, recebeu o nome de Rita Alvez dos Reis. (PEREIRA, 1982, p. 13).

É importante observar que no trecho citado, o autor Edgar Pereira (1982), reflete uma perspectiva histórica datada e carregada de preconceitos, positivismo histórico, eurocentrismo, machismo e desrespeito às culturas indígenas. Essa fonte deve ser analisada criticamente, levando em consideração esses vieses e a necessidade de uma abordagem mais abrangente e inclusiva da história.

Embora o autor forneça informações relevantes sobre a história da cidade de Fronteiras, é essencial reconhecer que sua narrativa tende a glorificar o português como figura central e desvalorizar a contribuição das culturas indígenas e das mulheres, ao mencionar de forma pejorativa a origem indígena da esposa de Manoel Valério Pinto de Meireles. Essa abordagem desconsidera a importância das comunidades indígenas e perpetua estereótipos negativos.

Dito isso, cabe analisar que o processo de exploração do território hoje denominado Piauí se deu através de diversos fatores históricos. A historiadora Ana Stela de Negreiros Oliveira (2007), através da obra “*O povoamento colonial do Sudeste Piauí*”, que coincidentemente trata do processo de penetração da porção Sudeste do estado, que engloba o município de Fronteiras, nos dá boas contribuições para entender esse evento. Cabe salientar que “desde a metade do século XVII, muitas sesmarias já haviam sido distribuídas” (OLIVEIRA, 2007, p. 34). Nesse sentido, entendendo que o estabelecimento dos primeiros sujeitos na região da atual Fronteiras se deu *a posteriori* esse período, mais precisamente, na segunda metade do século XVIII. A partir dos estudos de Edgar Pereira (1982), podemos apontar a versão histórica de que,

[...] Mais tarde, descendo alguns quilômetros para Oeste, atingiu a Lagoa do Rato, ao lado poente da qual edificou uma casa e fundou uma fazenda de gado que não tardou a se expandir e prosperar, sobretudo depois de

⁴ Edgar Pereira em entrevista concedida a Nívia dos Santos Bezerra Ribeiro. Visualizada no webdocumentário “*Sobre Fronteiras: memórias de uma cidade piauiense*” 2014. Disponível em: <http://fronteirasdoc.com>

concedida em sesmaria a Rita que pessoalmente a obteve em Oeiras do próprio Presidente da Província. (PEREIRA, 1982, p. 13, 14).

A localidade Lagoa do Rato, refere-se ao primeiro nome destinado ao local onde posteriormente seria a cidade de Fronteiras. Concluímos que a alocação da pioneira fazenda “Lagoa do Rato” na região, se deu através de uma sesmaria requerida por Rita Álvares dos Reis ao presidente da capitania do Piauí. Com o documento “Data carta de sesmaria” (Figuras 02 e 03), legitimou-se a posse de Rita dos Reis daquelas terras e da dita fazenda.



Figura 02: Sesmaria concedida a Rita Álvares dos Reis.

Figura 03: Sesmaria concedida a Rita Álvares dos Reis.

Fonte: FACEBOOK, 2017.

Cabe enfatizar aqui que, por mais que Edgar Pereira (1982), tenha mencionado Rita Alvez dos Reais nos relatos, o nome correto dessa mulher é Rita Álvarez dos Reis, como mencionado no documento acima. O autor, deste modo, se refere de forma errônea a respectiva personagem histórica da cidade de Fronteiras.

Aliás, outro fator inerente ao processo de exploração das terras piauienses são estas ditas fazendas que se alocaram na província. “As fazendas constituíam o principal móvel de ocupação do espaço piauiense, sendo que, desde 1697, vinte anos após a entrada da Casa da

Torre no sertão do Piauí, havia sido constatada a existência de 129 fazendas de gado e 153 sítios às margens dos rios e lagoas” (OLIVEIRA, 2007, p. 29). Percebemos, além disso, e aí em uma temporalidade mais condizente com a fazenda que teria originado a cidade de Fronteiras, que “No século XVIII, na região Sudeste do Piauí, foram encontrados fazendas e sítios. Algumas destas pertenciam à Coroa Portuguesa, mas a maioria pertencia a particulares” (OLIVEIRA, 2007, p. 44).

Ademais, outro aspecto condizente entre a originação de Fronteiras e o povoamento do Piauí são os rios. “Os rios indicavam e formavam os caminhos dos colonizadores, e suas margens foram repovoadas pelas fazendas de gado” (OLIVEIRA, 2007, p. 27). O geógrafo Vicente Eudes Lemes Alves (2003), em “*As bases históricas da formação territorial piauiense*”, nos ajuda a pensar a relevância dos cursos d’água nesse processo. Para o autor,

Os cursos d’água tornam-se a referência para a fixação do homem à terra no Piauí; foi nas proximidades deles que se instalaram os sítios, as fazendas de gado e a maioria das aglomerações urbanas. Nesse sentido, os cursos d’água vão empreender o movimento da vida do povo piauiense. (ALVES, 2003, p. 65).

Nesse sentido, cabe enfatizar que a fazenda “Lagoa do Rato”, bem como posteriormente a cidade de Fronteiras, estiveram circunscritas à beira do Rio Socorro e do Rio do Recanto, os dois principais fluxos de água da região. O Rio Socorro, ainda corta a cidade até os dias atuais. Diferente disso, o Rio do Recanto, com a obra do açude Barreiras, passou a desaguar dentro do reservatório, o que impossibilitou que continuasse a atravessar a cidade. A explicação acerca do dito açude, bem como sua importância e implicações para o município, estarão dispostas mais à frente no trabalho.



Figura 04: Local onde teria começado a formação do núcleo populacional da futura cidade de Fronteiras-PI. Em destaque a Igreja Nossa Senhora do Perpétuo Socorro e algumas residências.

Fonte: FACEBOOK, 2017.

Dado a eminência da fazenda de Manoel Valério, como dito de antemão, a partir do início do século XX, mais precisamente, 1908, criou-se a igreja de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, padroeira do local, sob a tutela de Monsenhor Miguel dos Reis, da cidade de Jaicós. A partir desse marco, iniciou-se em torno da igreja a construção de moradias, como podemos analisar na imagem acima, em que podemos ver o templo religioso à esquerda. Edgar Pereira (2014) falou acerca desse episódio no webdocumentário “*Sobre fronteiras: memórias de uma cidade piauiense*”. O historiador local, mencionou que,

O povoamento da cidade, eles criaram um povoado em torno de uma ermida, de uma igreja, que é aquela que está lá. 1908. Nossa Senhora do Perpetuo Socorro. Quem benzeu aquela capela foi monsenhor Miguel dos Reis, de Jaicós. Era ligado a Jaicós, nos pertencíamos a paróquia de Jaicós. Viu? E dali começaram o seguinte, eles pegaram e, quem tinha algum recurso no interior do município, ou na região que era o município era Pio-IX, aí construía uma casa, construía um quarto, um mercado. E assim surgiu o povoado. Quando inaugurou povoado, aquela estrutura central de Fronteiras é a do povoado, com poucas exceções. (SOBRE FRONTEIRAS..., 2014).

Cabe salientar, mediante essas importantes características presentes na originação do espaço urbano, hoje conhecido como Fronteiras, uma interessante ideia de uma autora referência no estudo de cidades, a arquiteta e Urbanista Raquel Rolnik (1995), escritora do texto “*O que é cidade*”, obra em que trabalha a ideia de que a cidade funciona como um ímã responsável por unir pessoas em torno de algum elemento comum.

Isto mesmo, a cidade é antes de mais nada um ímã, antes mesmo de se tornar local permanente de trabalho e moradia. Assim foram os primeiros embriões de cidade de que temos notícia, os zigurates, templos que apareceram nas planícies da Mesopotâmia em torno do terceiro milênio antes da era cristã. (ROLNIK, 1995, p. 13).

Nesse sentido, a partir de Rolnik (1995), um destes elementos magnéticos, considerado por ela como os primeiros ímãs da humanidade, são os templos religiosos. Não obstante, outros especialistas da área mencionam que os rios foram os primeiros ímãs sociais da história. Nesse sentido, a partir dos dois elementos supracitados, isto é, os rios que cortavam a cidade de Fronteiras (Rio Socorro e Rio do Recanto), bem como a fundação da sua igreja Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, são elementos que funcionaram de forma magnética com relação a junção de pessoas naquele local e, posteriormente, a originação da cidade de Fronteiras.

2.2. A seca em Fronteiras-PI

Devidamente apresentados a cidade de Fronteiras-PI, é importante que agora nos preocupemos em destrinchar alguns pontos importantes em relação a seca na cidade. Para depois, afunilar nossa análise até o povoado Garapa, foco da nossa pesquisa. Para tal, iremos tratar da maior obra hídrica do município, uma das maiores da região: o açude Barreiras. Ademais, trataremos de algumas visões, sobretudo na literatura municipal, através das considerações de alguns poetas da terra que retratam o dilema da seca no lugar.

Inicialmente, é importante que falemos de uma importante obra hídrica para a cidade de Fronteiras, que emanou, justamente, dos apelos decorrentes dos episódios de seca na região. A obra fora efetivada pelo DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas), como tentativa de sanar os problemas relacionados à ausência de reservas de água na região, além de fornecer empregos no decorrer de sua obra, a fim de auxiliar no período de escassez de recursos mediante as estiagens que se enfrentavam.



Figura 05: Açude público Barreiras, Fronteiras-PI.

Fonte: FACEBOOK, 2017.

O açude público Barreiras conta com uma considerável capacidade de armazenamento, foi e vem sendo de importante serventia para o abastecimento hídrico, tanto dos habitantes da cidade, quanto dos moradores da região rural da cidade, pois as suas águas são levadas através de carros pipas até as famílias que residem no campo. Retornemos, nesse

sentido, ao já referenciado webdocumentário que trata da história da cidade. Nele, podemos observar a participação de um dos entrevistados, que teria tido relevante participação como membro do DNOCS na região: Irênio Campos. O entrevistado menciona alguns elementos que enaltecem a importância do açude público Barreiras, enfatizando que,

É um açude com capacidade superior a 52.000.000 de metros cúbicos d'água. Iniciou ainda no governo de Juscelino Kubitschek e de Jânio Quadros, passando por João Goulart. Mas foi concluído já no primeiro governo da ditadura militar do então presidente Humberto Castelo Branco. Eu considero o açude público Barreiras, realmente algo fantástico pra região, principalmente, na época de seca. 66, 67, 68. E até hoje é esse açude, é esse reservatório do DNOCS, que supre as necessidades em momentos emergenciais por falta de água, para o consumo humano. Para a população urbana e também na zona rural. Muitos carros Pipas abastecem no açude Barreiras, para abastecer as comunidades rurais carentes de água.⁵ (FRONTEIRAS..., 2014).

Como dito de antemão e, a partir do que o entrevistado mencionou acima, a construção do açude Barreiras centrou-se nas necessidades atribuídas aos episódios de seca na região. Logo, é um fator marcante na história da seca na cidade. Porém, não é o único elemento que caracteriza os momentos de estiagem enfrentados pelos fronteirenses. Podemos captar importantes elementos desse fenômeno natural e social, isto é, a seca, nos versos e poemas dos poetas da cidade que, através da literatura regional, ajudam a representar a seca na cidade. Frente a esse cenário, trazemos na íntegra uma poesia de um dos poetas da região. Francisco Bezerra, popularmente chamado de Seri, nos mostra de forma clara alguns aspectos que condicionam o fenômeno da seca:

O boi que a seca matou

Nesta seca horripilante
O povo comendo palma
Cena de doer a alma
Uma coisa cruciante

O governo inconstante
Prometeu mais não mandou
O banco não emprestou
E os políticos não coordena
E o povo chora com pena
Do boi que a seca matou

[...]

A vaca triste caída
O seu bezerro ao redor
Coisa de fazer dó por que lhe falta comida

⁵ Irênio Campos em entrevista concedida a Nívia dos Santos Bezerra Ribeiro. Visualizada no webdocumentário “Sobre Fronteiras: memórias de uma cidade piauiense” 2014. Disponível em: <http://fronteirasdoc.com>.

Uma esperança perdida, assim o dono falou
 Misericórdia senhor, diz sua linda pequena
 E o povo chora com pena
 Do boi que a seca matou

Minha vaca Siriema
 De magra já anda torta
 E a ray-ban amanheceu morta
 Debaixo de uma jurema
 Que situação extrema
 Chega o homem criador
 Fome e sede trás horror
 São coisas que a lei ordena
 E o povo chora com pena
 Do boi que a seca matou

(SOBRE FRONTEIRAS..., 2014)⁶

A partir das palavras do prezado poeta fronteirense, podemos absorver alguns elementos relevantes no debate sobre a seca. No início do poema acima, podemos observar um descontentamento factível frente às ações das políticas públicas e o combate à seca. Sempre existiu, por boa parte da sociedade acometida pela seca, um sentimento de esquecimento frente ao poder público. Já tratamos aqui, da possibilidade das políticas assistencialistas não terem encontrado sua totalidade no horizonte de problemáticas da seca no Nordeste.

O sertanejo nordestino teve, desde o início da chegada dos europeus, a criação de gado como principal motor econômico. Trataremos desse assunto com mais profundidade adiante. Mas apenas a título de entendimento, entendemos a pecuária no sertão como algo característico. Assim, essa prática geracional condiciona os sentimentos desses sujeitos com relação ao gado. Ora, não é segredo o carinho e apego do homem do campo nordestino para com seus animais. Muito se percebe, principalmente na literatura, a nomeação das cabeças de gado. Nomes comuns, apelidos, atribuídos às suas características. Nomear o animal, é uma simbologia sentimental de importância, carinho e apego. É fato, o vaqueiro nordestino ama o seu gado. Dito isso, cabe analisar o poema acima e perceber o motivo da seca ser um fenômeno mais que natural. A seca não traz apenas o secar das águas, mas o sofrimento daqueles, sejam humanos ou animais, que o sertanejo tanto tem apreço. A morte de animais devido períodos de estiagem causam profunda comoção. Percebemos isso no poema acima quando, com pesar e melancolia, o poeta ressalta a morte dos seus animais, representados pelos nomes aos quais foram designados por ele próprio.

⁶ Francisco Bezerra em entrevista concedida a Nívia dos Santos Bezerra Ribeiro. Visualizada no webdocumentário “*Sobre Fronteiras: memórias de uma cidade piauiense*” 2014. Disponível em: <http://fronteirasdoc.com>

Outro artista de muita relevância dentro da cidade, deveras admirado pela população de Fronteiras devido seus dotes poéticos, é o fronteirense Antônio Gomes de Sousa, conhecido carinhosamente como Jurdan Gomes. O poeta, autor do hino de Fronteiras, ressalta muitos fatores inerentes à história e caracterização da cidade nos seus versos poéticos. Nas entrelinhas das suas escritas, encontramos representado, artisticamente, o dilema do fronteirense frente às estiagens recorrentes na região.

A sina do Barreiras

Vejo isso com tristeza, é de cortar coração
Se a natureza é culpada, eu não dou explicação

Só sei que isso condói, aqui no meu peito dói
Observo com tristeza, a seca faz o fadário
Construído esse cenário, roubando a nossa riqueza

Fato nunca visto antes, a chuva aqui não deságua
O Barreiras desse jeito morrendo por falta d'água

Necessita de clemência vejo uma grande eminência
Da secura e do dilema

Só vejo aqui uma luz, a mão do grande Jesus
Pra resolver o problema
(GOMES, Jurdan. 2016)⁷.

O poema de Jurdan Gomes retrata a situação degradante que o principal reservatório hidrográfico da região se encontrava nos anos de 2012 a 2017. O baixo nível do açude Barreiras, precedeu as grandes estiagens que assolaram a região nesse período, sobretudo os anos de 2012 e 2013. Com a quase extinção completa dos resquícios de água no reservatório, a população sofria devido à crítica situação. O açude, além de importante fonte de abastecimento hídrico, está presente na memória de Fronteiras como um lugar, espaço de sociabilidade e representatividade. Lugar de lazer e confraternização, o açude se materializa com significativa simbologia na mentalidade fronteirense. Nesse sentido, ver as águas do açude se esvaírem causava na população, além da evidente escassez de água e problemas com racionamento, tristeza e melancolia, algo que se evidencia a partir da análise do poema posto acima

⁷ Poema de autoria de Jurdan Gomes, que fora transformado em canção posteriormente pelo poeta e cantor fronteirense. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qBYIFmx4hxg&t=2s>. Acesso em: 18/06/2023.

2.3. Garapa

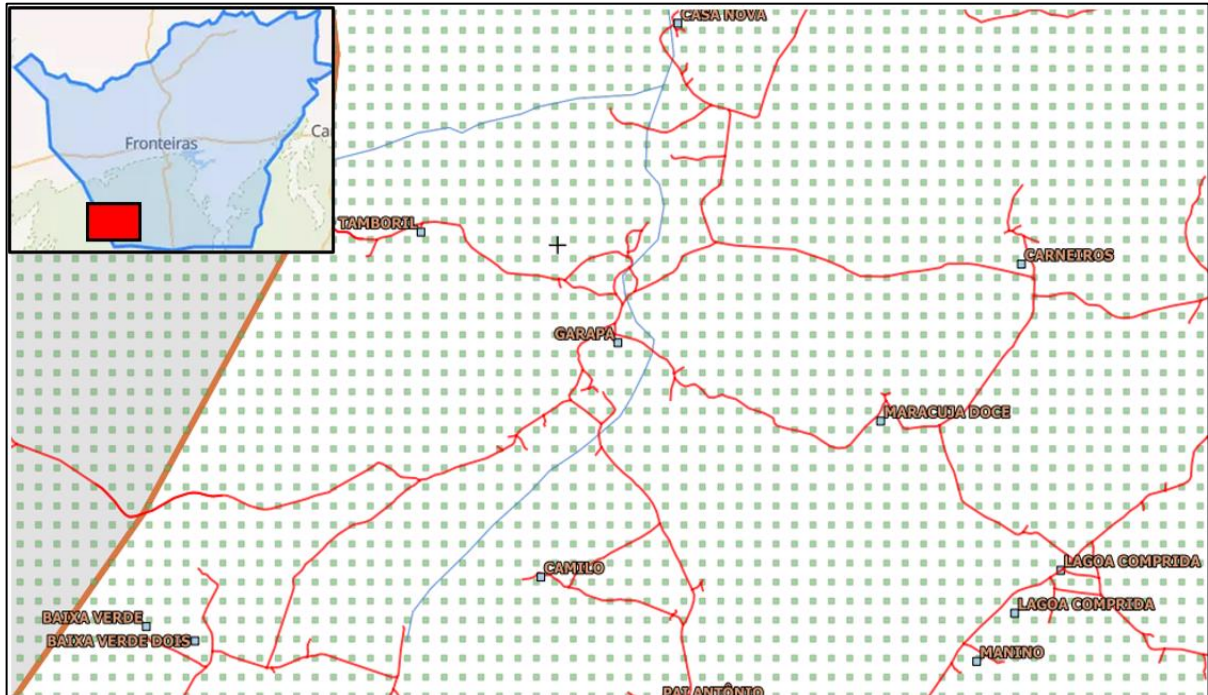


Figura 06: Comunidade Garapa em destaque no mapa do município de Fronteiras – PI.
Fonte: IBGE, 2021⁸.

A comunidade Garapa fica localizada na região Sudoeste da região de Fronteiras-PI. Se posiciona a cerca de 20 quilômetros da sede do município. A geografia do local é caracterizada por uma dualidade entre terrenos íngremes e morros, e algumas áreas de planície. Como podemos analisar na imagem acima (figura 06), produzida pelo IBGE, o Garapa tem como vizinhos outras localidades. Além disso, podemos perceber na imagem, que há um rio que corta a comunidade, denominado Rio do Garapa, elemento que propiciou a construção de uma barragem pelo DNOCS, e que será mencionada adiante. O rio é um dos únicos pertencentes a região, o que possibilitou que o local fosse povoado. A comunidade atualmente (ano de 2023) possui cerca de 150 habitantes.

Não se tem indícios e fontes que nos evidencie, de forma clara, como se consolidou a povoação do local e a partir de que data específica isso aconteceu. Mas temos fontes importantes que retratam a descendência dos povos que ali se instauraram. Pelo menos, é isso que nos relata Edgar Pereira (1982), em obra já mencionada. Na citação que se segue, o autor ressalta o matrimônio entre um filho de Rita Álvares dos Reis e Manoel Valério, primeiros moradores da região de Fronteiras, com uma moça pertencente à localidade Campos, próxima à comunidade de Garapa. Ademais, cita a descendência da dita moça, incluindo o povo que

⁸ Este produto integra a coleção de Mapas Municipais gerados de forma semi-automatizada a partir da Malha Municipal Digital do IBGE, com atualização proveniente de diversas fontes. (IBGE, 2021)

vivia no Garapa e localidades vizinhas. Esse elemento nos leva a crer que antes da chegada pioneira na região de Fronteiras, já haviam indivíduos morando na região do Garapa. Vejamos a seguir um trecho dos estudos de Edgar Pereira (1982).

João contraiu núpcias com Maria Josefa, filha de Joaquim Ribeiro, pertencente a famílias da fazenda Campos no setor sul da região, descendente de marinheiros. Marinheiros europeus cujo sangue se tem perpetuado nos tipos alourados e nos olhos azuis dos habitantes do Garapa [...] e que nem a canícula nordestina tem chegado a modificar. Procedem do Riacho do Sangue, no baixo Jaguaribe, e pelo apelido que alguns carregam, “os flamengos”, desde antiquíssimas eras, indentificam-se como descendentes dos holandeses, abundantes naquela região do Ceará, quando da expansão batava no Brasil. (PEREIRA, 1982, p. 14-15).

Segundo o fragmento retirado da obra de Edgar Pereira (1982), os moradores do Garapa são oriundos do Ceará, mais precisamente, da região do baixo Jaguaribe. E que supostamente possuíam descendência holandesa.

2.4. Formas de trabalho na comunidade Garapa

Durante o decorrer do trabalho até o presente momento, assumimos um afinilamento das análises, tanto em escala temporal, como espacial. É estabelecido o momento, finalmente, de tratarmos com mais profundidade do recorte espacial específico, a comunidade Garapa, foco da nossa análise. É importante, no contexto em questão, que conheçamos as maneiras de desempenhar o trabalho na comunidade. Conhecer a história agrária do local propiciará, também, um entendimento sobre a densidade das problemáticas relacionadas à seca, bem como as dificuldades relacionadas às práticas de sobrevivência desses sujeitos.

As formas de trabalho no Garapa durante todo o período ao qual temos a possibilidade de retratar, através da oralidade da comunidade, isto é, sobretudo da segunda metade do século XX em diante, resumem-se a duas áreas específicas: a agricultura e a agropecuária. Não obstante, a criação, em menor escala, de ovinos e caprinos. A agricultura de subsistência esteve presente no semiárido brasileiro desde o período colonial. O plantio de culturas como milho, feijão, fava, mandioca, entre outros, e as práticas agrícolas relacionadas a esses cultivos foram perpetuadas na sociedade camponesa nordestina de forma geracional.

No povoado Garapa não aconteceu de forma diferente. Para entendermos a questão da agricultura efetivada pelos garapenses, antes, é preciso compreender o terreno que se dava essas práticas. A geografia do semiárido nordestino se mescla entre chapadas que caracterizam planícies e terrenos íngremes, declives acentuados, caracterizando morros de difícil locomoção.

Nos locais mais planos, há um manejo mais simplificado da terra, já no período ao qual antecede a iminência das chuvas, isto é, sobretudo, outubro e novembro, busca manusear áreas que já estão preestabelecidas para o “arado”, são as ditas “*terras aradadas*”. No período mencionado, busca-se fazer a limpeza das sobras dos plantios anteriores e de arbustos pequenos que porventura vieram a crescer no período chuvoso passado. Feito isto, espera-se chuvas significativas, a fim de umedecer a terra a ponto de se conseguir “*aradar*”. A prática resume-se a um árduo trabalho desempenhado por um animal, na maioria das vezes um cavalo, um arado e um indivíduo que manuseia com praticidade o arado, com a finalidade de preparar a terra para o plantio. A prática que pode ser desempenhada por máquinas nos dias atuais, ainda se mantém viva na agricultura do local entre os menos favorecidos economicamente.



Figura 07: Arado do senhor Matias Joaquim da Silva.

Fonte: Arquivo pessoal de Thiago Marivaldo da Silva, 2023.

A presença do arado nas práticas de preparo de terra, datam dos primórdios da agricultura, na antiguidade. No Brasil, durante o período colonial, o instrumento foi amplamente utilizado pela mão de obra escrava. A utilização dessa ferramenta no campo, no século XX, está diretamente relacionada a uma herança do período escravocrata no Brasil. O senhor José Honorato da Silva (2023)⁹, em entrevista concedida a nós, menciona que a utilização da ferramenta na região do Garapa: “Desde quando surgiu o arado, eu arado. Eu era quem aradava, toda terra, do vei Cornelio e do Zé Cornelio, sempre era eu que trabalhava aradando, tudo, tudo” (José Honorato da Silva, 2023).

Não obstante, o arado não esteve sempre presente na vida do homem do campo. Na comunidade Garapa, esse importante aliado do sertanejo se fez presente apenas em meados do século XX. O senhor Ângelo Amaro da Silva (2023), em entrevista, falou dessa recente chegada e a primeira posse da ferramenta na região: “De pouquinho tempo. Eu acho que, eu num me lembra qual foi o ano que, quem primeiro comprou esse tal de arado aqui foi o Justino. Aí foi que começou. E era em boi que aradava” (Ângelo Silva, 2023).

Percebemos, na fala do entrevistado, uma incerteza, um esquecimento, quanto a data específica da chegada dessa tecnologia agrícola no povoado. Essa característica, isto é, incerteza quanto às datas, é algo pertinente ao trabalho com a história oral. Nesse sentido, Sônia Freitas (2006), adverte que “Nesse trabalho [com a história oral] percebemos que muitas vezes as pessoas confundem datas, acontecimentos [...]” (FREITAS, 2006, p. 42).

Como dito de antemão, é característico da região semiárida nordestina e, obviamente, da região da Garapa, pois está incluída nesse clima, a discrepância entre planícies razoavelmente retas e morros íngremes. Essa diferença geográfica, muitas vezes gritante, não se modifica no decorrer de longas distâncias, mas por vezes, de forma repentina. Tal geográfica, marcada por uma grande quantidade de rochas, como destaca a (figura 08) a seguir, representa um desafio significativo para a agricultura no povoado Garapa.

⁹ José Honorato da Silva, 87 anos de idade, nascido no dia 26 de outubro de 1935. Agricultor aposentado. Residente no povoado Garapa. Contribuiu apresentando informações significativas para a pesquisa. Entrevista concedida no dia 14 de fevereiro de 2023, de forma presencial.



Figura 08: Local desmatado sobre solo, majoritariamente, rochoso para o plantio de culturas tais como feijão e milho.

Fonte: Arquivo pessoal de Thiago Marivaldo da Silva, 2023.

A senhora Maria Vitalina de Jesus Silva (2023), relata o descontentamento mediante a presença de formação rochosa nas suas propriedades (Figura 08), por conta de uma escolha do seu pai no período de demarcações de terras. Cabe salientar que o referido período de demarcações será tratado adiante com mais clareza e profundidade.

Mas aí foi a época da demarcação, vieram embora pra tirar. Pai já tava lá podia ter tirado lá mesmo né. Tanto de terra boa que tinha ali naquela chapada. Ele tinha aquelas roça lá. E aí veio tirar dentro desses apipôco véi de morro. Só que o que tem muito é madeira. Aí agora ta bom que tem água. Mas de primeiro era difícil. (Maria Silva, 2023).

Nesse sentido, para esse tipo de terra em específico, os moradores do Garapa utilizavam-se de outro meio para manejar a terra e realizar o plantio: as queimadas. Com a impossibilidade de locomoção nos espaços íngremes dos morros, e com a presença exacerbada de pedras, era improvável, ou melhor, impossível, que se fizesse uso do arado. Desse modo, era desenvolvido o desmatamento do ambiente através da utilização de foices e machados. O processo de derrubada da mata é comumente chamado na comunidade de “broca”.

Após a derrubada das árvores, sobrava um longo terreno sem vegetação, mas com o resto da mata debruçado sob o solo, não se via o chão, pois cobria toda a área desmatada os garranchos e madeiras provenientes do corte da mata. Uma vez esse material estando seco, caído no chão, dava-se início a um novo processo: a queimada. Nesse sentido,

Para cultivar estes alimentos, as queimadas eram realizadas, recomendadas e deixadas como herança cultural. [...] Dentre todas as atividades que envolvem a agricultura, a queimada é uma das práticas culturais mais presentes e que vem resistindo aos tempos. Mais de quinhentos anos depois, o fogo ainda é a principal ferramenta utilizada na agricultura em todas as regiões do Brasil. (CARCARÁ, et al, s.d, p. 80).

Popularmente chamada de “*queima da broca*”, esse processo reunia diversos indivíduos para concluir a tarefa. Sabemos que a agricultura é um elemento cultural que carrega consigo simbolismos e sentimentos. A “*queima da broca*” é um momento em que podemos perceber isso. Grande era a euforia para atear fogo na mata derrubada. Os amigos se encontravam e desempenhavam aquela prática cultural geracional, perpetuada de pais para filhos no decorrer dos séculos. Era um momento de encontro, divertimento, confraternização, bebedeira e, no fim da ação, juntavam-se na residência do proprietário da roça para uma refeição, como forma de agradecimento. Não se fazia este trabalho com fins monetários, visando o lucro, o objetivo era de se juntar e participar da prática. Percebemos, mediante esse cenário e todos os aspectos a ele atribuídos, que a prática da “*queima da broca*”, além de uma ferramenta agrícola, era, simbolicamente, uma prática cultural dos garapenses. E, por isso, essa prática coletiva se mantém viva na mente dos garapenses, pois, como destaca Ecléa Bosi (2003), as memórias são ajustadas e organizadas a partir dos significados. A autora menciona que “A memória opera com grande liberdade escolhendo acontecimentos no espaço e no tempo, não arbitrariamente, mas porque se relacionam através de índices comuns. São configurações mais intensas quando sobre elas incide o brilho de um significado coletivo” (BOSI, 2003, p. 31).

Após as ações de preparo de terra pré-plantio acima elucidadas, inicia-se de fato o plantio da terra. Com relação a essa etapa, usava-se diferentes técnicas para os diferentes tipos de geografias identificadas acima. Até a última década do século XX, utilizava-se tanto em regiões planas quanto em morros, ferramentas denominadas “*enxadeco*” ou “*cavador*” para cavar o chão e enterrar as sementes. Com a chegada das décadas de 1980 e 1990, surgiu no cenário em estudo as chamadas “*máquinas de plantar*”. São ferramentas manuais, com pouca capacidade de armazenamento de grãos e que são utilizadas de forma individual, mas que significou um avanço deveras significativo ao homem do campo. No entanto, com relação aos

ambientes com grandes declives, onde se efetuava a queimada e não o “*aradação*” da terra, a utilização desta inovadora ferramenta não era possível, pois o bico frágil da máquina danificava-se ao ter contato com o solo pedregoso desse ambiente, impossibilitando o seu uso. O plantio desses locais continua sendo efetivado através das ferramentas tradicionais.

Após a preparação da terra e o seu plantio, bem como a germinação dos grãos e o seu nascimento, seja ele de que tipo for (milho, feijão, fava, mandioca, etc.), inicia-se o manejo da plantação. Nesse período, é de crucial importância a recorrência de chuvas. A perda das lavouras evidencia-se, sobretudo, pela ausência de chuvas nesse período específico. Mas dadas as normalidades climáticas, as plantas crescem naturalmente e dão o resultado esperado ao agricultor. Nesse processo de crescimento, os garapenses tinham de desempenhar uma atividade específica: “*A limpa da terra*”.



Figura 09: Plantação de milho do senhor Matias Joaquim da Silva.

Fonte: Arquivo pessoal de Thiago Marivaldo da Silva, 2023.

As plantações efetuadas nas duas ocasiões postas acima, assumem uma organização característica: linhas retas. Essa organização específica não é determinada atoa, de outro modo, é propositalmente estruturada com a finalidade de auxiliar e facilitar o processo de limpa e de colheita. “*A limpa da terra*”, caracteriza-se em eliminar as plantas que nascem dentro da lavoura, e que não fazem parte dos grãos plantados e germinados pelo agricultor.

Na segunda metade do século XX, os garapenses utilizavam como principal ferramenta para este serviço, a enxada. No entanto, com o surgimento do arado, houve a possibilidade de um melhoramento nas práticas agrícolas, não apenas pelo surgimento do arado em si, como também pelo advento da “*carpideira*”. Essa ferramenta, por sua vez, era anexada na mesma estrutura do arado, e também utilizada com tração animal, mas a sua função era exclusivamente a de passar em meio às fileiras plantadas, removendo os arbustos indesejados.

No final de todo esse processo, obviamente se o período de plantio e crescimento da lavoura fosse devidamente contemplado com um bom volume pluviométrico, cabia ao agricultor garapense receber a dádiva da colheita. Esse último processo, por sua vez, era efetivado a mão, sem ajuda de máquinas ou ferramentas, salvo as de armazenamentos, chamados “*caçuar*”, estruturas em formato de caixa que tinham a finalidade de armazenar e transportar os grãos colhidos.

Pois bem, tratamos de forma sintetizada, das formas de trabalhos e suas tecnologias, atribuídas essencialmente à agricultura na comunidade de Garapa. No entanto, como dito de antemão, em consonância com a agricultura, existia a pecuária como complemento das duas atividades que, praticamente, determinavam quase que completamente as formas de trabalho dos garapenses. Nesse sentido, cabe analisar brevemente como se davam os manejos com o gado. Antes disso, vejamos uma contribuição de Vicente Alves 2003, em obra já mencionada nesse trabalho. O geógrafo salienta que,

Apresentava-se, assim, o Piauí como uma área de grande potencial para a prática da pecuária, o que de fato se confirmou ao longo do povoamento, pois teve nessa atividade econômica seu principal suporte, e em torno dela passa a movimentar toda a dinâmica da vida daquela população. A grande proliferação das fazendas de gado pelo Piauí permitiu que tal capitania se tornasse, no século XVIII, uma das mais importantes zonas produtoras de gado vacum e cavalariço do Brasil. Os rebanhos eram enviados, a princípio, para Pernambuco e Bahia, os primeiros mercados consumidores da pecuária piauiense. (ALVES, 2003, p. 67).

Evidenciamos com Vicente Alves (2003), que a criação de gado foi, durante muito tempo, o principal motor econômico do Piauí. Nesse sentido, a comunidade do Garapa herdou essa característica, de maneira que a criação de gado é um fator significativamente presente no decorrer do século XX.

A criação de gado no povoado se dava em duas ocasiões. Durante o período chuvoso, o gado era criado de forma livre, sem as limitações de terras cercadas. Essa ação, intencionalmente aplicada pelo produtor, assumia uma função estratégica. No período chuvoso, visava-se, com a criação livre do gado, o crescimento do pasto nos terrenos cercados, a fim de possibilitar alimentos ao rebanho no período de escassez. Assim, o gado alimentava-se da vegetação que crescia nas áreas livres, mediante as chuvas, sem limitações de cercas. Quando era chegado o período seco, manuseava-se estrategicamente o uso dos cercados que haviam reservas de pasto.

Existia, dentre os criadores de gado do povoado Garapa, uma preocupação comum. No período chuvoso, a vegetação do sertão transforma-se magicamente. As plantas, árvores, arbustos, cinzentos e secos, renascem, e em poucos dias transformam o seco e sem vida no verde e vivo. Dado esse fator caracteristicamente sublime do nosso sertão, o sertanejo da região do Garapa muito se alegra. No entanto, dentre todos os esverdeamentos observados nas vegetações, uma específica não é bem-vinda. Estamos falando da planta “*maniçoba*”. Diferente do prato típico da região do Pará, de origem indígena, oriundo da folha da mandioca e consumido em todo o país, a maniçoba em algumas áreas do Piauí, sobretudo nas regiões mais baixas, que não serras e chapadas, refere-se a uma espécie de mandioca silvestre, nativa, dita “*braba*”, e que possui alto grau de toxicidade.

A maniçoba, como as demais plantas do gênero *Manihot*, apresenta em sua composição quantidades variáveis de glicosídeos cianogênicos (linamarina e lotaustralina), que ao hidrolisarem-se mediante a ação da enzima linamarase, dão origem ao ácido cianídrico (HCN) (Soares, 1995) que é tóxico e pode levar os animais à morte, dependendo da quantidade consumida. (ANDRADE, s.d. p. 7).

A maniçoba representa uma grande preocupação coletiva no período de iniciação das chuvas na comunidade. Deve-se mencionar que a maioria das ocorrências de mortes de cabeças de gado não se dão especificamente nos períodos de seca – pois na maioria das vezes o sertanejo consegue contornar essas problemáticas, salvo os períodos de secas mais severas – mas sim, através da ingestão da maniçoba por algumas cabeças. Percebemos, no entanto, que a dita planta não aparece com considerável presença em meio a vegetação. Acreditamos que esse fator se dá devido uma prática comumente aplicada no início do período chuvoso. Os

produtores de gado adentram a mata em busca das plantas com a finalidade de aniquilá-las e, conseqüentemente, salvar o seu rebanho das toxinas mortais do arbusto.

Por fim, queremos deixar evidente a seguinte questão. Especialmente sobre a lida com o gado nos períodos em que as secas mais severas atingiam a comunidade, impossibilitando, assim, que houvesse a existência de estoque de pasto (alimento para o gado). Já no que se refere às propriedades fechadas, trataremos com mais profundidade no próximo capítulo, pois esse assunto trata diretamente do cotidiano do povo garapense, questão pertinente às próximas discussões da corrente pesquisa.

Por último, queremos deixar claro que as atividades relacionadas ao trabalho dos garapenses não se resumem especificamente a agricultura e a pecuária. Por mais que estas fossem as ações que compreendiam quase que completamente o cotidiano desses sujeitos, outras formas de trabalho se evidenciavam de forma secundária, tais como os trabalhos contratados em forma de diária de serviço, que por sua vez assumiam variados afazeres, tais como construção de cercas, casas, fabricação de carvão, etc. Essas atividades, no contexto em questão, quase não se faziam presentes quando comparadas com as práticas agrícolas e pecuárias.

2.5. Formas de ocupação de terra na comunidade Garapa

O processo de distribuição de terras no Piauí se deu de formas variadas e através de diversos elementos, relacionando políticas, conflitos e intencionalidades. A historiadora contemporânea Ivana Campelo Cabral (2020), em *“O vínculo com a terra e as diferentes categorias de trabalhadores rurais livres no Piauí oitocentista”*, nos ajuda a compreender esses processos e, conseqüentemente, as formas de ocupação da terra na comunidade Garapa.

Para a historiadora, existiam “os trabalhadores que compunham as principais categorias de trabalhadores livres atuantes no sertão nordestino na segunda metade do século XIX, que se apresentam como: posseiros, arrendatários, criadores, sitiantes, vaqueiros, agregados ou moradores” (CABRAL, 2020, p. 148). Nesse sentido, cabe entendermos quais dessas definições sociais os indivíduos que ocupavam as terras do Piauí imperial – onde depois se instalou a cidade de Fronteiras e a comunidade Garapa – possuíam, com a finalidade de finalmente sabermos como se dava a ocupação de terras no local.

Seguindo essa lógica, analisaremos alguns relatos dos indivíduos entrevistados na comunidade, a fim de identificarmos os diferentes usos da terra e, se o perfil socioeconômico

dos garapenses, na segunda metade do século XX, se assemelhavam aos apontados no estudo de Ivana Campelo Cabral (2020).

A senhora Maria Vitalina de Jesus Silva (2023), quando perguntada sobre as formas de ocupação de terra durante o período em questão, fala acerca da demarcação de terras que foi definida pela prefeitura.

Antes não era alugada e nem terra de herança. Aí depois foi que veio essa demarcação que tinha uma posse, compravam aquele negócio lá e cobria aquele pedaço de chão, o que cobria era dono né. Que nem pai aqui, pai só ficou no lugar mais ruim que tinha, que tirou ali no Garapa aquele pedaço por que tinha a casa lá, e aqui tinha as roças dele aqui e ele tirou esse pedaço aqui. E tio preto tirou dentro daqueles morro também. E aí ficaram como dono né. (Maria Silva, 2023).

Nas palavras da senhora Maria Vitalina de Jesus Silva (2023), podemos perceber o descontentamento com as terras mais íngremes, os ditos morros, por consequência da dificuldade de cultivá-las, em comparação com as terras mais planas, elemento já discutido *a priori*. Podemos ver, nas palavras da entrevistada, que o evento conhecido como demarcação, concedeu aos sujeitos que já desempenhavam suas atividades na localidade, a legitimidade das terras a partir da compra das posses dessas propriedades. O ato de comprar a posse dessas terras é apresentado pela entrevistada como “cobrir aquele pedaço de chão”, já o título da terra, documento físico, é referido no trecho como “aquele negócio lá”. A moradora da comunidade complementa dizendo: “Era. Pegava aí em Fronteiras e vendiam, essas posses. Eu num entendo nada de posse e a posse era, vamos dizer assim, se apossava daquele pedaço, por que vinha o demarcador né, com aquelas máquina, demarcava. Aí comprava”.

Tivemos acesso ao documento da compra da referida terra que a senhora Maria Vitalina de Jesus Silva (2023) ressalta, comprada pelo seu pai, Amaro Raimundo da Silva, no ano de 1954 (Figura 10). No documento, podemos perceber alguns pontos interessantes. O documento engloba a compra de quatro glebas, sendo uma delas pertencente a região do Garapa, e as outras três, de localidades circunvizinhas. Além disso, percebemos no documento abaixo (Figura 10), detalhes do processo de demarcação de terras estabelecido na cidade. Além desses elementos, é possível saber o preço da obtenção da propriedade: Cr\$ 425,00 (Quatrocentos e vinte e cinco Cruzeiros).

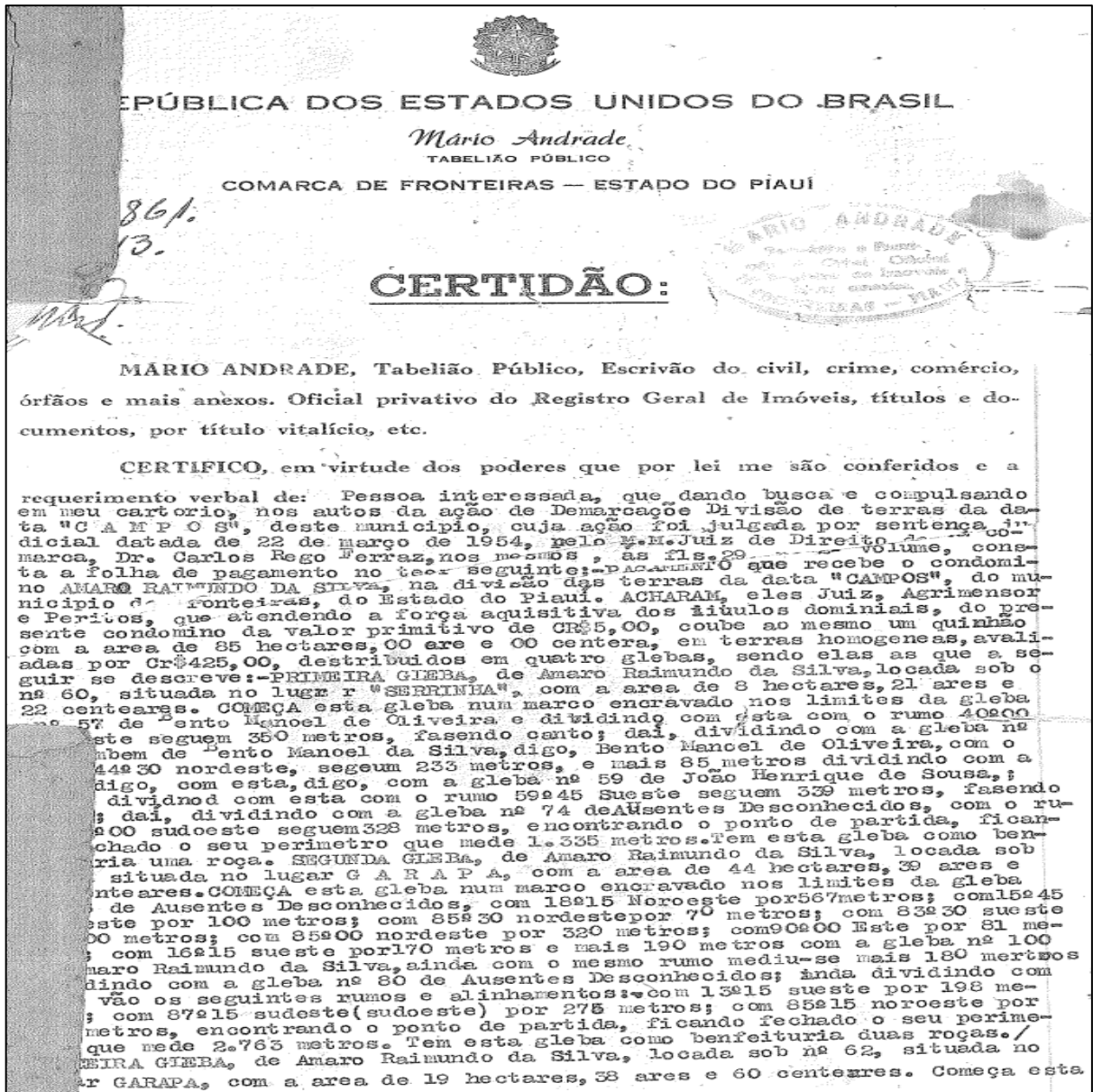


Figura 10: Documento de compra de posse de terra do senhor Amaro Raimundo da Silva.

Fonte: Arquivos pessoais do senhor Ângelo Amaro da Silva, 1954.

Quando perguntada sobre o antigo proprietário dessas terras antes da dita demarcação, a senhora Maria Vitalina de Jesus Silva (2023) responde diretamente: “De todo mundo”. Indagada sobre a possibilidade das pessoas simplesmente se alocarem e usufruírem da terra naquele período, ela nos elucida o seguinte: “Era. Achava o lugar de fazer uma rocinha e metia a foice pra riba. Agora que cada um quer ser dono né” (Maria Silva, 2023).

Edgar Pereira (1982), em obra já mencionada, nos traz o fato do município de Fronteiras possuir muitos “espaços vazios”, que seriam terras sem um proprietário específico. Menciona Pereira: “Naquele tempo (séc. XX), sendo a terra pouco explorada, grandes eram os espaços vazios” (PEREIRA, 1982, p. 18).

Nas nossas pesquisas, não chegamos a conclusões precisas acerca do pertencimento dessas terras, seja pelo público ou pelo privado. No entanto, o fato de termos os relatos orais apontando para terras sem proprietários, nos leva a crer na hipótese da existência de terras devolutas na região do Garapa. Terras devolutas aqui compreendidas como bens do Estado, pois a partir do texto constitucional de 1988, em seu artigo 26, entendemos que “Art. 26. Incluem-se entre os bens dos Estados: [...] IV - as terras devolutas não compreendidas entre as da União.” (BRASIL, 1988).

Seguindo essa lógica, buscamos, sobretudo na prefeitura da cidade, fontes que comprovassem a presença de terras devolutas na região, como um possível mapa de glebas ou documentos relacionados ao antigo topografo do lugar, que por sua vez, teria sido responsável por efetivar as ditas demarcações, acima discutidas. No entanto, não recebemos retornos satisfatórios quanto a isso. Alega-se que o mapa de glebas não existe. O topografo antigo da cidade não se encontra mais vivo, além disso, não fora possível ter acesso a seus arquivos pessoais. Essas questões seguem como incógnitas devido à ausência de fontes específicas.

O senhor Ângelo Amaro da Silva (2023), também contribui para entendermos o processo de demarcação de terras na comunidade de Garapa durante o século XX. Quando perguntado acerca das formas de ocupação de terra na região no período, o agricultor responde que “Sempre nesse tempo era comum as terra, o caba fazia a roça onde queria. Depois da demarcação foi que, quem tinha a posse é que pegava aquele hectarim de terra. Conforme a posse que cobria. Essa posse era comprada. Acho que na prefeitura, era na cidade”. Indagado sobre a possibilidade dos indivíduos simplesmente se alocarem nas terras e usufruírem delas, ele relatou: “Só. Aí fazia a roça onde quisesse. Aí era onde quisesse fazer uma roça, fazia. Aí depois dessa posse foi que, foi demarcando e cada um ficava com seu pedaço”. Quando questionado acerca do valor e da distribuição dessas terras, o senhor Ângelo Amaro da Silva (2023), menciona que:

Rapaz nesse tempo eu num sei. Era mirreis, eu num sei. Tinha um história de cinco mirreis. Quem podia comprar posse maior, cobria mais terra. Meu pai comprou. Naquele tempo pai comprou. Essas terra aqui era tudo por causa dessa posse comprada. Quem tinha a posse maior cobria a área maior. Quem num tinha, era pouquinha a posse, aí era limitado. (Ângelo Silva, 2023).

A partir da análise das fontes orais acima mencionadas, bem como da observação da obra de Ivana Campelo Cabral (2020), abordada no início dessa discussão pertinente à ocupação de terras, podemos elencar alguns fatores. Para a autora, existiam duas espécies de posseiros no Piauí oitocentista, mais especificamente no fim desse período, e conseqüentemente, perpetuados posteriormente adentrando até o século XX. O primeiro

referia-se a posseiros com uma maior ascendência social e financeira. Este, por sua vez, não se faz presente dentro dos nossos limites espaciais. No entanto, o segundo tipo de posseiro, elencado pela historiadora, condiz com os relatos orais postulados acima. A autora destaca que,

O segundo tipo é o que poderíamos denominar, segundo aponta Márcia Motta, de “posseiro invasor”, esta categoria seria formada pelos pequenos cultivadores que detinham a posse de poucas terras e retiravam seu sustento da produção familiar. Sem influência política ou qualquer modo de empreender grande resistência, não tinham condições de defender as terras que ocupavam, sendo facilmente expulsos e as terras incorporadas a outros domínios. (CABRAL, 2020, p. 154).

Como o trabalho de Ivana Campelo Cabral (2020) se estabelece priorizando os episódios de conflitos entre os personagens que buscavam a posse dessas terras, ela pensa nessa organização e delimitação dos elementos sociais no Piauí a partir de uma relação de grandeza e hierarquia. A nossa pesquisa, no entanto, por mais que leve em consideração essas questões, não as trata com considerável relevância, pois, como podemos apreciar nos relatos orais da dona Maria Vitalina de Jesus Silva (2023) e do Senhor Ângelo Amaro da Silva (2023), acima destacados, as compras de posses de terras ocorreram de forma pacífica e harmoniosa, sem a iminência de conflitos. Acreditamos que os conflitos foram ausentes, não se deram nem durante as demarcações, nem antes das compras de posses, pois não são observados nos relatos. Como visto, os sujeitos cultivavam as terras que bem quisessem, sem imposições de grandes fazendeiros ou sesmeiros.

Mas por que a demarcação de terras na zona rural da região de Fronteiras se deu de forma tão tardia? Afinal, a partir das fontes orais da região, as demarcações e compras de posses de terras datam, aproximadamente, da década de 1950. Para explicar esse fator, novamente evocamos Ivana Campelo Cabral (2020). A historiadora relata a proibição da concessão de sesmarias por D. Pedro em 1822, no período regencial. Menciona, ainda, nesse contexto, a mudança na organização fundiária no Brasil em meados do século XIX, com a iminência da lei de terras, que, por sua vez, seria um “artifício legal que normatizasse a demarcação das terras ou os processos pelos quais era possível adquiri-las” (CABRAL, 2020, p. 150).

No entanto, Ivana Campelo Cabral (2020) cita as irregularidades no que diz respeito a aplicabilidade da lei, sob diversos preceitos, desde a ausência de profissionais qualificados para a demarcação, até intencionalidades político-administrativas. Algo que, ao nosso ver, possibilitou o atraso no que diz respeito às demarcações de terra em muitas áreas do Piauí, inclusive, na comunidade Garapa.

O problema de falta de profissionais figura por muitos anos nas pautas referentes à demarcação fundiária no Piauí, perpassando os oitocentos e chegando até o século XX ainda como um problema latente, o que nos leva a acreditar que essa demarcação fundiária poderia não ser exatamente uma prioridade dos governantes ou mesmo dos grandes latifundiários que se aproveitavam desta situação para usufruir da exploração de terras que muitas vezes não deveriam constar nos domínios de certos proprietários. (CABRAL, 2020, p. 151).

Em resumo, os relatos da comunidade Garapa no Piauí revelam que o processo de legitimação de terras ocorreu por meio da demarcação e compras de posses. As terras eram inicialmente acessíveis a todos, mas com a demarcação, aqueles que adquiriam as posses se tornaram proprietários. Os relatos dos moradores indicam uma aquisição pacífica. Assim, a ocupação de terras na comunidade Garapa no século XX ocorreu de forma harmoniosa e sem conflitos. Após esse evento, as propriedades passaram a ser legalmente vendidas ou adquiridas através de documentos de compra e venda registrados em cartório.

3. A SECA NA COMUNIDADE GARAPA: COTIDIANO E IMAGINÁRIO

Neste capítulo, buscaremos compreender o cotidiano dos garapenses que se assentavam nas práticas de sobrevivência condicionadas pela resistência desses sujeitos aos episódios de seca. Procuramos saber, também, sobre os alimentos utilizados frente à precariedade de recursos, naturais e financeiros, trazidos pela seca e pela falta de oportunidades de renda. Buscaremos, no presente capítulo, fomentar discussões acerca da manutenção da pecuária, uma das únicas formas de trabalho que concedia a estes sujeitos algum patrimônio monetário. Discutiremos as problemáticas em conseguir recursos básicos, como água e comida. Procuraremos ter ciência das ajudas governamentais, sobretudo as frentes de emergência e a participação desses sujeitos nas ditas obras na comunidade. Por fim, trataremos de forma mais específica do imaginário atribuído a esses elementos e as dificuldades relacionadas a eles, algo que condicionava ações metafísicas efetivadas através da mentalidade desses sujeitos inseridos nesse ambiente brutal, viabilizando a prática das ditas “experiências”, preces e rituais. A análise desses aspectos da vida na comunidade de Garapa estarão lapidados, sobretudo, através dos relatos orais e do uso da memória dos sujeitos que lá viveram, especificamente, na segunda metade do século XX. O presente capítulo, materializa-se como o principal da nossa obra, pois chega ao tão esperado destino e tema específico.

3.1. A resistência da pecuária

Já vimos no decorrer desta pesquisa que toda construção histórica do Piauí esteve embasada na criação de gado, sendo esta atividade um importante impulsionador da economia da província e posterior estado. Vimos também, que a comunidade de Garapa, por estar incluída nesse cenário, herdou a pecuária como uma das duas principais formas de trabalho do local. No entanto, cabe salientar que a quantidade de alimento necessária para a sobrevivência de animais de tão grande porte deve ser consideravelmente alta. Nada tão distante da realidade em anos que decorre naturalmente a média pluviométrica esperada. Entretanto, essa simples atividade, desempenhada através das estratégias já discutidas nas entrelinhas anteriores, em anos em que há a ocorrência de seca, materializa-se como um grande obstáculo para os criadores da região. Isso, obviamente, porque coexiste com a seca e a ausência de pastos provenientes da irregularidade ou escassez de chuvas na comunidade.

Mesmo com tamanho obstáculo, o sertanejo nordestino busca a todo custo manter ao máximo a vida do seu rebanho. Isso, leva-o a buscar saídas ao dilema da seca, saídas estas que demandam grande mão de obra, e boa parte do seu dia. A lida diária com o gado e com o prover de alimento para os animais, era um dos fatores que marcava o cotidiano desses sujeitos. Nesse sentido, vejamos alguns dos alimentos utilizados como ração, bem como, o processo pelo qual se dava, antes de serem fornecidos aos animais, obviamente, nos períodos em que a seca mais castigara este povo.

O primeiro alimento que podemos retratar aqui é a famosa “*Macambira*”. Muito presente na paisagem do Nordeste, a planta foi amplamente usada para alimentar o gado nos períodos de estiagem.



Figura 11: Macambira em meio a vegetação seca do sertão.

Fonte: DESIGNI, 2012.

Percebemos na imagem acima, que a planta se apresenta destacada em tom esverdeado em meio a vegetação seca e cinzenta do sertão. O espinhento arbusto característico do Nordeste, possui batatas subterrâneas que consolidam a sua sobrevivência e verde, mesmo exposta a longos períodos de estiagem, possibilitando o seu uso como alimentação animal em períodos de seca. Nesse contexto,

A macambira é uma planta da família das bromeliáceas, do gênero Bromélia. Está presente nas áreas secas do Nordeste, desde a Bahia até o Piauí. Tem raízes finas, caule de forma cilíndrica e folhas (constituídas de duas partes distintas: base dilatada e limbo) distribuídas em torno do caule. [...]

Aproveitada na alimentação dos animais (ou até mesmo do homem) durante os longos períodos de seca. (ANGELIM, et.al, 2007, p. 1065).

Durante a segunda metade do século XX, observamos relatos que relacionam a planta com a alimentação humana. Os relatos do uso da macambira com essa finalidade datam de todo o curso do século XX, tanto na memória dos nossos entrevistados, quanto na memória compartilhada de outras épocas. Não obstante, trataremos do assunto pertinente aos alimentos desses sujeitos em outro momento deste trabalho, por hora, nos preocupamos em entender os processos para utilização da planta como alimentação animal.

Antes disso, vejamos outro alimento que tinha o mesmo processo e a mesma finalidade da macambira: o mandacaru.



Figura 12: Mandacaru em meio a vegetação seca.

Fonte: DESIGN, 2012.

Tal como a macambira, o mandacaru é marcadamente representado por um atípico verde em meio ao semiárido seco. A planta, como o arbusto mencionado de antemão, também sobrevive à seca por longos períodos de tempo, devido sua capacidade de reter e armazenar

líquidos em seu interior. Característica da região Nordeste, a planta foi amplamente usada na alimentação animal em períodos de estiagem na região da comunidade de Garapa.

O mandacaru (*Cereus jamacaru* P. DC.) é uma das espécies nativas da vegetação da caatinga, pertencendo à família das cactáceas. Cresce em solos pedregosos e, junto a outras espécies de cactáceas, forma a paisagem típica da região Semi-árida do Nordeste, sendo encontrado nos estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e norte de Minas Gerais. Esta planta atinge de 3 a 7 m de altura e possui caule cheio de espinhos rígidos, com grande quantidade de água. É utilizada como planta ornamental e ainda serve para alimentação de bovinos, caprinos e ovinos, principalmente na época de estiagem. (ALMEIDA, 2009, p. 16).

O processo de preparo dessas duas plantas típicas do Nordeste e, obviamente, existentes na região do Garapa, é amplamente relatado no decorrer das entrevistas concedidas a nós. Percebemos nas imagens (figuras 11 e 12), que ambas possuíam muitos espinhos, o que inviabilizava de ser consumido pelos animais no ambiente natural do sertão. Nesse sentido, cabia ao criador, colher de forma cautelosa essas plantas e posicioná-las sobre o fogo, com o objetivo de queimar apenas os espinhos e o rebanho poder se alimentar do caule. Por ter certa umidade, as plantas não queimam na mesma intensidade e tempo dos espinhos, ou seja, posicionadas sobre o fogo, os espinhos queimam primeiro, depois a planta. No entanto, depois que os espinhos queimavam, a planta era retirada do fogo antes de queimar e oferecida ao rebanho. Ademais, além do fogo proporcionar a queima de espinhos, também cozinhava a estrutura de cor verde das duas plantas, deixando-as mais atrativas aos animais. Além disso, o material proveniente desta “queima” era transportado até o gado, através de animais de carga.

O senhor Matias Joaquim da Silva (2023), quando indagado acerca dos alimentos fornecidos ao rebanho em tempos de seca, fala sobre essa prática, se expressando com uma entonação peculiar, como quem tenta, através de manobras na voz, passar a ideia do quão cansativo e difícil era esse trabalho cotidiano, que tomava boa parte do seu dia.

Mandacaru. Só a coisa que existia no mundo era mandacaru e macambira. Eu mesmo queimei macambira dois anos. Ali com o finado Derson. Ali era eu mais o Messias e o Edilson. O Messias tinha vindo de São Paulo. Aí ia eles dois cedo, de bicicleta. Aí eu pegava um gado que eu tinha alugado um cercado do Antônio Maximino ali no Garapa. Aí eles iam e eu ficava atrás. Ia tirar o leite desse gado. Tirar pra duas vacas de pai, leite pra ele que ele morava lá. Aí depois eu pegava um animal e ia. Uma jumenta e ia. Aí quando chegava lá os meninos já tavam com uma caêira feita de macambira. Aí ajuntava aqueles pau. Coisava e largava fogo. Aí queimava. Aí ia queimando, eles ia arrancando e eu fazendo outra coivara grande. Nós queimava uma carga grande e mais um saco. E ficava macambira lá direto. Todo santo dia. Botava lá na casa véa do Antônio Maximino. Quando era meio dia eles vinha embora e eu ficava lá. Almoçava, só almoçava lá de 1 hora da tarde por diante. Aí almoçava, pegava a jumento e ganhava aquele cercado do Antônio Maximino com a jumenta, pra queimar carga de

mandacaru. Queimava carga de mandacaru. Chegava e me sentava na calçada daquela casa véa na sombra e só pinicando nos caçoar. (Matias Silva, 2023).

O cotidiano do sertanejo criador de gado resumia-se ao trabalho árduo, a peleja diária para conseguir suportar o período em que a chuva não caia no solo seco do sertão. Relacionamos, assim, a memória desses indivíduos às suas ações diárias, ou melhor, aos seus hábitos. Podemos interligar essa relação entre memória e hábito com as considerações de Ecléa Bosi (2003). Segundo a autora, “o corpo guarda esquemas de comportamento de que se vale muitas vezes automaticamente na sua ação sobre as coisas: trata-se da *memória-hábito*, memória dos mecanismos motores” (BOSI, 2003, p.38,39). Ecléa Bosi (2003), complementa dizendo que a *memória-hábito* se estabelece “Na medida em que a vida psicológica entra na bitola dos hábitos, e move-se para a ação e para os conhecimentos úteis ao trabalho social [...]” (BOSI, 2003, p.39).

O já mencionado anteriormente, José Honorato da Silva (2023), também fala do dia a dia de labuta, frente a necessidade de queimar macambira e mandacaru em meio a seca que assolava o ano de 1951, o que, segundo o senhor José Honorato da Silva (2023), fora um ano com pouquíssima incidência de chuvas.

Rapaz a primeira coisa do dia, que eu fazia em [19]51, era levanta madrugada logo, garrar um saco pra ir queimar mandacaru. Quando o sol saía nós já vinha chegando com as carga de mandacaru no jumento, eu e papai. (risos), era assim. [...] Quando não tinha o alimento dos animal; era macambira. Queimava e pinicava e botava pros bicho comer. Todo santo dia. Era domingo, era dia santo, era de todo jeito, se não os bicho morria de fome. (José Silva, 2023).

Percebemos, com o relato do senhor José Honorato da Silva (2023), que os períodos de seca e a busca por fazer sobreviver os rebanhos de gado, eram relevantes condicionantes do cotidiano desses sujeitos. Reiteramos, mais uma vez, que a memória dessas ações diárias está no campo do que Ecléa Bosi (2003) chama de “*mémoria-habito*, repetição do mesmo esforço, adestramento cultural” (BOSI, 2003, p.52). Sobretudo a dita “queima de mandacaru e macambira”, processo em que se buscava queimar os espinhos das plantas, depois, fatiar o caule do mandacaru e a folha da macambira para o rebanho. O senhor Ângelo Amaro da Silva (2023), também fala destes dois principais alimentos destinados ao gado: “Era mandacaru, macambira. Tinha que queimar. Essa era a penitência, queimar mandacaru e macambira. Inté quando... chovesse” (Ângelo Silva, 2023).

A senhora Maria Vitalina de Jesus Silva (2023), também relata a corriqueira prática da queima do mandacaru e da macambira, e como essa atividade possibilitou a sobrevivência dos poucos animais que ela possuía juntamente com seu esposo.

É, eles faziam aquele lastro de lenha, e aí botava elas ali em riba. Era arrancando e fazendo aqueles monte, depois botava fogo. Quando queimava, aí vamo tirar com um... faziam aquelas vara com aqueles gancho pra tirar elas de dentro do brazidão. Acabaram quase tudo as macambira (risos). Ainda tem aculá pra cima ainda tem, mas aqui mesmo num tem mais não. A gente ainda tem esse gadinho por que, se batalho muito, mas que foi sofrimento, foi. Escapava naquele mandacaru, na macambira, era sofrimento. A gente ainda tem esse gadinho por que, se batalhou muito, mas que foi sofrimento, foi. Escapava naquele mandacaru, na macambira, era sofrimento. (Maria Silva, 2023).

Percebemos, com os relatos acima destacados, uma preservação histórica no que diz respeito à prática da manutenção da pecuária em tempos de seca. Nesse cenário, Sônia Freitas (2006) destaca a “Memória, aqui entendida como propriedade de conservar certas informações por meio de um conjunto de funções psíquicas e cerebrais” (FREITAS, 2006, p. 59).

De fato, a dificuldade diária em meter-se sertão adentro em busca de arbustos e cactos espinhosos, com a finalidade de juntá-los e atear fogo para propiciar a resistência das poucas criações que os produtores garapenses possuíam, era uma tarefa deveras exaustiva. Não obstante, havia outra problemática corriqueira que coexistia em consonância com a ausência de pasto, a falta de água. Não trataremos, nesse momento, da busca de água para consumo humano, por mais que muitas vezes provesse da mesma fonte, mas sim, da água necessária para sanar a sede dos rebanhos de gado, pois tratamos agora, justamente, da resistência da pecuária na comunidade.

Era comum o fato de os moradores do Garapa lançarem-se diariamente em direção a grandes distâncias, muitas vezes traçadas a pé, em busca da água para os animais que possuíam. Nos relatos que tivemos acesso, podemos perceber que dentro de um largo espaço geográfico, que aglomerava não somente o Garapa, mas outras regiões vizinhas, existia apenas uma fonte de água, amplamente disputada por todos. O local, que por sua vez era intitulado “olho d’água do Juá”, posicionava-se à oeste da comunidade, cerca de 20 quilômetros de distância, ficando em uma outra localidade, denominada Juá. Edgar Pereira (1982), em trabalho supracitado, relata que “o gado exigia uso maior de chupeiros e olhos-d’água” (PEREIRA, 1982, p. 18). O senhor José Honorato da Silva (2023) menciona o fato dessa fonte de água ser a única em tempos de seca, em uma vasta extensão territorial, para servir a diversas outras comunidades.

Da água era de baixo. Juá, lá era a veia, corria por cima de uma pedra e saía embaixo. Aí só tinha essa água aqui no mundo. Sustentava aqui, sustentava a Baixa Verde, todo mundo carregava pra beber e dar água a bicho no Juá. E no Garapa, e na Casa Nova, e na favela, na tiririca (inaudível). Aquilo era uma dificuldade (inaudível). (José Silva, 2023).

Todas as comunidades citadas pelo senhor José Honorato da Silva (2023) usufruíam da única dádiva hídrica presenteada pela natureza, em muitos quilômetros. Haviam, além dessas, diversas outras comunidades, que não foram citadas pelo nosso entrevistado. Entendemos, dessa maneira, que o dito lugar era usufruído por uma grande coletividade, não à toa, todos os nossos entrevistados mencionam o olho d'água, além de mencionar o grande número de sujeitos que frequentavam o local a fim de conseguir obter água. A memória desse lugar é preservada não somente pelo individual, mas acima disso, pelo coletivo. Nesse sentido, cabe lembrar que, segundo Sônia Freitas (2006), “Nessa perspectiva, lembrar-se é uma ação coletiva, pois, embora o indivíduo seja o memorizador, a memória somente se sustenta no interior de um grupo” (FREITAS, 2006, p. 66).

O trajeto até o olho d'água com a finalidade de dar água aos animais, era feito através do transporte diário do rebanho até o local. Todos os nossos entrevistados mencionaram o cotidiano trajeto até o Juá. As fontes orais as quais tivemos acesso, nos relatam como esse processo era demorado e cansativo, pois como todos os criadores da região procuravam o local para os seus animais beberem, a fonte d'água congestionava-se consideravelmente, obrigando, muitas vezes, esses sujeitos a se submeterem a longos períodos de espera, diariamente, sob péssimas condições. O gado, por sua vez, bebia cabeça por cabeça, o que corroborava com a grande demora. No relato que se segue, o senhor José Honorato da Silva (2023), menciona uma memória em que tivera ficado, segundo ele, um grande período de tempo para conseguir finalmente fazer com que seu rebanho bebesse. Vejamos.

E aí, tinha dias que, de tardezinha assim, eu saía 17 hora daqui né, buscar água no Juá, e dar água os animal aqui. Trabaiava na macambira e ia pra lá. Chegava lá, 17 hora. Já tava o ôi d'água seco. Aí era só no pé da veia, se esperando. Encher a carga de água de todo bicho, de uma por uma, cria. Aí quando eu cheguei lá, aí, essa foi do diacho (risos). Aí eu, amarrei os animal, dentro do cercado, aí tinha um rapaz lá do Juá, dando água ao gado, de uma por uma reis, o gado lá no curral [...]. E aí foi levando, foi anoitecendo, e eu com os animal lá sem beber. Aí quando foi que este acabou, aí chegou outro véi que morava assim bem pertinho, pra da água a outro gado. Agora este era gado muito. E ele foi botando lá, soltando, e ele lá, dando água. E aí com pouco mais anoiteceu e deu pra meia noite. E eu sem da água o gado. E eu nem enchi as carga. Desde 17 hora que eu tava lá. Aí quando foi pra mais de noite que o outro acabou, o outro botou o gado, de uma por uma reis. E eu esperando, esperando, esperando. E foi anoitecendo, anoitecendo, quando ele foi acabar de dar água a este gado era mais de 22 hora da noite. Aí foi que eu

fui, (inaudível). Aí eu fui, me acoquei no pé da pedra, que era numa pedra, lavei bem lavada, depois de dar água os animal, aí enchi as carga. Ai, butei de lá pra cá. De noite, um escuro rapaz, a ladeiro só tinha os caçulé pra nós pisar. Mais uma pedra lisa no mei, se escorregasse os casco dos animal, buf no chão. Eu sufria, eu sufria. Aí, toquei de lá pra cá. [...] Quando foi depois de subir de lá pra cá [...]. Quando olhei de lá pra cá, laivem um tição de fogo, eu disse: vala meu Deus, será a morte que vem buscar eu?. Por que dava pra isso né, desde 17 hora que eu tava pra lá. Sem jantar. Deixei pra quando chegasse jantar. Aí toquei de lá pra cá, e era o gado andando e um escuro pra danar. [...] cheguei em casa arriei as coisa, e era a barra açoitando já pra 5 hora. (inaudível) Quebrei o jijum, por que era um jijum mesmo né. Aí já fui arria os animal pra quando o sol sair já ir ver água de novo no Juá. O torada era este minino, num tô lhe dizendo. Eu já suffri aqui, eu já suffri (risos). (José Silva, 2023).

Já vimos o conceito de “memória-hábito”, com Ecléa Bosi, e a sua relação com as memórias do cotidiano dos nossos entrevistados. Mas nesse caso da citação posta acima, ainda cabe a relação entre memória e hábito? Acreditamos que em partes sim. Mas algo de diferente ocorre com essa memória do cotidiano do senhor José Honorato da Silva (2023). Algo para além do hábito, para além do corriqueiro. Nessa perspectiva, a memória assume outro sentido, sentido esse também posto por Ecléa Bosi (2003). Para a autora, por vezes “O sonho resiste ao enquadramento nos hábitos, que é peculiar ao homem de ação. Este, por sua vez, só relaxa os fios de tensão quando vencido pelo cansaço e pelo sono” (BOSI, 2003, p.39).

O senhor José Honorato da Silva (2023), através do seu relato, nos faz perceber alguns elementos. O cansaço e sofrimento para conseguir água naquela região. Longos períodos de espera, trajetos perigosos devido às condições geográficas das estradas que se posicionavam em meio a morros e desfiladeiros, as condições precárias que esses sujeitos se submetiam nesse processo, inclusive, desempenhando um trabalho árduo sem a alimentação necessária. Esses fatores, por sua vez, moldavam o imaginário e a mentalidade dessas pessoas.

No relato em questão, por exemplo, o senhor José Honorato da Silva (2023) saiu com a tarefa de conseguir água às 17 horas da tarde e, quando retornou aos seus aposentos, eram 05 horas da manhã. O cansaço e condições submetidas nessas ocasiões faziam com que o nosso entrevistado observasse o brilho do sol e o confundisse com um sinal de que sua morte era chegada, por conta do cansaço e do longo período trabalhado sem o alimento necessário. Esse pequeno devaneio mostra o quanto era exaustiva e angustiante, a busca pela água na comunidade em questão.

O senhor Matias Joaquim da Silva (2023), também menciona o dito olho d’água como única fonte disponível de água na região. Ele conta que “Era aquele monte de gente indo ver água no Juá”. E complementa: “A água carregava do Juá. Aqui no Garapa num

existia. Às vezes ficava uns tempo, por que ainda não tinha barragem, não tinha nada, aquela aguinha veia ia simhora. Aí era do Juá que carregava. Lá era um oi d'água. No Juá. Oi d'água que ainda hoje tem” (Matias Silva, 2023).

O senhor Ângelo Amaro da Silva (2023) também se refere ao lugar e as cotidianas viagens até lá: “Aquelas época de, num me lembro se foi 62 que foi ruim também. Que nós ia pro Juá direto. Era anos ruim. [...] Quando secava tudo tinha que ir lá na veia do oi d'água, lá no Juá” (Ângelo Silva, 2023). A senhora Maria Vitalina de Jesus Silva (2023), por sua vez, também relata a prática de “Caçar água no Juá. Por que só tinha lá” (Maria Silva, 2023).

Michael Pollak (1992), nas suas estrelinhas que tratam sobre o contexto urbano e sua historicidade, dedica certo espaço ao trato do “Lugar”. Para o autor

Além dos acontecimentos e das personagens, podemos finalmente arrolar os lugares. Existem lugares da memória, lugares particularmente ligados a uma lembrança, que pode ser uma lembrança pessoal, mas também pode não ter apoio no tempo cronológico. Pode ser, por exemplo, um lugar de férias na infância, que permaneceu muito forte na memória da pessoa, muito marcante, independentemente da data real em que a vivência se deu. (POLLAK, 1992, p. 03,04).

Obviamente, o campo de trabalho entre Pollak (1992) e a presente pesquisa se distanciam, sobretudo, pelo recorte espacial. Enquanto tratamos do campo, o autor trata do universo das cidades. O conceito de lugar é entoado por Pollak (1992) como um espaço vivo, de memória, de representação e de significância histórica. Mas por que não pensar nesse conceito também no âmbito rural? Ora, o sertão está cheio de “lugares” que passam as mesmas ideias atribuídas ao “lugar” no contexto urbano.

Pensem, por exemplo, na fonte de água em questão, que, como dito, era a única em um raio que acometia várias localidades e centenas de pessoas. A importância desse lugar para esses sujeitos era considerável, afinal, o dito “lugar” garantia a sobrevivência destes, das suas famílias e dos seus animais. Logo, representava muito aos garapenses o olho d'água do Juá. Esse local, aos termos de Pollak (1992), poderia sim ser considerado um “lugar”.

3.2. A sobrevivência em tempos de seca no Garapa

Já vimos, a pouco, como os garapenses buscavam fazer com que a prática da pecuária se mantivesse viva, mesmo mediante a escassez de água e alimentos. Não obstante, não eram apenas os animais que careciam desses recursos básicos, os próprios garapenses dispunham de poucos recursos para garantir a qualidade da sua alimentação. Vejamos, nas

entrelinhas que se seguem, as dificuldades relacionadas aos alimentos ingeridos nos períodos de estiagem, bem como a sina pela busca d'água.

Como vimos de antemão, através dos relatos já mencionados, a única fonte de água existente na região era no olho d'água do Juá. As longas distâncias percorridas com o gado também haviam de ser percorridas para se conseguir água para o consumo humano, haja vista que a fonte que era destinada a matar a sede dos animais também era responsável pelo fornecimento de água para o consumo humano. Nesse sentido, o senhor José Honorato da Silva (2023), menciona o dia a dia que era resumido em viagens em busca d'água para suprir as necessidades humanas da casa.

Ia no Juá, era quase uma légua e meia, eu carregava do Juá, eu dava 3 viagem viu, em duas carga pra carregar água [...] Eu me levantava de madrugada, ia busca um tambô d'água pra criação. Logo quando, o sol saia, eu já tava com o jumento pra ir buscar pros pote. Era dessa maneira. E trabalhava no ôi véi d'água lá, jogando a lama dos bicho, pra tirar a água pra beber. É duro, véi, é duro. Foi o ano mais apertado que eu já vi. Teve umas seca por aí assim, mas num foi de marcado né. Eu mesmo num me lembro direito como foi. Agora [19]51, essa não sai da cabeça não. (José Silva, 2023).

O senhor José Honorato da Silva (2023), menciona, no relato acima, as condições questionáveis da água que servia para consumo humano, afinal, era a mesma fonte da qual diversos animais bebiam, o que tornava necessário limpar parte da lama feita por estes no local de captação d'água. Além disso, ele ressalta uma frase ao final do trecho. A frase refere-se a seca de 1951, evento que ficara marcado na memória do nosso entrevistado. Nesse sentido, cabe citar, novamente, como esses difíceis episódios ocasionados pela seca condicionam e formulam a mentalidade desses indivíduos.

A água da única fonte disponível na região, além de altamente disputada entre humanos e animais, possuía insalubridade, algo que tinha de ser ignorado por esses sujeitos, ou, pelo menos, ser feito um esforço para esquecer o quão salgada aquela água era. Afinal, haviam de se abastecer d'água de todo modo; aquela insalubre água era a única disponível para sanar suas necessidades fisiológicas. A senhora Maria Vitalina de Jesus Silva (2023) lembra, com tristeza, um drástico episódio de sede e a ausência do líquido.

Caçar água no Juá. Por que só tinha lá. Aí depois quando nós ainda fiquemos uns tempo lá na Lagoa Comprida, pai foi ver água numa tal de Salina, que eu não sei nem onde é que fica isso. Salgada. Eu chorei com sede nesse dia. Eu era moleca mais ainda hoje me lembro. Quando botaram a água nas ancas, além de tá quente, salgada que parecia que que tinham botado sal. Aí que fiquei chorando porque queria água pra beber. Aí pai despejou a água pra criação e foi pro Juá. Foi ver água lá. A do Juá era, salobra, mas dava pra beber. Agora, na Salina não dava não. [...] Tinha que beber! Aquela água véa salgada. Mas eu chorei com sede, por que era a mesma coisa que você botar

sal dentro de um copo e beber. Meu Deus, era muito cruel, a pessoa sofreu tanto. (Maria Silva, 2023).

São essas lembranças, esses episódios, que condicionam a seca como um fenômeno mais que natural e, acima de tudo, social. A seca, marca esses sujeitos, lapida o medo e a apreensão da recorrência desses lastimáveis momentos passados. O trauma decorrente desses acontecimentos, condiciona a existência da memória referente a recordação da seca. Nesse sentido, Michael Pollak (1992), menciona que “podem existir acontecimentos regionais que traumatizaram tanto, marcaram tanto uma região ou um grupo, que sua memória pode ser transmitida ao longo dos séculos com altíssimo grau de identificação” (POLLAK, 1992, p.2).

Quando perguntado sobre a maior dificuldade enfrentada nos períodos de seca na comunidade Garapa, o senhor Anjo fala que “A água era o pior. Era carregar em jumento (inaudível) numa anca. O gado que dava pra ir, animal, bebia lá, os que num dava tinha que trazer” (Ângelo Amaro da Silva, 2023). Ao falar do grande dilema da água, o entrevistado nos dá importantes indícios de como essa água era transportada por distâncias tão longínquas. Na ocasião, o garapense cita um elemento que já podemos perceber nos diversos outros relatos postulados acima, que tratam da sina da água na região: a *anca*.

Essa importante ferramenta, que pode ser visualizada nos relatos acima dispostos, caracterizava-se por reservatórios construídos de forma manual com pneus velhos de carro e madeira (figura 12). Estes, eram acoplados em *cangaias* que eram usados em animais de carga, sobretudo o jumento. O senhor Matias Joaquim da Silva (2023) cita o cotidiano uso desses objetos para transporte de água e relata que ainda os possui, como fonte material desta história: “No outro tempo o caba amanhecia o dia, a primeira coisa que fazia era pegar um jegue, botar umas anquinha e cair no mundo. Eu ainda hoje tenho aqueles dois par de anca ali. Cabe duas lata cada uma. Tá ali a amostra. Carregava água do Garapa direto” (Matias Silva, 2023).



Figura 13: Ancas do senhor Matias Joaquim da Silva.
Fonte: Arquivo pessoal de Thiago Marivaldo da Silva, 2023.

Aqui, entendemos a concepção de memória através de mais um pilar: os objetos. O material chamado “Anca” é preservado no armazém do entrevistado, por mais que não seja mais usado para sua função. Diferente disso, o objeto é utilizado como memória de um tempo e de práticas que remetem a vida do agricultor. Nesse sentido, cabe enfatizarmos a noção de “objeto biográfico”, discutida por Ecléa Bosi (2003). A autora destaca que nomeia

[...] objetos biográficos, pois envelhecem com o possuidor e se comparam à sua vida: o relógio da família, o álbum de fotografias, a medalha desportiva, a máscara do etnólogo, o mapa-múndi do viajante... Cada um desses objetos representa uma experiência vivida, uma aventura efetiva do morador. (BOSI, 2003, p. 26).

Ainda em relação a água, cabe mencionar outra fonte comumente utilizada no povoado Garapa: as cacimbas. Estes, resumiam-se em incisões feitas no chão que podiam chegar a cerca de 2 metros de profundidade e que minavam uma pequena quantidade de água utilizada exclusivamente para consumo humano. Diferentemente do poço, eram mais rasas e deviam ser cavadas, obrigatoriamente, no leito de riachos ou na beira de barragens. Essas cacimbas, por sua vez, apenas eram possíveis de serem utilizadas alguns meses após do período chuvoso, pois ainda conseguiam captar um pouco da água disponível no solo profundo, antes deste secar completamente. Depois disso, os garapenses haviam de se dirigir ao olho d’água. Vejamos, agora, quais as condições da água presente nessas cacimbas.

Devido a pouca disponibilidade de recursos hídricos, aqueles que mais cedo chegavam nesses pontos tinham maior probabilidade de conseguir água. Nesse sentido, o senhor Matias Joaquim da Silva (2023), nos conta a história de uma senhora moradora do Garapa que se submetia a passar a noite ao relento, próxima a uma cacimba, com a finalidade de conseguir captar a água que minava do solo primeiro que os demais, haja vista que o processo de minação se dava de forma vagarosa. Vejamos.

Tinha uma cacimba, que era um buraco no salão que era dessa fundura assim (gesticulando com as mãos a fundura da cacimba). Chamavam o buraco do véi Luiz Fulor. A veia Rosa vinha meia noite. Se deitava na beira daquele buraco lá. E aquilo ali minando naquele salão. Os sapo véi vinha, entrava pra dentro. Quando ela se acordava, pegava o sapo, jogava no mato, pegava a água e ia embora. Era uma dificuldade medonha. (Matias Silva, 2023).

O senhor Matias Joaquim da Silva (2023), ao relatar o episódio acima, nos dá indícios de como essa água era imprópria para o consumo humano. No entanto, era consumida, pois tratava-se da única disponível. O senhor Ângelo Amaro da Silva (2023), também relata essas péssimas condições: “Caba bebia, minada da areia. Caba às vezes desgotava. Quando num tinha, tinha que apanhar do jeito que tava, por que se desgotassem não tinha mais. Aí tinha que apanhar do jeito que tava. Entrava sapo, gato, raposa. O caba bebia tudo que topava. Ali era duro” (Ângelo Silva, 2023). O termo “desgotar”, mencionado pelo entrevistado, refere-se ao ato de retirar a água da cacimba, que por sua vez já estava armazenada e exposta a animais e impurezas durante todo o dia. Uma vez retirada essa água, a cacimba se enchia de água novamente através da infiltração, chamada pelos garapenses de “minação”, algo que tornava a água um pouco mais adequada para o consumo, pois tratava-se de uma água mais “limpa”. Porém, como o próprio menciona, quando o solo já não possuía mais tanta umidade e o volume de infiltração de água no solo diminuía e era mais demorado, havia de se consumir aquela já pré-armazenada, mesmo com todas as problemáticas citadas.

Além do senhor Ângelo Amaro da Silva (2023), dona Maria Vitalina de Jesus Silva (2023) também nos fala sobre as águas das cacimbas. Ela menciona a disputa por estes resquícios de água, a fila de espera até altas horas da noite, o processo de desgoteamento explicado no parágrafo anterior e as condições precárias da água dessas fontes.

A cacimba... cavava na areia até..., mas não ia muito tempo não. Essa que cavaram ali atrás da parede da barragem, 12 horas da noite a gente tava lá pra esperar uma lata d'água. Todo mundo queria pegar uma latinha d'água né?! E não dava pra todo mundo chegar e panhar. Era esperando, tinha que esperar, e dava o que fazer encher uma lata d'água. [...] Pra beber tinha que esperar pra desgotar, deixar ela limpinha pra ir minando. Por que, aquilo ali, tinha sapo dentro daquela água, cobra bebia também, mas aí pra beber a gente limpava. Entupia, lá era os porcos, as ovelha, era cachorro, entrava e bebia. (Maria Silva, 2023).

A dificuldade para conseguir água, tanto para o consumo humano, quanto para os animais dos garapenses, durante a segunda metade do século XX, representou uma grande dificuldade para esses sujeitos. O senhor Matias Joaquim da Silva (2023), menciona: “Nasci e me criei aqui trabalhando na roça, na maior dificuldade do mundo, carregando água em jegue. Pra sobreviver. Carregando água com légua, com légua e meia. Era sempre essa dificuldade” (Matias Silva, 2023).

Essa grande procura pelo líquido essencial para a manutenção da vida, por vezes, proporcionava certos conflitos, mesmo que de forma indireta. Já mencionamos aqui relatos em que os moradores da região tinham de chegar o mais cedo possível nessas fontes para conseguir água. Alguns, chegavam até a dormir ao relento com essa finalidade. O senhor Matias Joaquim da Silva (2023) relata essas disputas.

Era no Juá. Carregava água de lá. Levava o gado e a carga d’água. A carga de anca pra trazer água. [...] Chegava no Garapa, num tinha nada. Aí cavei um buraco ali de junto aquela cerca do capitão. Um buracão grande. Criava água. Quando era duas horas da manhã eu saía, pegava o jumento e saía com o Chico pra apanhar água se não os outro invadia. Ia apanhar pra botar água pras ovelha, se não morria de sede. Era uma dificuldade. (Matias Silva, 2023).

Em síntese, podemos retratar o cotidiano desses sujeitos de forma clara e evidente, a partir das práticas de sobrevivência mencionadas acima, desde a sobrevivência da pecuária (principal renda da região), até a sobrevivência própria. O senhor Ângelo Amaro da Silva (2023), menciona de forma muito evidente o cotidiano da seca, quando diz “Era só trabalhando por horinha. Por que era pra carregar água do Juá pra dar água a bicho aqui, levar bicho pra dar água lá, queimar macambira, mandacaru. Ninguém trabalhava não, era só pelejando pra sobreviver. Era difícil” (Ângelo Silva, 2023). O senhor José Honorato da Silva (2023), por sua vez, também nos mostra esse cotidiano, pois “Tinha que dá 3 viagem buscar água. Todo dia, todo dia, todo dia. E carregava o mandacaru e a macambira do gado, em [19]51 né.” (José Silva, 2023).

Percebemos, assim, que o dia a dia desses indivíduos era diretamente condicionado pela seca. A lembrança e memória desses momentos, assim, está atrelada ao conceito de “*memória hábito*”, discutido anteriormente. A busca por água através das muitas viagens dadas diariamente ao olho d’água do Juá e a tentativa de conseguir salvar os animais da fome e sede através da queima da macambira e do mandacaru e do transporte do rebanho até o olho d’água, fazia parte do cotidiano dos moradores do Garapa nos períodos de estiagem na segunda metade do século XX.

Mas, nesse sentido, ainda acerca das práticas de sobrevivência, obviamente, diretamente ligado ao cotidiano, cabe tratarmos de um outro assunto: a alimentação. Ora, o hábito de se alimentar, além de ser uma prática diária, corresponde eminentemente à sobrevivência, principalmente, quando os recursos alimentícios disponíveis se materializam de uma forma deveras ausente ou insuficiente, o que obriga o sujeito a consumir alimentos com pouca qualidade e em circunstâncias, muitas vezes, desumanas. Nesse sentido, buscaremos nas entrelinhas que se seguem, quais as práticas de sobrevivência evidenciadas pelos moradores da comunidade Garapa, na segunda metade do século XX.

Tratamos, em momentos passados, da planta macambira como uma das principais alimentações fornecidas pelos produtores aos rebanhos de gado na região. Não falamos, no entanto, que tal alimento era utilizado para consumo humano também, sobretudo, em épocas de muita escassez. A dona Maria Vitalina de Jesus Silva (2023), menciona o alimento que fazia parte da alimentação das pessoas no período de seca: “Agora a macambira era bom, quando a gente comia macambira. [...] Comia! A gente tirava aquelas capa, todinha, e aí ficava aqueles miolo desse tamanho assim. Aquilo era bom rapaz” (Maria Silva, 2023). Além da macambira, existiam outros diversos alimentos que se buscava sertão adentro, em busca da nutrição necessária para sobreviver. Vejamos, a partir do relato da senhora Maria Vitalina de Jesus Silva (2023), os diversos outros alimentos da mata seca e cinzenta do sertão.

Eu cansei de vê aquele povo de madrinha Elvina cozinhar maracujá verde pra comer, nós nunca comemos não. Agora, nós comia aquelas batata. Agora eu não sei mais nem se ainda existe. Era umas batata que as folhinha era, era conhecido. Nós já conhecia, nós cavava e as batata era desse tamanho. Tinha anuê também [...]. O anuê, colé. Tudo nós comia. (risos) Agora, teve um negócio que pai falava, era, num sei como é o nome, depois que eu me casei ele ainda arrancou ali pras meninas (inaudível). Parece que era náro, num conheço não. Relavam e faziam o gomozo pra comer, meu Deus do céu. Agora eu achava mio a macambira, por que a macambira era mais saudável. A batata que nós arrancava, anuê, colé. Colé eu arrancava ali na serra quando eu ia trabalhar mais pai. Eu ia cavando e topava o primeiro e era 6, era bem roxo. Aí dele ia pra outro assim, eu arrancava de 5, um atrás do outro assim. Agora, aqueles derradeiro era bom, doce, doce. Mas de primeiro a gente sofria. Hoje não, hoje tá um céu. Fazer plantio de verdura, quem fazia? Cadê a água pra aguar? Agora hoje as coisas, com esses poços a coisa mudou muito. A gente tem água mais fácil. Pra lavar roupa, pra dar água a um bichinho, aguar uma planta. Tudo tá mais fácil. (Maria Silva, 2023).

Cabe salientar que não tivemos acesso, em nossa pesquisa, aos corretos nomes dos alimentos supracitados pela entrevistada. No entanto, é interessante pensar que o usufruto da história oral como um dos alicerces metodológicos da corrente pesquisa, propicia, por vezes, a corriqueira presença de elementos desconhecidos. Nessa questão, Sônia Freitas (2006,) destaca que “entrevistas muitas vezes revelam fatos desconhecidos ou aspectos desconhecidos

de fatos conhecidos, e elas sempre jogam uma luz nova sobre aspectos inexplorados da vida cotidiana das classes não-hegemônicas” (FREITAS, 2006, p. 80).

Chama atenção, dentre os diversos alimentos, a presença de uma espécie de semente da mata que possuía toxinas consideráveis: o mucunã, mencionado mais à frente. No processo de aprimoramento da semente para servir de alimento humano, havia a necessidade de um vasto tratamento com finalidade de retirar grande parte da toxina presente.

Cabe dizer, além disso, que os relatos sobre as comidas retiradas da mata em tempos de seca para a alimentação estão presentes na memória desses sujeitos, também, por tabela. Pois vive na mente desses indivíduos, as memórias atribuídas pelas gerações passadas. Michel Pollak (1992), em “*Memória e identidade social*”, nos explica a ideia de memória por tabela:

[...] acontecimentos que eu chamaria de "vividos por tabela", ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não. (POLLAK, 1992).

A partir de Michel Pollak (1992), percebemos que essas memórias, presentes na comunidade e vivenciadas por outros indivíduos do meio social, materializam-se na mente dos sujeitos estudados como memórias próprias. “[...] por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorre um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada.” (POLLAK, 1992, p. 201). Além disso, o autor destaca que a intensidade das conexões com essas “memórias herdadas” é condicionada, também, por traumas que marcaram de forma profunda determinado grupo social. Nesse sentido, “podem existir acontecimentos regionais que traumatizaram tanto, marcaram tanto uma região ou um grupo, que sua memória pode ser transmitida ao longo dos séculos com altíssimo grau de identificação” (POLLAK, 1992, p. 201). Ora, entendemos que o fato de precisar ingerir alimentos críticos, em uma situação crítica como a seca, foi consideravelmente dramático, traumático e marcante para esses indivíduos. O senhor Matias Joaquim da Silva (2023), menciona algumas dessas memórias por tabela, destacando alguns desses alimentos e também, como se dava o processo de tornar a semente mucunã “consumível”.

Era, quando meu pai nasceu, na seca de [19]15. Contava que o que comia, com o que escapava, era anguzinho de macambira. Pegava a macambira, tirava aquela massa e fazia o anguzinho pra comer. Era pai e tio Maximino, que eles eram genros. Zé Amaro morava nos Campos, pegava a mucunã, ajuntava mucunã. Descia no amanhecer do dia mais a irmã dele pro caldeirão grande. No caldeirão grande tem umas pedra, tem aqueles pirão, coisa muito bem feito aquilo dali, feita por a natureza. Eles quebrava aquilo ali, aí pisava

e lavava em nove água. Se num lavasse e comesse morria. Lavava em nove água. Botava na cabeça e torava aí, quando chegava nos campo, é que iam fazer aquele anguzinho, outros faziam pão e comia pra não morrer. Passava o dia todinho de fome. E era todo santo dia, caía no mato pra ir caçar mucunã, pra poder comer. (Matias Silva, 2023).

Percebe-se que a procura por alimento também era um condicionante da rotina desses indivíduos. Nota-se, também, a obrigação em comer alguns alimentos com qualidade questionável e com precária segurança alimentar, como é o caso da mucunã. Alimento esse que, como citado pelo senhor Matias, havia de ser lavada inúmeras vezes para poder ser retirada boa parte da toxina, pois caso não feito tal processo, o resultado da sua ingestão seria a morte.



Figura 14: Semente da mucunã.
Fonte: NATUREZABELA, 2008.

A ausência de alimentos era algo corriqueiro nos tempos de estiagem, como já podemos perceber. Como o gado era um elemento presente na comunidade Garapa, por vezes, havia a presença de leite na dieta dos garapenses. No entanto, esse alimento não era tão presente, pois com a pouca alimentação animal, os animais não forneciam leite de forma significativa. O senhor Matias, ao ser perguntado acerca do café da manhã que dispunha em sua infância nos tempos de crise hídrica, relata com emoção o seguinte:

Nada (emocionado). Tinha dias que era nada. Quando pai foi pra São Paulo. Não sei quantos anos eu tinha. Tinha uma vaca, ainda hoje me alembro, nos bebia o leite daquela vaca. Mãe chamava era (inaudível). O nosso dicumê era o leite dessa vaca. Nós tirava o leite de 24 em 24 hora. Tirava, quando era de manhã, ela fazia aquele caldinho, a gente bebia. Quando era meio dia botava aquela água no fogo, temperava com leite e... (há uma pausa longa). (O entrevistado denota emoção ao lembrar desse episódio) misturava com farinha. (momento de emoção do entrevistado). (Matias Silva, 2023).

Podemos visualizar, na fala do entrevistado, certa emoção em consonância com algumas pausas proporcionadas pela lembrança do difícil momento vivido perante as drásticas consequências da seca narrada pelo agricultor. Nesse sentido, cabe visualizar esses dois elementos, isto é, a emoção e a pausa, para além de meros aspectos pertinentes a uma entrevista. Diferente disso, é preciso que entendamos o significado da presença desses elementos no discurso do indivíduo. Nessa perspectiva, Ecléa Bosi (2003) salienta que “A fala emotiva e fragmentada é portadora de significações que nos aproximam da verdade. Aprendemos a amar esse discurso tateante, suas pausas, suas franjas com fios perdidos quase irreparáveis” (BOSI, 2003, p. 65).

Além dos alimentos mencionados acima, a principal fonte nutricional desses sujeitos era o feijão, fruto das colheitas provenientes da agricultura do local. Os garapenses, realizavam o plantio do feijão entre os meses de dezembro e janeiro, a depender de como se estabelecia o início do período chuvoso. Nesse sentido, cerca de dois meses depois, o feijão já havia crescido e fornecido os grãos. Após isso, realizava-se a colheita que deveria fornecer o alimento pelo resto do ano, até o novo ciclo de chuvas e plantios. Claro, dadas as condições normais de chuva. Nos anos em que haviam poucas precipitações, as reservas não eram repostas e a escassez de alimentos, de certo, ocorria. Nesse sentido, a maioria dos anos era possibilitada a agricultura de subsistência da comunidade, pois existia uma reserva capaz de perpassar o período anual de seca.

Engana-se, no entanto, quem pensa que o fato de possuir uma reserva de feijão necessária para conseguir alimentar-se durante todo o ano, era sinônimo de uma alimentação de qualidade. Definitivamente, não. Acontece que, a maneira como esse grão era armazenado não era a adequada. Essas más condições em que era reservado o feijão possibilitavam a existência de uma praga bastante conhecida nesse período: o gorgulho.



Figura 15: Gorgulho no feijão.
Fonte: MANEJEBEM, 2023.

Esse inseto, acometia os grãos alguns meses após a colheita e os condicionava uma péssima qualidade para o consumo humano. Logo, os garapenses os descartavam e não os consumiam, correto? Errado! Esses sujeitos haviam de comer os grãos diariamente, mesmo com a abundância de gorgulhos, algo que, obviamente, fazia com que se ingerisse muitos destes insetos também. Ora, não havia outra decisão a ser tomada, afinal, aquele era, na maioria das vezes, o único alimento disponível, juntamente com um punhado de farinha. Dizia respeito, além disso, do fruto da agricultura familiar e esta era a única reserva de alimento de muitos, por muito tempo. A senhora Maria Vitalina de Jesus Silva (2023), nos conta qual era a condição do feijão consumido.

Gorgulhento! (risos) Era gorgulhento de um jeito Thiago, que quando fervia, mãe pegava uma cuiá, que ela fazia pra curar o caldo, passava assim por riba e tirava meíña. O caldo ficava azedo. Azedo de tanto gorgulho. Por que não tinha tubo. [...] Tinha que comer. Ou comia ou morria. Eu achava bom quando mãe relava, por que relando tirava os gorgulho né. Quando era só o feijãozinho pisado era bom. Aí a gente fazia o pirão, comia com farinha. [...] Menino o povo de primeiro sofria Thiago. Mas, venceu todo mundo. (Maria Silva, 2023).

A senhora Maria Vitalina de Jesus Silva (2023), informa no relato acima, o gosto ruim que possuía os grãos infestados de gorgulho. Cita a tentativa de tentar amenizar a presença do bicho, ralando o feijão. Dados os fatos, buscava-se na comunidade, artifícios, estratégias, maneiras de tentar amenizar a presença do gorgulho no feijão. Assim, desenvolvia-se o dito “paiol”. Tratava-se de uma incisão feita no solo, lugar em que eram

sobrepostas camadas de areia e feijão, uma acima da outra. O senhor Matias Joaquim da Silva (2023), nos fala mais um pouco da presença do inseto na alimentação da época e da tentativa de aniquilá-lo com o “paiol”. Vejamos.

Esse tempo mais difícil a pessoa nem comia temperado, só comia o carocinho de feijão, além de tudo, as vezes sem nem ter farinha. Gorgulhento. Que nem nesse tempo não existia tubo. Num existia. Botava... fazia um Paiolinho véi, botava uma camada de areia, outra de feijão. Quando era do meio pro fim o gorgulho tomava de conta. Você comia que era azedo, aquele caldo chega era azedo, era gorgulho demais. Era uma coisa terrível. Ou comia ou morria de fome. (Matias Joaquim da Silva, 2023).

A senhora Maria Vitalina de Jesus Silva (2023) também fala acerca da tentativa de se evitar o gorgulho com o uso do dito paiol. entretanto, menciona que o sistema era falho e pouco adiantava.

Fazia um paiol. Só faltavam matar nós de carregar areia do rio. E aí botava uma camada de areia e uma de feijão, outra de areia, outra de feijão. E aí socava né. E pra tirar aquele feijão depois?! Mas não tinha jeito, mesmo assim, dava muito gorgulho. [...] Abalava né, faziam aquelas peneira de cuia. Furava assim, e tinha que peneirar. E tinha dias que pai ainda jogava um bolo de fumo dentro daquele, emriba daquela areia cumode matar os gorgulho. Aquilo não matava nada, faltava matar era nós. Era peneirando e a poeira... menino a gente já sofreu. (Maria Silva, 2023).

Em meados da década de 1960, chegou à comunidade Garapa uma ferramenta que revolucionou a alimentação desses sujeitos: o tubo.



Figura 16: Tubo do senhor Matias Joaquim.

Fonte: Arquivo pessoal de Thiago Marivaldo da Silva, 2023.

O tubo tratava-se de um cilindro de zinco com cerca de dois metros de altura. Sua função? Guardar os grãos provenientes das colheitas durante todo o ano. Quando armazenados os grãos, o tubo havia de ser lacrado as suas duas pequenas e únicas aberturas. Esse processo era realizado com a própria tampa da estrutura, que lhes eram lacradas as bordas com cera levemente quente de abelha sem ferrão. Essa cera, quando secada, criava uma vedação sólida, impossibilitando a entrada de ar em toda a estrutura do tubo. A nova tecnologia, sendo corretamente utilizada, impossibilitava o desenvolvimento do gorgulho. Assim, a partir daí, os garapenses começaram a ter uma alimentação mais digna, pelo menos no que diz respeito ao consumo de feijão. A senhora Maria Vitalina de Jesus Silva (2023),

menciona a chegada do tubo na região e o quanto a simples ferramenta melhorou a alimentação desses sujeitos.

E aí depois, acho que em [19]68 se não me engano, foi quando saiu esse negócio de tubo. Aí Matias fez um, pai fez outro, aí mudou o gosto. Aqueles gorgulho, não dava gorgulho não. Se fosse um tubo bem tampadinho. A gente colava a boca com aquelas cera. Quando ia tirar tinha que fazer o mesmo serviço. Aí ficou mais ou menos. Deu pra escapar mais fácil. (Maria Silva, 2023).

A tecnologia inovadora, a partir dos relatos dos moradores do povoado, foi introduzida por um retirante que passava pela região, que era grande fluxo desses sujeitos, como veremos adiante. O sujeito, cujo nome não é lembrado pelos moradores, mencionou no ano de 1968 a existência da ferramenta, que seria de suma importância adiante. Logo, a tecnologia se popularizou na região. O material (zinco), era comprado na cidade de Fronteiras, e feito através de um sujeito contratado, que detinha as ferramentas e sabedorias necessárias para a construção do reservatório de grãos.

A proteína animal, na dieta da comunidade, era quase inexistente. Pode o leitor dessas entrelinhas, pensar que o arroz, tal como o feijão, fazia parte das refeições desses sujeitos, afinal, essa mistura é caracteristicamente consumida em solo brasileiro. O arroz, para os garapenses, pelo menos em boa parte do século XX, não apenas era um alimento pouco comido, mas extremamente raro. O senhor Matias Joaquim da Silva (2023), menciona esse fato: “Carne era difícil. Era difícil. Arroz, era de ano em ano que a pessoa triscava num caroço de arroz. Era, num tinha isso não. Tá aí a Maria pra contar, que eles lá só de ano em ano que eles também triscava em arroz.” (Matias Joaquim da Silva, 2023).

Ao dizer que o arroz era consumido apenas de “ano em ano” o senhor Matias Joaquim da Silva (2023), quer dizer que o alimento só era consumido uma vez durante o ano, num período específico. A dona Maria Vitalina de Jesus Silva (2023), complementa essa informação, mencionando que o grão era consumido apenas em duas datas do ano, que seriam dia de São João e o primeiro dia do ano, datas comemorativas, as quais se “davam ao luxo” de comer o alimento de difícil acesso. A entrevistada, também nos dá mais algumas informações acerca dos alimentos utilizados nesses períodos para sobreviver, entre eles, o milho, que juntamente com o feijão, eram as principais culturas cultivadas na região.

Arroz era duas vezes por ano, que até eu perguntava, mãe esse dicumê só pode comer duas vezes por ano? Era dia de ano e dia de São João. Aí era só feijão, farofa, pão de milho, angu de abóbora, que ainda hoje eu lembro que mãe fazia, e era assim, debaixo de um imbuzeiro que nós chamava boi do Ricardo, que a roça de pai era aí. Ela pisava aquele milho, trazia, aí fazia o quibêbo, com abóbora. E aí vamo mexer. Fazia aquele pirão. Angu, era

angu. Menino aquilo era uns dicumê ruim cruel, mas tinha que comer, ou comia ou morria. (Maria Silva, 2023).

Mas por quais motivos o arroz não era consumido? Dois fatores centrais podem responder a esta indagação: o solo e as condições financeiras. No solo do povoado Garapa não havia as características ideais para a cultura do arroz, que necessita de considerável humidade para ser cultivado. Além disso, os garapenses consumiam feijão, pois era a principal cultura de subsistência do local. Já o arroz, não conseguia ser comprado, pois o poder monetário dos moradores do povoado não lhes permitia.

Mas além do arroz, por que o consumo da carne era tão difícil? Como dito nos relatos acima. Afinal, a pecuária era um alicerce da pouca economia desse local. A resposta para isso, também está no armazenamento. Não havia a presença de aparelhos de refrigeração, tampouco de energia, para manter o alimento preservado por mais tempo. A prática de salgar a carne, de fato dava uma durabilidade maior, no entanto, nada que suportasse o tempo necessário para uma família consumir a carne de um animal de grande porte.

Com isso, fechamos a discussão acerca da alimentação dos moradores do povoado Garapa de tempos de estiagem mais severa. Decidimos trazer essa abordagem, pois traz, em consonância com a lida com o gado, um importante condicionante do dia a dia desses sujeitos. Além disso, nos passa vestígios de como era sentida a questão de se alimentar de forma tão precária, devido à seca que acometia o local. Durante muitas vezes, nos relatos relacionados à alimentação, podemos perceber os entrevistados mencionarem e reiterarem as palavras relacionadas à dificuldade, sofrimento, tristeza. Isso dava-se, obviamente, devido às más condições que era submetida a alimentação desses indivíduos. O aspecto da alimentação, logo, nos elucida muito, acerca do cotidiano e mentalidade da seca na comunidade Garapa.

3.3. Garapa, um caminho de retirantes

Como é de conhecimento geral, o fenômeno da seca foi responsável, historicamente, por expulsar muitos nordestinos da região, fazendo-os sair em busca da sobrevivência em outras áreas do Brasil. As grandes movimentações de flagelados da seca dispersaram-se por todo o Brasil. Na região de Fronteiras, muitos saíram em busca de melhores condições de vida.

Muitos filhos da terra foram embora pra Bahia, pro Mato Grosso, pro estado do Pará, pro Goiás, pra o Maranhão. Muita gente foi embora de Fronteiras de Fronteiras pro Maranhão, haja vista a grande seca que assolou o município em [19]80. Deixando muitos animais mortos na zona rural do município, e também muita gente sem ter o que fazer, por que lavoura não existia e

realmente foi dramática a situação que atravessou muita gente¹⁰. (SOBRE FRONTEIRAS..., 2014).

Na região do Garapa, obviamente, não aconteceu de forma diferente. Muitos saíam da comunidade para outras regiões, fugindo dos laços mortais da seca. O senhor Matias Joaquim da Silva (2023), nos conta a história de alguns indivíduos que se dispuseram a ir a São Paulo, devido à seca.

Acho que foi, foi meio fraco em [19]51. Pai mais o Antônio Crimitino foram embora. Panhar algodão. Foram 14 dias de pau de arara. O véi (inaudível) que era marido da Euvina foi também. Esse nunca mais voltou mais nunca. Pai foi pra Ribeirão Preto mais o cumpade Crimitino pra panhar algodão. [...] Não. Eu graças a Deus nunca fui. Muita gente foi. Foi embora por causa de seca né. (Matias Silva, 2023).

A senhora Maria Vitalina de Jesus Silva (2023), ao ser questionada se já havia ido embora devido à seca, responde: “Não! Nunca fui, porque os pais da gente pensava: logo num tinha leitura, e se saísse... ainda saiu, ali uns parentes de pai, que era cunhado de pai, foi em [19]51 que ele foi. Foi ele, foi padrim capitão, foi Antônio Maximino, foi tio preto, foi Crimitino.” (Maria Silva, 2023). O senhor Ângelo Amaro da Silva (2023), por sua vez, relatou que,

Muitos foram. Eu ainda era pequeno. E tinha que lutar por que não tinha outro jeito. Era bater até quando escapasse ou... de qualquer jeito tinha que... batalhar. [...] Foram. Um bocado foram. Porque num tinha jeito. Quem num tinha o criatório pra ficar, ia embora. Alguma coisinha que tinha... (Ângelo Silva, 2023).

Mas existe um fator relacionado a esse cenário na comunidade que é de importante relevância citarmos, primeiro, porque evidencia a saída desses sujeitos em busca de melhores locais para se estabelecerem e, segundo, por que fazia parte do dia a dia da seca garapense. A comunidade Garapa, funcionava como um corredor desses sujeitos que vinham, sobretudo, da região do Ceará e de outros estados, em direção ao litoral. A partir das nossas fontes orais, podemos perceber diversos relatos que demonstram a passagem corriqueira desses indivíduos pela comunidade em tempos de seca. Na ocasião, chama atenção a nomenclatura dada a esses sujeitos pelos garapenses: “ciganos”. O senhor Matias Joaquim da Silva (2023) relata que

Tinha muita gente que ia pra o Maranhão. A véa tia preta, irmã da Maria, foi mesmo, de a pé pro Maranhão. De a pé pro Maranhão. De primeiro tinha isso aí. Esses cigano que passava, passava os comboio de cigano e torava no meio do mundo. Era quase todo ano tinha esse pessoal. Só nesse tempo de seca. Agora acabou-se tudo, num tem mais não. (Matias Silva, 2023).

¹⁰ Irênio Campos (2014) em entrevista concedida a Nívia dos Santos Bezerra Ribeiro. Visualizada no webdocumentário “*Sobre Fronteiras: memórias de uma cidade piauiense*”. Disponível em: <http://fronteirasdoc.com>

O literato piauiense Fontes Ibiapina (1965), em “*Chão de meu deus*”, nos mostra essas passagens de retirantes pela região do Piauí. Passagem essa, muito observada na região do Garapa. O autor salienta que

Não havia quem contasse os retirantes que passavam por aquelas estradas. Tanta gente morrendo de fome! Muitos eram mesmo daqueles arredores. Mas, a maioria tratava-se de povos de outras terras – Ceará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Alagoas. Vinham aos troncos e barrancos. Tudo quanto de pobreza se botando para o Maranhão, à procura de chuva. (IBIAPINA, 1965, p.18).

A senhora Maria Vitalina de Jesus Silva (2023) também nos traz o relato das passagens desses flagelados da seca pela região do Garapa. E ainda cita sua madrinha que também havia cortado sertão a pé, rumo ao estado do Maranhão. Além disso, menciona certo receio com os sujeitos que passavam por ali fugindo da seca. A entrevistada relatou que

Chamavam cigano. Era cigano. Madinha uma vez, disse que ainda foram pro Maranhão de jumento. Meu Deus do céu. Eu tinha medo que madinha era cigana (risos). Era cumode a seca. Num iam comprar rapadura em Picos amontado?! Pai mesmo foi mais o Derson. Pai, Derson (inaudível). Agora aqueles cigano era uns bicho sem futuro. Eu tinha era medo que eu num sabia o que diabo era cigano. (Maria Vitalina de Jesus Silva, 2023).

O jornalista Alfredo Albano, em uma matéria publicada em 1952, no jornal da cidade de Picos, “*A Flâmula*”, destacou as passagens dos retirantes pela região e as condições precárias desses sujeitos, bem como as motivações de tamanha caminhada sertão adentro. Segundo o jornalista,

Com isto, todo dia assistimos à passagem das vítimas: “OS RETIRANTES” como um bando de aves que procura um lugar mais aprazível para fazer seus ninhos, eles passam em demanda do nosso vizinho Estado do Maranhão, procurando um local ameno para lavrar e tirar da terra, esta terra que tanto nos dá, mas agora insiste em ser a madrasta perversa que nega tudo ao enteado, teima em não dar seus frutos a seus filhos, o pão que matará “a fome que os consome”, e os criará mais fortes para que o Brasil seja também forte, pois segundo o grande brasileiro Euclides da Cunha, “O SERTANEJO É ANTES DE TUDO UM FORTE”. (ALBANO, 1952, p. 3 apud CRUZ, 2017, p. 27).

O senhor Ângelo Amaro da Silva (2023) também nos fala sobre esses sujeitos que caminhavam através das estradas que cortavam o povoado Garapa. Ela destaca que

Passava! Ia, num sei se era pro Maranhão, e lascava aí nesse meio de mundo. botava a carga num jumento véi e a bagaceira, tocava no meio do mundo. Eles pedia muito nas casa. Quem podia dava uma coisinha, quem num podia... se um animal véi caísse, soltava um, pegava outro e lascava no meio do mundo. Era duro menino, de primeiro era uma coisa cruel. (Ângelo Silva, 2023).

Percebemos, através dos relatos acima, que o Maranhão era o foco dessas pessoas. Mas por que esses sujeitos escolhiam o Maranhão como destino? Bem, isso se dava porque o estado possui um índice pluviométrico mais elevado, anualmente. A maior ocorrência de chuvas e menor ocorrência de secas severas, cativava os flagelados dos demais estados mais atingidos pela estiagem. Fontes Ibiapina (1971) nos explica com mais clareza esse detalhe. Para ele,

País bom era o Maranhão. Terra boa. Por que Deus mandava sêca ao Piauí e outras paragens e no Maranhão não havia sequer Repiquê?! Seria prevenção? Terra boa. De fartura. [...] de fome, cristão nenhum encostaria o chapéu e as alpercatas depois de cruzar os pés nas terras do Maranhão. Aquilo era que era terra! [...] O consolo era que o Piauí velho também tinha lá as suas vantagens. Mais gado do que qualquer outro pedaço de terra em cima do chão. Até mesmo mais fartura em ano bom de inverno. Vilas adiantadas, como as dos Picos mesmo era uma. Tirando as Sêcas, o Piauí era melhor que o Maranhão em muitos pontos de vista. Além de tudo, o povo comentava que por lá existia um tal de impaludismo que era uma coisa doida. [...] Outra coisa infeliz no Maranhão era a tal da macumba. O povo de lá quase que só vivendo de feitiçaria, de fazer mal aos outros. Terra de gente feiticeira. Terra de nação de povo perverso. (IBIAPINA, 1971, p. 137).

O relato de Fontes Ibiapina (1971) aponta bons indícios das motivações que levavam os retirantes a procurarem as terras do Maranhão. Isto é, melhores estações chuvosas em comparação com o Piauí. No entanto, percebemos que este revela uma visão preconceituosa, agressiva e desrespeitosa em relação ao estado do Maranhão, na tentativa de “defender” o estado do Piauí. Essa visão é baseada em estereótipos negativos e generalizações infundadas sobre a população e a cultura do Maranhão. É importante ressaltar que tais declarações são exemplos claros de preconceito regional, promovendo a divisão e a hostilidade entre as pessoas de diferentes estados.

O trecho também apresenta uma perspectiva enviesada ao destacar aspectos culturais do estado como algo negativo, como a prática de religiões de matriz africanas, o que ele chama, desrespeitosamente, de “macumba”. Essa simplificação grosseira ignora a diversidade e complexidade do estado, que possui uma rica história, cultura e contribuições significativas para o país.

Ao analisar criticamente essa citação, é importante destacar que o preconceito e a generalização não são fundamentos adequados para avaliar a qualidade de uma região ou de seu povo. Tais atitudes são prejudiciais, perpetuam estereótipos negativos e impedem uma compreensão ampla e respeitosa das diferenças regionais. É essencial promover um diálogo construtivo e valorizar a diversidade cultural e geográfica do Brasil, reconhecendo que cada

estado possui suas próprias características e contribuições, sem rebaixar ou depreciar nenhuma região.

3.4. As frentes de trabalho no povoado Garapa

Falamos, de início, da questão assistencialista governamental destinada ao município de Fronteiras, e em especial, à comunidade Garapa, sobretudo, até poucas décadas depois de 1950. Mencionamos a ausência de ajudas significantes e a insuficiência das poucas ajudas distribuídas pelos poderes governamentais. Nesse sentido, o amparo aos sujeitos que sofriam com os episódios de seca nessa região começou a ter mais ênfase apenas na última década do século XX. Importantes obras foram feitas no município de Fronteiras. Na comunidade Garapa, a construção de uma relevante barragem possibilitou o maior acúmulo d'água na região, que antes disso era carente de um reservatório consideravelmente suficiente para a demanda da região.

A barragem do Garapa, popularmente chamada, melhorou de forma significativa o abastecimento de água na região. Os garapenses poupavam-se de percorrer longínquas distâncias atrás de água e podiam dar água aos seus rebanhos de animais no reservatório.



Figura 17: Rebanho bebendo água na barragem do Garapa.

Fonte: Arquivo Pessoal de Thiago Marivaldo da Silva, 2022.

A referida barragem fora construída no decorrer da segunda metade do século XX, tendo sua primeira construção no ano de 1951, pelo prefeito da cidade, Antônio Pereira. No decorrer dos séculos, o reservatório passou por algumas melhorias, sendo a principal delas a de 1993, efetivada pelas frentes de emergência do governo federal, tendo à frente o presidente Itamar Franco. As frentes de trabalho eram disponibilizadas pelo governo federal através do

DNOCS (Departamento Nacional de Combate a Seca). Renato Santos Duarte (2000), em “*As secas no Nordeste: recorrência climática e descontinuidade*”, menciona que “As frentes produtivas chegaram a inscrever 1,2 milhão de trabalhadores em 1.235 municípios do Nordeste e das áreas [...] atingidas pela seca” (DUARTE, 2000, p. 246).

O senhor Matias Joaquim da Silva (2023), mencionou com grande detalhamento o processo de construção da barragem do Garapa, os vários estágios de construção e os aprimoramentos do reservatório com o passar dos anos e das novas frentes de emergência que chegavam à região.

Foi o governo que fez a primeira barraginha do Garapa. Aí toda vida foi o governo, toda vida. Foi o prefeito, mas a mando do estado né. Eu me lembro que parece que aquele prefeito era o Antônio Pereira. Foi quem fez essa barragem, do Garapa. Aí fizeram aquele miolinho no meio. As vazantes fizeram (inaudível) de terra. Fizeram pra li, pra li. Quando foi em [19]60, aí arregaçou tudo. Foi tudo embora. Aí depois eu num sei quem foi o prefeito que fez não. Eu sei que quando tamparam (inaudível). Aí botou um tratorzinho de pneu. Pegava aquela lamazinha e levava pra lá. Tornava, voltava pro outro lado. Eu sei que fez muito. Melhorou. Depois que foi tampado. Aí depois teve aquelas emergência. Nós levantamos 50 cm encima. (Matias Silva, 2023).

O senhor Matias Joaquim da Silva (2023) destaca, ainda, que fazia parte dessas obras e que era responsável por algumas equipes das frentes de emergência. Diz ainda que contribuiu de forma significativa para a construção do importante reservatório de água na região, pois era ele o “feitor” e o responsável por construir a parede da barragem. O termo “feitor”, nos remete ao período de escravização no Brasil, acreditamos que seja uma herança desse período; era esse o termo usado para o indivíduo que trabalhava como um encarregado das “turmas” (equipes de trabalho). O senhor Matias Joaquim da Silva menciona que “levantaram 50cm encima”. Ele se refere a construção de mais 50 cm de parede do reservatório, algo que aumentaria consideravelmente o nível de água armazenado quando a barragem viesse a encher novamente.

Tinha a emergência [...] que eu era o feitor lá, aí tomei conta das 5 turma do Garapa. E eu levantando... toda pedra de oresta era eu quem assentava aquilo dali. Os caba só assentando as pedra do meio e eu (inaudível). Quando foi, passou dois anos, três, foi outra emergência. Aí levantamos mais 50 cm encima. Ficou uma paredona. Levantei três gigante. Não sei se é dois, ou três que tem. Aquele gigante federal lá. E aí, segurou, graças a Deus. Quando enche passa de um ano pra o outro. (Matias Silva, 2023).

Além da barragem do Garapa, outras obras eram feitas através das frentes de emergência. Dentre elas, destacamos um cacimbão que fora feito na propriedade do senhor Matias, tendo ele como feitor e três outros indivíduos como funcionários, dentre estes, o senhor Ângelo Amaro da Silva (2023). Ele nos conta sobre as frentes de emergência e sobre o

dito cacimbão. “Tinha aqueles feitor né. Que pegava aquelas frente, aí fazia as turma. Trabalhava em cacimbão, limpando barreiro, essas coisas. Aí o caba arrocava. Nesse tempo fumos pro cacimbão. Trabalhem que só doido, e não achemo água.” (Ângelo Silva, 2023). Nesse período, 1993, a seca estava em plena ação, as reservas provenientes das roças já haviam se esvaído, a alimentação de alguns sujeitos era precária.

No processo de cavar o cacimbão, um poço com profundidade significativa e que necessitava de um trabalho árduo para tal, os funcionários não consumiam os nutrientes necessários. O senhor Ângelo da Silva (2023), conta com emoção o quão difícil era esse serviço. “Rapaz teve o cacimbão ali. Foi o tempo mais doído foi aquele. O caba cavar um poço com 33 palmos. Ali foi doído. Em busca d’água. Sem ter o que comer. Esse ficou na lembrança. Caba... teve muito serviço terrível, pra ver se escapava. (emoção)” (Ângelo Silva, 2023).

O senhor Ângelo Amaro da Silva (2023), demonstrou emoção ao lembrar do duro trabalho desempenhando sem uma alimentação digna, seguido de um silêncio melancólico. Com relação a isso, é importante destacar a necessidade de procurar estabelecer certa sensibilidade com o trato dos relatos orais e das memórias dos indivíduos entrevistados, pois, por vezes, encontramos certas emoções lapidadas por tais silêncios, em suas falas. Nesse sentido, Ecléa Bosi (2003), diz que “Ao silêncio do Velho seria bom que correspondesse o silêncio do pesquisador. [...] O silêncio na pesquisa não é uma técnica, é como que o sacrifício do *eu* na entrevista que pode trazer como recompensa uma iluminação para as ciências humanas como um todo” (BOSI, 2003, p. 65).

O senhor Matias Joaquim da Silva (2023) menciona as frentes de trabalho provenientes do governo e as condições de trabalho desses sujeitos, inclusive do senhor Ângelo Amaro da Silva (2023).

Naquele tempo que tinha aquelas emergência aí, que não sei quem trouxe, foi aí que foi feito esse cacimbão. [...] Era do governo. Por que o povo num tinha o que comer. Cumpade Anjo, o Inácio e o Zé Vicente trabalharam nesse cacimbão aí e num tinham um carogo de feijão. Nada nada. Fazia dó. Eu tinha, eu tinha porque eu nunca vendi, quando diziam que o preço tava bom, eu não vendia (inaudível). Aí a Maria aferventava o feijão, quando era umas 09 horas, pegava a rapadura e o feijão e vinha aí deixar. Deixar pra os homem. Era um sofrimento terrível. (Matias Silva, 2023).

As obras das frentes de trabalho, que tinham como objetivo a criação de reservatórios d’água para beneficiar a comunidade, não eram adequadamente compensadas financeiramente, o que resultava em pagamentos insuficientes pelo trabalho realizado. “O salário pago aos trabalhadores era, em meados de 1993, de CR\$ 2.500,04 equivalentes a US\$

26.50 de agosto de 1993. Como se verá adiante, o baixo valor do salário era, com razão, uma das maiores reclamações dos alistados em relação ao PFPT” (DUARTE, 2000, p. 242).

Como dito de antemão, as obras de emergência citadas pelos entrevistados, ocorreram no ano de 1993. Nesse período, o salário mínimo no Brasil já havia sido unificado, algo que era diferente nos anos que antecederam 1984. Erilene de Sousa Martins e Raimundo Nonato Lima dos Santos (2019), em “*Representação da realidade tangível: a música como produtora de sentidos para a cidade real*” mencionam esse fator: “Na década de 1970, o salário mínimo ainda não estava unificado no país, isso só foi ocorrer em maio de 1984. Havia diferentes valores, divididos em 22 regiões.” (MARTINS; SANTOS, 2019, p. 255).

Agosto 1993	Port. Interministerial nº 012, de 1993	CR\$ 5.534,00
Setembro 1993	Port. Interministerial nº 014, de 1994	CR\$ 9.606,00
Outubro 1993	Port. Interministerial nº 015, de 1993	CR\$ 12.024,00
Novembro 1993	Port. Interministerial nº 017, de 1993	CR\$ 15.021,00
Dezembro 1993	Port. Interministerial nº 019, de 1993	CR\$ 18.760,00
Janeiro 1994	Port. Interministerial nº 020, de 1993	CR\$ 32.882,00
Fevereiro 1994	Port. Interministerial nº 002, de 1994	CR\$ 42.829,00

Tabela 03: Valor do salário-mínimo no Brasil entre Ago. 1993 a Fev. 1994.

Fonte: AUDTEC, 2023

Cabe aqui, compararmos o salário mencionado acima por Renato Santos Duarte (2000), de CR\$ 2.500,04 pago aos trabalhadores das frentes de emergência em agosto de 1993, com o salário mínimo da mesma época, de CR\$ 5.534,00, apresentado na tabela acima. Com a análise das duas fontes, percebemos que o valor recebido pelos trabalhadores da comunidade Garapa era inferior a meio salário mínimo, em agosto de 1993.

Com relação a esse fator, o senhor Ângelo Amaro da Silva (2023) nos fala da pouca ajuda financeira dada aos trabalhadores.

Era pouquinho, aquilo era uma micharia. Num me lembra mais nem quanto era. [...] Era pouco as coisas. Era só pra sobreviver mesmo. Devagazim. Pra ver se passava aquele tempo. Era o que o que tinha, ninguém pagava uma diária de serviço de nada, era sempre o governo que mandava essas frentinha

de serviço, o caba ainda ia pra linha. Num tinha outro jeito. Tinha que ser o governo tomasse de conta. (Ângelo Silva, 2023).

Percebemos que o dinheiro ganho pelos trabalhadores dessas frentes de trabalho no Garapa mal dava para a sobrevivência desses sujeitos. As ajudas governamentais, como vimos desde o início desse trabalho, davam-se de forma inconsistente, rara e insuficiente. O senhor Matias Joaquim da Silva (2023) lembra de uma cesta recebida uma única vez, durante a iminência das tais frentes de emergência em 1993, além disso, ele fala que nem todos tiveram acesso a esse pequeno amparo, o que acarretou em um descontentamento dos demais moradores do povoado, que não receberam o benefício. O motivo de apenas alguns receberem é desconhecido, mas supomos que esse fator seja evidenciado pela insuficiência de auxílio para a população necessitada em sua totalidade.

Aí tinha um encarregado que ele chamava Rubens. (inaudível). Quando foi um dia ele chegou numa pampazinha, com bastante coisa, arroz, macarrão, sardinha, aquelas caixa de sardinha desse tamanho, daquelas grandona. Porque tem aquela pequeninha e aquela grandona assim. Ah... meu amigo, aí foi bom. Aí os caba do Garapa quando chegaram acharam ruim. “mais rapaz, só vocês”. Eu toquei também. O Zé Vicente, cumpade Anjo e o Inácio. (inaudível). Sei que era macarrão, café, açúcar. Era uma cesta básica grande. [...] Acho que em [19]93. (Matias Silva, 2023).

Duarte (2000), em trabalho supracitado, destaca.

Já a partir do mês de maio [1993], o Governo Federal passou a distribuir cestas de alimentos nos 1.235 municípios atendidos pelo Programa Federal de Combate aos Efeitos da Seca. A partir do mês de junho foram distribuídas, mensalmente, cerca de 2,5 milhões de cestas (BRASIL. SUDENE, 1998, p.15). A quantidade de cestas distribuídas por município era definida pela SUDENE, cabendo à Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) a entrega às Comissões Municipais, que se responsabilizavam pelo transporte e distribuição das cestas no respectivo município. A composição das cestas de alimentos era esta: 5 kg de arroz; 5 kg de feijão; 5 kg de flocos de milho (fubá); 3 kg de macarrão; 1 kg de farinha de mandioca; e 2 latas de óleo comestível. (DUARTE, 2000, p. 247-248).

O relato de seu Matias Joaquim da Silva, 2023, condiz com as entrelinhas do trabalho de Duarte (2000). Mas, enquanto na referência postulada acima se passa a ideia que estas cestas básicas assumiam uma distribuição geral e continua, no entanto, percebemos, com o relato do senhor Matias, que esses fatores não condiziam com a realidade, pois fora distribuída a cesta apenas uma única vez, bem como, para alguns indivíduos, sequer fora destinada ajuda alguma.

3.5. O imaginário da seca na comunidade Garapa

Por fim, é de extrema importância, além dos fatores de cunho físicos, tratados aqui, tal como as práticas e ações relacionadas à sobrevivência, é de crucial relevância, também, analisarmos as questões metafísicas, de cunho sentimental, relacionadas à mentalidade e ao imaginário desses sujeitos. Em outras palavras, o que era sentir a seca? O que era sofrer na pele essas situações extremas em que a única prática relacionada a vida desses sujeitos referia-se à sobrevivência? O que sentiam?

Além disso, é objetivo desta última parte do trabalho, analisar, de forma mais profunda, de que maneira as ocorrências de episódios de seca lapidavam a mentalidade dessas pessoas. Já vimos em alguns momentos da presente obra, como se materializava o principal sentimento de viver a seca, através dos inúmeros dizeres acerca do sofrimento evidenciado na vida e no cotidiano dos garapenses. Mas, de que maneira isso se enraizava na percepção e nos sentidos desses indivíduos? Como se consolidava o imaginário da seca? as questões sentimentais? A partir de qual elemento esses sentimentos afluíam e faziam existir práticas metafísicas? Bem, podemos traçar a trajetória para saciar esta indagação através de um fator específico: a espera pela chuva.

Sim, isso é indubitavelmente inquestionável, as diversas ocasiões citadas no decorrer deste trabalho nos evidenciam um sentimento melancólico com relação aos períodos secos e as dificuldades a estes atribuídas. Isso é perceptível com um necessário exercício de pesquisa: a sensibilidade, que nos faz perceber diferenças em entonações de voz, pausas, emoções. Todos esses fatores correspondem a citação de episódios referentes à seca que são pertinentes ao simbolismo da seca para a comunidade Garapa.

Ora, se não é segredo que o sentimento hegemônico da seca é a melancolia, como estabelecido acima, também não se esconde o fato de que em períodos cujo fenômeno não se fazia presente, com boas recorrências pluviométricas e a existência de um, como se fala popularmente no sertão, “bom inverno”, tal como o “inverno” estava para o inverso da seca, a felicidade estava para o inverso da melancolia. Assim, o sentimento consolidado na mente desses sujeitos, nesse caso, era a felicidade.

Há de se convir que a recorrência de chuvas era sinônimo de vida, de fartura, de sorrisos, de prazeres, de felicidades. Nesse sentido, a falta dela traz escassez, horrores, tristeza, melancolia. O óbvio é que nos períodos em que a seca existe, coexiste de forma absoluta na mentalidade garapense a espera incessante pela dádiva celeste. Essa espera, ansiosa, recorrente e consideravelmente forte, enraizava-se cotidianamente nos pensamentos

particulares dos moradores da comunidade. Esse elemento, específico, vai promover algo que é comumente presente na tradição cultural do local, e que está relacionado ao imaginário da seca, estamos falando das ditas “experiências”.

Continuando em veredas antropológicas. Essa prática geracional se estabelece enquanto um elemento muito presente no imaginário desses sujeitos. Moldado pela seca e o sofrimento por ela causado, a espera pelo “inverno” e pela necessidade e ansiedade de se “prever” a intensidade e a temporalidade da estação chuvosa que se aproximava, os indivíduos se dispunham a fazer práticas de adivinhação com o intuito de saber o que havia de se esperar nos próximos meses. As ditas “experiências”, que certamente terão espaço significativo em nossa pesquisa com os relatos dos garapenses, trata-se, por sua vez, de tentativas de previsão. Buscava-se saber se haveria chuva, quando viria e com que intensidade. Diversas experiências eram utilizadas para tal finalidade. Buscavam observar a natureza, as estrelas, a lua, objetos, entre outros elementos, pois estes possuíam dados significativos para a finalidade de vidência. Em trabalho nessa área, Neusiene Medeiros da Silva (2013), em “*Experiências de inverno no Seridó Potiguar*”, salienta vários aspectos importantes relacionados a estas “profecias”. Segundo a autora,

A experiência consiste na observação sistemática do comportamento dos elementos que compõe a natureza como a flora, a fauna, os astros, entre outros. Estes elementos servem como embasamento para a formulação da experiência de inverno, passando a ser conhecida como “profecia” entre os sertanejos. A profecia é a palavra professada pelo Profeta da Chuva, que faz uso do conjunto de experiências para elaborar o prognóstico climático. [...] Quando o período chuvoso se aproximava gerava a expectativa e a mobilização dos sertanejos, os quais buscavam na natureza as respostas para os seus anseios. (SILVA, 2013, p. 13-15).

Antes de tratarmos de forma específica sobre algumas dessas experiências evidenciadas na comunidade Garapa, busquemos, através de suportes antropológicos, tentar entender a origem e as especificidades dessas práticas. Não é segredo, as sociedades, no transcorrer da história, sempre se orientaram pelos sentidos básicos da natureza humana antes do surgimento de meios que lhes dessem suportes mais precisos. Podemos destacar exemplos diversos, desde a locomoção marítima através da observação dos astros, até a percepção de ameaças através dos sons e cheiros. Nesse sentido, Neusiene Silva (et al, 2014) destaca que “O ser humano, quando não tinha métodos nem tecnologias disponíveis para realizar a previsão do tempo, orientava-se principalmente pelos sentidos do corpo. Isso fez com que seu aparelho cognitivo percebesse o ambiente e suas alterações com maior sensibilidade” (SILVA, et al, 2014, p. 776).

Nessa perspectiva, podemos destacar que as “experiências” se alicerçam, também, em dois pilares que se relacionam entre si: os sentidos e o ambiente. Em outras palavras, as ditas práticas se materializam através da sensibilidade desses sujeitos, condicionadas pela observação do ambiente ao qual está introduzido. Entendemos, nesse sentido, que o ambiente e as sensações provenientes da sua observação, podem funcionar como uma influência considerável para a eminência das ditas “experiências”. Desse modo, imaginando um sujeito que se deita sobre a beira de um riacho, Yi-Fu Tuan (2012) destaca que,

Ele necessita vestir uma roupa velha que lhe permita esticar-se no feno ao lado do riacho e embeber-se em uma mistura de sensações físicas: o cheiro de feno e de estrume de cavalo; o calor do chão, seus contornos duros e de estrume de cavalo; o calor do chão, seus contornos duros e suaves; o calor do sol temperado pela brisa; a cócega produzida por uma formiga subindo pela barriga da perna; o movimento das sombras das folhas brincando em seu rosto; o ruído da água sobre os seixos e matacões, o canto das cigarras e do tráfego distante. Um meio ambiente como este pode romper todas as regras formais de eufonia e estética, substituindo a confusão pela ordem e no entanto, ser completamente desfrutável. (TUAN, 2012, p. 111).

Ao observar o ambiente através dos seus sentidos e subtrair dele interpretações diversas, o sertanejo formula suas práticas. Nesse cenário e, especificamente, tratando-se das “experiências”, cabe analisar as percepções desses sujeitos quanto a um sentido específico, que se relaciona a observação da paisagem do sertão: a visão. Com relação a importância da paisagem para o fomento de percepções e ações do indivíduo, Neusiene Silva (et al, 2014) destaca que “A paisagem é, simultaneamente, marca e matriz. O homem imprime sua marca no espaço, ao mesmo tempo em que a paisagem determina, até certo ponto, as percepções, concepções e ações desse indivíduo, tornando-se matriz” (SILVA, et al, 2014, p. 777).

Sabemos que, desde a idade média, as previsões estão presentes na sociedade e, historicamente, assumiram relevâncias significativas ou não, condicionadas pelo tempo e pela cultura, pelo período e pelo povo. Logo, não é equívoco falar que as “experiências” na comunidade garapa são heranças, ou melhor, tem uma influência, ainda do período medieval. Afinal, “as profecias (de um modo geral) são uma herança do período medieval” (ACSELRAD, 2006, p. 122 apud SILVA, et al, 2014, p. 777). Em alguns casos, inclusive, algumas dessas tradições protéticas se assemelham, até certo ponto, a algumas práticas em períodos longínquos, tais como a idade média, como veremos adiante.

Quando falamos especificamente do fato de prever a chuva no contexto garapense, não sabemos, de certo, quando ou como se originou a prática. No entanto, temos algumas teorias plausíveis quanto ao surgimento das profecias. Para além das heranças históricas, tal

como Abelardo Fernando Montenegro (2008), acreditamos que as “experiências” e a figura do profeta da chuva, surgiram

[...] provavelmente de um agricultor que buscou na natureza os indícios do tempo futuro. Por suas constantes observações e experiências, tornou-se ele informante dos demais agricultores e dos criadores, passando, por isso, a ser constantemente ouvido. Com o passar do tempo, a informação transformou-se em profecia e o informante, em profeta. (MONTENEGRO, 2008, p. 7).

Nesse sentido, vejamos adiante algumas dessas experiências efetivadas na comunidade Garapa. A começar pela “experiência” do *cruzeirinho*, que se caracterizava pela presença de uma formação de estrelas peculiar no céu, e que se está aparecesse nos céus no mês de dezembro, o período chuvoso havia de ser ameno, com poucas chuvas e a iminência da seca. Logo, a aparição da dita formação estelar causava grande preocupação na mente desses sujeitos, mesmo sem a seca estar estabelecida de fato.

Vejamos alguns relatos orais que mencionam essa experiência, a começar pela senhora Maria Vitalina de Jesus Silva (2023), que menciona, “Era cruzeirinho. Se em dezembro ele tivesse aqui (gesticulando para o céu) chovia não. Pai sempre tinha essa experiência. [...] Se aquele cruzeirinho tivesse aqui no meio do céu em dezembro, num chovia não” (Maria Silva, 2023). Além dela, o senhor Matias Joaquim da Silva (2023) também nos conta a história da formação estelar que serviria para prever a estação chuvosa.

Tinha deles que fazia. O finado Amaro tinha uma, que é o cruzeirinho aqui, que eles chama cruzeirinho do sul. Quando é no mês de dezembro, se ele anoitecesse ali, o inverno num tinha. Num prestava. O Zé Capitão e o Eduardo fizeram uma roça de mandioca lá na serra. [...] Aí a boca da noite, aí ele: “cumpade eles tão vechado pra cercar a roça, (inaudível) mas quando você ver, cumpade, esse cruzeirinho no mês de dezembro a boca da noite bem aqui, num tem inverno não”. E num teve não. Agora, eu num me alembro que ano era. (Matias Silva, 2023).

Com relação a esta observação estelar, cabe enfatizar que a observação dos céus com objetivo de adquirir respostas metafísicas e proféticas quanto a chegada da chuva denota-se há muito tempo. Aluiso Inojosa (1890), por exemplo, diz que “Na Idade Média, os senhores donos de feudos costumavam manter astrólogos para estudar os astros, a fim de orientá-los quanto às transmutações do tempo” (INOJOSA, 1980, p. 23).

Muitas esperanças são alocadas em uma data específica do ano, dia 13 de dezembro. No dia, é comemorado o dia de Santa Luzia, e por conta dessa data especial para os fiéis católicos, era realizada a experiência. Há muitas citações desse dia na literatura nordestina. Luiz Gonzaga que o diga, quando canta o trecho da música “*A triste partida*”, escrita por Patativa do Assaré (1964), que diz: “A treze do mês, ele fez experiência”.

A experiência do *dia 13 de dezembro* era amplamente utilizada na comunidade Garapa e consiste na observação do desse dia e dos outros cinco dias subsequentes. Havia de ser observado nesses respectivos dias, as precipitações que por ventura viessem a acontecer. Isso porque para alguns católicos, praticantes dessa *experiência*, o dia 13 representa o mês de janeiro; o dia 14, o mês de fevereiro; o dia 15, o mês de março; o dia 16, o mês de abril e o dia 17, o mês de maio.

Logo, caso em algum desses dias ocorresse alguma precipitação, houvesse a presença de muitas nuvens carregadas no céu ou qualquer librina que fosse, muito animava o sertanejo. Entretanto, caso em tais dias o sol fosse hegemônico e as chuvas inexistentes, de imediato os garapenses se preocupavam. A senhora Maria Vitalina de Jesus Silva (2023), nos explica que “dezembro é dia de Santa Luzia. Dia 13. Começa dia 13, que representa janeiro, é, aí dia 14 é fevereiro, dia 15 é março, dia 16 é abril, acho que vai até maio, essa experiência. Mas parece que esse ano parece que o povo não olhou direito” (Maria Silva, 2023). Seu Matias Joaquim da Silva (2023) complementa. “É, o povo tem aquela experiência de Santa Luzia. Se for janeiro, fevereiro, se vier março, se librinar, enevoar, aí é bom. Se for limpo num presta.” (Matias Silva, 2023).

Tais conhecimentos populares da comunidade Garapa não se formularam no momento em que nossa pesquisa se estabeleceu. Diferente disso, são memórias compreendidas e compartilhadas através do tempo, da oralidade e de forma geracional. Aqui, percebemos mais uma característica da oralidade e da memória, isto é, a junção de gerações, mesmo que separadas pela barreira temporal. Nesse contexto, Ecléa Bosi (2003) enfatiza que “A memória oral é fecunda quando exerce a função de intermediário cultural entre gerações” (BOSI, 2003, p. 73).

Mas, voltando à “experiência” mencionada acima, por que essas observações aconteciam no dia de Santa Luzia e dos dias subsequentes? Por que não em quaisquer outros dias do ano? Bem, tais indagações encontram suas respostas em algumas possibilidades. Primeiro, o período. É certo que variações existem, porém, é comum que em meados de dezembro já possamos observar algumas poucas precipitações. É o início das chuvas na região, período que encontrará seu ápice nos meses seguintes. Logo, pensamos que a proximidade com o “inverno” seja um dos fatores que fazem essa “experiência” ser aplicada na data em questão.

No que diz respeito à relação entre a aplicabilidade do costume profético em questão e a figura de Santa Luzia, também podemos destacar alguns elementos. Antes de mais nada, a referida santa é popularmente considerada santa protetora da visão. Deduzimos que exista

uma relação entre a prática de observar os céus com pressupostos proféticos e a relação de Santa Luzia com a visão. Nesse sentido, já discutimos a questão dos sentidos e, exclusivamente da visão, na iminência das ditas “experiências”. Além disso, Santa Luzia vivera na Roma em fins da idade média, quando a religião cristã sofria grande perseguição. Nesse sentido, a jovem supostamente teria sido executada, devido a sua fé. Souza (s.d), em seu estudo, aponta detalhes da sua execução. O autor destaca que “Atingida por uma ferida que a qualquer outro teria imediatamente tirado a vida, Luzia continuou a falar, com grande espanto de todos: Predisse a próxima liberdade da Igreja.” (SOUZA, s.d, p. 57,58). Logo, no ato de sua morte, no ano de 304 d. C., a jovem e posterior santa teria proferido uma profecia quanto ao fim da perseguição aos cristãos. De fato, cerca de 9 anos após a sua morte, Constantino, imperador de Roma, converteu-se ao cristianismo, abdicando da perseguição aos fies dessa religião. Entendemos, com isso, que a característica profética de Santa Luzia seja um dos possíveis pressupostos para que a “experiência” em análise, usada com o intuito de prever a estação chuvosa, seja praticada na data de sua morte e da profecia feita pela santa.

Outra experiência muito conhecida, inusitada e praticada na região, era o *roubo de imagens de santos*, caracteristicamente presentes em casa de devotos católicos, alocados sob a parede ou em pequenos oratórios residenciais particulares. Odon Antão de Alencar (2007), em “*Minha vida nos Baixios. Fortaleza: A Província*”, nos explica essa prática que se enraíza na cultura popular nordestina.

Quando no início do período das chuvas e essas não chegam a contento, ou se ausentavam, dando início à escassez de água e alimento para os rebanhos, o jeito era de apelar para o Senhor. Fazer promessas e roubar santos da vizinhança, preferencialmente São José, que era considerado o mais milagroso. Quando as chuvas chegavam, pela fé ou obstinação da natureza, os santos eram devolvidos às suas casas em caminhada, todos a pé, rezando e cantando os benditos louvores ao Senhor. O uso de foguetes era imprescindível em todo o percurso da caminhada. (ALENCAR, 2007, p. 60).

O roubo de imagens sagradas era corriqueiro na comunidade. O senhor Ângelo Amaro da Silva (2023) fala que “De primeiro o povo era devoto. Carregava santo. Carregavam santo das casas e só voltava mesmo quando chovia (risos)” (Ângelo Silva, 2023). O senhor Matias Joaquim da Silva (2023) menciona um episódio, consideravelmente conhecido na localidade, em que um destes roubos teria provocado fortes chuvas na região. “O povo tinha um negócio de roubar santo. Roubava a imagem do Senhor. (inaudível). Roubaram uma, eu num sei quem foi que roubou essa imagem, aí laivem o arregaço de chuva. Uma tempestade arregaçando com tudo. Aí correram e foram deixar a santa (risos)” (Matias

Silva, 2023). A senhora Maria Vitalina de Jesus Silva (2023), por sua vez, relatou o mesmo episódio e, ainda, cita uma memória em que sua mãe havia cometido um desses roubos.

Era pra chover. Teve um véi aí no Garapa que mãe contava, que ele roubou foi a imagem do Senhor. Essa é pesada pra roubar ela. Eu num me atrevia não. E a enchente foi tão grande que o véi passou pra ir deixar a santa nadando. Esse valeu (risos). Aí eu num sei qual foi o ano que mãe foi mais (inaudível) e roubou. [...] Mãe foi roubar a santa, na casa da madrinha dela. A imagem. Chamavam a imagem do senhor. [...] Mas aí quando começou aquele nevoeirão medonho elas, foram deixar a santa, num esperaram pela chuva não. [...] Choveu. Mas não choveu quem nem no dia que disse que o vei roubou não, que disse que o véi foi deixar nadando. O rio ali da casa do Cornelio, foi, foi de nado. (Maria Silva, 2023).

Com a discussão acerca das experiências no povoado Garapa, saímos do campo físico e entramos nas análises dos sentidos, que, por sua vez, perpassam o palpável e adentram na sensibilidade dos sonhos, das crenças e do imaginário. A história oral, como destaca Sônia Freitas (2006), possui as intenções necessárias para trabalhar tais elementos. Segunda a autora, “A nossa preocupação – e da História Oral – é garantir a visão de mundo, as ideias, os sonhos e as crenças dos depoentes. Nesta narrativa, a imaginação se mistura com a realidade” (FREITAS, 2006, p. 91).

A observação da natureza, do ambiente e das paisagens para poder prever a chuva condiz com a prática das experiências. Os pássaros, nesse sentido, faziam parte desse leque de possibilidades. Mas existia uma ave, em especial, que chama a atenção nesse cenário. Não pelo fato dele, através do seu canto, possivelmente prever se os anos teriam boas chuvas e até mesmo a durabilidade do período chuvoso, mas pela narrativa mística que gira em torno do animal, nomeado popularmente de “*três pote*”. Segundo alguns relatos, o nome se dá devido ao canto do pássaro ser parecido com as palavras que o nomeiam. O pássaro é noturno, sendo possível ouvi-lo apenas à noite.

Além disso, segundo a tradição popular, o pássaro assume um misticismo peculiar, pois nunca fora visto por ninguém. Segundo a crença dos garapenses, em anos que ele canta, geralmente próximo ou durante o período chuvoso, o ano é de grande ocorrência de chuvas consideráveis. Além disso, o número de cantos emitidos pela ave corresponderia ao número de meses em que o período chuvoso seria atuante. O senhor Matias Joaquim da Silva (2023) menciona que “Quando o três pote canta muito, é bom de inverno” (Matias Silva, 2023). Além disso, a senhora Maria Vitalina de Jesus Silva (2023) cita que “O três pote, no ano que aquele pássaro canta é difícil você num vê aguaceiro. Ixturdia ele cantou aqui. E era dois. Eu ainda não vi aquele pássaro” (Maria Silva, 2023).

Os pássaros, historicamente falando, sempre carregaram consigo representações. Muitos são os fatos simbolizados por muitas aves. As heranças dessas crenças advêm de diversas fontes, desde as considerações acerca do corvo e do seu mau presságio na cultura nórdica, até lendas dos povos nativos, aqui na América. Fato é que os pássaros assumiram, e ainda assumem, diversos significados no campo dos signos e do imaginário. Nesse sentido, Shirley Almeida (2003), destaca que

Muitas são as lendas, mitos, crendices e histórias populares que cercam o homem. Algumas histórias populares correspondem às características realmente existentes nas espécies consideradas e outras não passam de fruto da imaginação das pessoas. Marques (1998) chama de ornitoaugures as aves que emitem sons considerados augurais e ainda divide-os em 5 (cinco) categorias que talvez, sejam universais: ornitoaugures funéreos (prenunciam morte), ornitoaugures funestos (prenunciam desgraças), ornitoaugures societários (prenunciam visitas, encontros, etc.), ornitoaugures meteóricos (prenunciam mudanças de tempo e clima) e ornitoaugures fantásticos (prenunciam contatos com o sobrenatural). (ALMEIDA, 2003, p. 14).

Na perceptiva de Marques (1998) apud Almeida (2003), podemos destacar o “*três pote*” como um pássaro pertencente à categoria ornitoaugures meteóricos, que, por sua vez, prenunciam mudanças de tempo e clima. Mas porque esse pássaro específico teria esse papel? Na verdade, há outros pássaros com esta mesma função no cenário estudado. Decidimos, desse modo, tratar do “*três pote*”, pois é o que carrega mais misticismo perante a presença do seu canto, afinal, é um pássaro misterioso que exclama seus cânticos proféticos no silêncio da noite e longe dos olhares humanos, permitindo a ausência da sua imagem e aumentando o seu teor de mistério. Cabe, mesmo assim, buscar significados do porque a ave ser utilizada com tal finalidade.



Figura 18: Saracura-três-potes (*Aramides cajaneus*).
Fonte: LEBOWKI, 2015.

Por mais que a ave seja pouco vista no contexto em análise, conseguimos encontrar informações importantes sobre o pássaro, em nossas pesquisas. Popularmente chamado de “três pote”, trata-se de uma espécie de seriema, de nome científico *Aramides cajanea* (confira a figura 17). Paulo Antas (s.d), em “*Pantanal, Guia de Aves*”, salienta que a espécie em questão pertence ao “Grupo de aves características dos brejos e alagados, as saracuras são aves de difícil observação, por viverem na parte mais fechada da vegetação junto ao chão. Em geral, mais escutadas do que vistas” (ANTAS, s.d, p. 62).

O autor menciona características importantes para entendermos o misticismo sertanejo para com a ave. Primeiro, o fato dela ser “mais escutadas do que vistas”, o que explica o fato de não ser observada na região do Garapa. E, segundo, trata-se de um pássaro que vive em ambientes mais úmidos, frequentemente vista em brejos ou beiras de rios. Recebe, inclusive, o nome de “Galinha d’água”, pela sua aparência semelhante à de uma galinha e pelos hábitos aquáticos. Nesse sentido, Shirley Almeida (2003) menciona que essas representações místicas, por vezes, são condicionadas pelo ambiente em que a ave vive. No caso em questão, o fato do pássaro “prever” a chuva estaria relacionado ao fato de ser um pássaro que vive em ambientes com a presença de água. Assim, para a autora,

Segundo Sick (1988), “a voz de muitas aves é considerada pelo povo como um prenúncio de chuva”. O referido autor enfatiza que essa relação pode ser feita no caso de algumas espécies, nas quais fatores climáticos, sobretudo a umidade, exerce considerável influência sobre a atividade reprodutora, e como também sobre o canto. (ALMEIDA, 2003, p. 15).

O senhor Matias Joaquim da Silva (2023), menciona uma dessas experiências, um tanto quanto inusitadas. Segundo ele, em períodos com pouca evidência de chuvas, alguns moradores da comunidade pegavam um pouco de água, dirigiam-se até o cemitério e o aguavam. Ou seja, era a *experiência de aguar o cemitério*. Segundo a crença popular do local, aquele ritual possibilitaria o surgimento de chuvas. Vejamos o relato de um morador que cita esse ritual e menciona um episódio em que uma senhora da região havia o praticado e alcançado o resultado esperado.

O povo aguava o cemitério pra chover. A cumade Neném mesmo, quando morava com o Justino, aguava o cemitério ali pra chover. [...] Aguava. levava água e aguava o cemitério prumode chover. Eu me alembro, molequinho, uma casa que pai tinha feito com (inaudível), tinha uma roça. Aí minha mãe ia apanhar feijão, isso era de meio dia pra tarde, o milho enroladinho assim e o feijão pra aqui, praculá uma bajem. Aí ela apanhando aquelas bajinha de feijão pra aqui e praculá, quando chegamos em casa demorou pouco, foi chuva. (Matias Silva, 2023).

Não temos uma ideia concreta acerca dos significados por trás do ato de aguar o cemitério para propiciar que a chuva chegue. Com a discussão dessa prática, saímos um pouco do campo das previsões e adentramos no campo ritualístico. Nesse cenário, cabe buscar respaldos históricos acerca da prática. Não foi possível, em um tempo que se aproxima do nosso recorte temporal, encontrar fatores que se assemelhem ao ritual em questão e que possam funcionar como uma influência cultural. No entanto, é importante que citemos uma simbologia importante que ocorria na Grécia rural, na antiguidade. Ao discutir um rito fúnebre na região, Robert Darton (1986) destaca que a água das lágrimas dos sujeitos que se encontravam enlutados mediante ao ato da sepultura dos mortos assumiram uma representação peculiar. O autor menciona que

Segundo Danforth, a água tem uma grande força metafórica no interior árido da Grécia. A umidade sugere fertilidade e vida; a *secura*, aridez e morte. Infiltrando-se na terra seca dos cemitérios, a água reanimaria os mortos. As viúvas vertem água nos túmulos dos maridos (...). Mas as lágrimas também correm como água (...). (DARTON, 1986, p. 171).

Não sabemos se o dito ritual na Grécia Antiga predispõe uma relação direta com a prática de aguar cemitérios na região do Garapa. No entanto, chama atenção o fato de ambos os rituais assumirem certa semelhança, inclusive, quanto ao ambiente árido e seco das duas regiões e a conseqüente necessidade de água perante a sua ausência.

Outra famosa experiência é a da *barra de Natal*. Mencionada na canção de Luiz Gonzaga, acima referenciada. Canta Gonzaga: “Mas noutra esperança/ Com gosto se agarra/ Pensando na barra/ Do alegre Natal” (GONZAGA, 1964). A dita experiência se resume em observar o horizonte no dia 25 de dezembro, Natal, a fim de se visualizar uma característica nuvem que se forma no horizonte em formato de barra. Caso ela apareça, significa dizer que o período chuvoso será intenso e oportuno. Caso não apareça, o período chuvoso terá poucas precipitações, ou até ausência. Assim, “A barra de nuvens com que se apresenta o amanhecer dos dias de Natal e Ano bom, traz, muita vez, indícios de inverno promissor” (MAGALHÃES, 1963, p. 257).

Na comunidade Garapa esse evento fazia parte do cotidiano de final de ano, sobretudo o dia de Natal e ano novo. Acordando cedo para iniciar a labuta diária, o garapense de imediato lançava seu olhar para o horizonte, a fim de visualizar a profética nuvem. O senhor Ângelo Amaro da Silva (2023), menciona que “Se chegar dia de ano e o sol nascer dentro da barra... é bom. Agora, se num tiver barra... aí acabou-se tudo” (Ângelo Silva, 2023). A dona Maria Vitalina de Jesus Silva (2023) também menciona a tradição. Vejamos.

A barra, ninguém viu mais nunca uma barra que preste. [...] De primeiro era aqui no nascente. Mas era uma barra bonita, aquela barra de fora a fora, coisa mais linda. Era dia de ano e no Natal. Natal em dezembro né. Quando ele olhava que tinha aquela barra. Vigi Maria. Parece que já contava que o inverno era certo. Mas agora passa Natal e você não vê mais uma cinta linda que nem era de primeiro. Não sei por que é que ninguém ver mais aquela barra bonita. (Maria Silva, 2023).

Outro evento relacionado à espera pela chuva e a tentativa da sua previsão está relacionado a teias de aranha. Isto é, a *experiência* das **teias de aranha soltas no ar**. Segundo a tradição, quando se observa teias de aranha deslocando-se dos locais onde se estabelecem pairando pelo ar, espera-se chuva com abundância. O senhor Matias Joaquim da Silva (2023), diz que “Rapaz com dois ou três dias cai água, quando a telha de aranha se solta” (Matias Silva, 2023). O senhor Ângelo Amaro da Silva (2023), por sua vez, menciona que “É, Esse ano eu num vi ainda aquilo ali. Teve uns anos aí, eu num me lembro qual foi a época que o caba fazia era se assombrar. Parecia algodão, aquela trapulía no mundo. Era só a telha de aranha. E foi ano que choveu. Agora, mais nunca eu vi aquilo ali não” (Ângelo Silva, 2023).

O senhor Ângelo Amaro da Silva (2023) sempre foi um exímio observador da natureza. Com olhares proféticos sobre esses fenômenos naturais buscava saber o que esperar dos meses posteriores e da tão sonhada chuva. Ele menciona que realizou muitas dessas experiências. Além disso, relata que essa tradição é geracional, passada dos mais velhos até a sua geração e, também, às gerações futuras. Outrossim, ressalta alguns outros tipos de experiências.

É. Fazia experiência **dos pássaro, da lua**. O povo mais véi tinha experiência de tudo. [...] Era quando os pássaro começava a cantar, na seca, aí a chuva as vezes chegava cedo. Era a coã, seriema. Da lua, era a passagem da lua, se ela tivesse pendida, naquele mês, aí... era marcando chuva pro próximo mês. Ainda hoje, a lua o caba pode prestar atenção. Se ela, no mês que ela pender, pra esse lado de cá (esquerdo), a chuva é na certeza. Agora, se ela virar pra lá, aprumadinha... (negativo com a cabeça). Tem a da **estrela dalva**, que ela governando aqui no poente, é bom de inverno. O tempo que ela governa aí, é bom de chuva. [...] Toda uma vida, desde os mais véi, eu gosto de observar. O **cruzeirinho do sul, barra de Natal, dia de ano**. Tudo é experiencia dos mais véi. (Ângelo Silva, 2023 – grifo nosso).

É importante reiterar que tais experiências eram condicionadas pela espera da chuva. Pela necessidade da crucial precipitação, afinal, a terra molhada no sertão é sinônimo de vida. Sem esta, mal há a sobrevivência. Nesse sentido, além das experiências e de rituais como o de aguar cemitérios, mencionado acima, havia a presença de preces e clamores nesse cenário de espera. Afinal, a fé era um amparo importante para esses indivíduos. Nesse sentido,

Chacon (2007) relata que a religiosidade e a fé ainda é uma característica muito forte no sertão, independente da crença, a figura de Deus ainda é um

referencial. Entendendo a questão da fé como o suporte e consolo dos mesmos e mesmas, diante das adversidades do cotidiano e das dificuldades em se viver dentro do contexto de seca. (FREITAS, 2019, p. 6).

Dentre muitas práticas religiosas relacionadas à espera da chuva, destacamos a *procissão do santo enrolado numa toalha*, que ocorria na comunidade. Com a presença e o transporte de uma imagem religiosa, dezenas de fiéis assumiam longos trajetos de caminhada, em procissão, percorrendo as estradas e veredas que cortavam a comunidade Garapa e outras comunidades vizinhas. A finalidade? Receber a dádiva da chuva.

A senhora Maria Vitalina de Jesus Silva (2023), quando perguntada sobre os rituais de espera pela chuva, relatou que “Esperava! [...] Avemaria, saiam com um retrato de um santo enrolado numa toalha. Todo mundo atrás cantando. Vinham do Saco Grande pro Garapa, tu acredita? Todo mundo com a boca aberta cantando. Às vezes chovia.”. Ela diz, ainda, que “Se fazia muita oração. Faziam aqueles terço e rezavam” (Maria Silva, 2023). O senhor Ângelo Amaro da Silva (2023), por sua vez, também relata a espera pela chuva e as preces relacionadas: “Era. Por que tinha que passar por aquele tempo e esperar o outro ano vim. Fazia promessa (risos) pra chover. [...] Era rezar” (Ângelo Silva, 2023).

Percebe-se que era cotidiano, na mente desses sujeitos, a ansiedade pela chegada da chuva. Buscava-se no espiritual e na natureza soluções para os difíceis momentos relacionados à seca. A chuva materializava-se na mente dos garapenses, seja pela sua espera, seja pela sua chegada. Pois, se emoções se faziam presentes pela sua ausência, também existiam a partir da sua chegada. A dona Maria Vitalina de Jesus Silva (2023) relata, com emoção, o principal sentimento dos tempos melancólicos da seca. Quando perguntada sobre o que se sentia, hegemonicamente, em tempos de seca, ela responde:

Chorar (pausa emocionada). A gente chorava. Por que a gente via os bichinho passando fome. E... (pausa) num tinha o que fazer. Era só esperar mesmo em Deus e pronto. [...] Aqui o Piauí, o povo do Piauí... hoje não né, hoje é um céu. Mas de primeiro era... (pausa) era difícil. (Maria Silva, 2023).

Mais uma vez, a emoção e as pausas se fazem presentes durante a fala dos nossos entrevistados. Nesse caso, ao lembrar dos momentos mais drásticos dos períodos de seca, a senhora Maria Vitalina de Jesus Silva (2023), nos fala do sentimento melancólico relacionado a estes períodos. Tais emoções são deveras presentes no decorrer dos relatos. Nesse sentido, cabe salientar as considerações de Sônia Feitas (2006) sobre as veredas que devem ser tomadas pelos pesquisadores que fazem uso da história oral em seus trabalhos. Para a autora,

Muitas vezes, as pessoas, ao buscarem a sua memória, acabam refletindo sobre o próprio passado, emocionando-se. Devemos saber respeitar as lágrimas e os momentos de emoção que se apresentam durante a entrevista.

Às vezes, o silêncio é eloqüente e pode tornar-se um forte elemento na interpretação da entrevista. (FREITAS, 2006, p. 94).

Não obstante, como dito acima, as emoções referentes à chegada da chuva eram proporcionais à sua falta. A felicidade por sua presença era na mesma intensidade da tristeza pela sua ausência. A chuva, assim, condiciona as emoções desses sujeitos. É perceptível, na face do sertanejo, que tanto sofre, o sorriso aliviado proveniente do barulho de chuva no telhado de sua humilde casa. Chove no sertão, a mata seca, cinzenta, “sem vida” e apocalíptica, como num passe de mágica, transforma-se em um verde exuberante. Os riachos, que há muito encontravam-se secos, encontram o movimento das águas. A natureza do Garapa retornava a vida, e o garapense, que tanto esperou por esse momento, também “revivia”, sorria, alegrava-se, depois da longa melancolia. O senhor Matias Joaquim da Silva (2023) diz que “Ô rapaz aí aliviava tudo. A pessoa ia trabalhar, plantar e tudo. Aí aliviava. Ficava muito feliz” (Matias Silva, 2023). O senhor José Honorato da Silva (2023) também menciona a felicidade com a chegada da chuva, segundo ele, “Ficava bom, aí achava bom. Porque aí os bichim ficava em todo canto. Aqui que tinha água, num precisava ir carregar, tinha um barreirinho, aí ficava bom. (risos)” (José Silva, 2023).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou entender o cotidiano e o imaginário relacionado a presença da seca na vida de sertanejos nordestinos de uma pequena comunidade, denominada de Garapa, localizada no município de Fronteiras, no estado do Piauí. Buscamos, com a análise da comunidade, entender como esses sujeitos se organizavam cotidianamente para enfrentar as problemáticas da seca. Além disso, compreendemos a maneira pela qual os garapenses sobreviviam aos períodos de estiagem. Outrossim, procuramos saber qual o fator determinante da seca e quais as práticas metafísicas, tais como rituais, preces e as ditas “experiências”, esses sujeitos praticavam com a finalidade de conseguir prever os episódios de chuva no local. Para tal, utilizamos o uso, principalmente, da história oral, absorvendo relatos provenientes da memória de alguns moradores da comunidade. Além disso, fizemos uso da antropologia com a finalidade de entender os sentidos e significados da seca para essas pessoas. A utilização de fontes bibliográficas, acadêmicas e literárias, também alicerçaram a obra, de forma secundária.

Para analisar o imaginário e o cotidiano da seca no povoado Garapa, na cidade de Fronteiras-PI, na segunda metade do século XX, definimos cinco objetivos específicos. O primeiro foi identificar as formas de trabalho e as tecnologias dos moradores do povoado Garapa em tempos de seca. Verificou-se, com isso, que a comunidade se alicerçava, em relação às formas de trabalho, majoritariamente na agricultura e na pecuária. A segunda preocupação foi identificar as formas de ocupação da terra no povoado Garapa. Soubemos, a partir dessa observação, que os moradores do Garapa, nesse período, trabalhavam nas terras livremente, sem delimitações particulares, algo que se modificou posteriormente, no decorrer da segunda metade do século XX, com a delimitação de terras e a compra de posses na região. A terceira meta foi descrever o cotidiano dos moradores do povoado Garapa nos períodos de seca, na segunda metade do século XX. A partir daí, compreendemos que a lida diária com o gado em busca de alimento e água para os animais, além da busca de água e comida para o consumo humano, correspondia como fatores determinantes para organização cotidiana desses sujeitos. O quarto objetivo específico, foi destacar as formas de resistência aos efeitos da seca no povoado Garapa. Nessa parte, entendemos que a alimentação precária fez com que, muitas vezes, os garapenses se vissem na obrigação de consumir alimentos de qualidade questionável, além de ingerir água em péssimas condições e de fazer manter, com muitos empecilhos, a prática da pecuária. No quinto objetivo específico, procuramos conhecer o imaginário dos moradores do povoado Garapa, na cidade de Fronteiras-PI, em relação a seca e

a esperança da chegada da chuva, através das ditas “experiências” das preces e rituais. Conhecemos, assim, as várias experiências relacionadas à observação da natureza, as preces e rituais ligados à espera da chuva e a forma como a seca condicionava esses elementos no imaginário e na mentalidade dos moradores do Garapa. E, por fim, como esse fenômeno social e natural, a seca, mesclava sentimentos negativos e positivos a partir da sua emergência, ou da sua ausência.

Encerramos esse texto destacando a nossa felicidade em proporcionar que a comunidade Garapa e seus moradores tenham uma representação histórica. As entrelinhas dessa pesquisa possibilitam que a história desses sujeitos ganhe materialidade, saindo das barreiras do tempo e do esquecimento, adentrando na perpetuação fornecida pela escrita. A história desse povo, forte e sofrido, passa da condição de meras memórias fadadas ao esquecimento proveniente do tempo, à condição de existente, devido à manutenção da memória proporcionada pela escrita. O sentimento aqui é de felicidade, não por dar história à comunidade, pois ela já possui, mas por representar esses indivíduos e mostrar sua voz nos estudos históricos; o que nos possibilita perpetuar esses ricos relatos que tanto nos mostram sobre as nossas raízes. Se existimos, devemos isso à resistência das nossas gerações passadas, nada mais justo, nesse sentido, que dar os devidos créditos e agradecimentos e, acima de tudo, não esquecer nossa história, nossos princípios e nossas raízes.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, Odon Antão de. Minha vida nos Baixios. **A Província**. Fortaleza, 2007.
- ALMEIDA, Mércia Melo de. et al. Caracterização física e físico-química de frutos do mandacaru. In: **Revista Brasileira de Produtos Agroindustriais**, Campina Grande, v.11, n.1, p.15-20, 2009.
- ALMEIDA, Shirley Machado de. **Etno-ornitologia por uma comunidade rural de Araguari-MG**. 2003.
- ALVARENGA, Ronaldo de. As ações de combate aos efeitos da seca em Campo Maior-PI nas décadas de 1940 e 1950. **Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da UFPI**. Teresina, v. 7, n. 1, jan./jun. 2018.
- ALVES, Joaquim. **Histórias das secas (Séculos XVII A XIX)**. 2 ed. Fundação Waldemar Alcântara. Fortaleza, 2003.
- ALVES, Vicente Eudes Lemos. As bases históricas da formação territorial piauiense. **Geosul**, v. 18, n. 36, p. 55-76, 2003.
- ANDRADE, Manuel Correia. **A Terra e o Homem do Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária do Nordeste. 6. ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1998.
- ANDRADE, Maria Verônica Meira de. **Maniçoba (Manihot glaziovii)**. s.d.
- ANGELIM, Ana Ester Sampaio et al. Germinação e aspectos morfológicos de plantas de Macambira (*Bromelia laciniosa*), encontradas na região do Vale do São Francisco. **Revista Brasileira de Biociências**, v. 5, n. S2, p. 1065-1067, 2007.
- ANTAS, Paulo de Tarso Zuquim. **Pantanal**: guia de aves. SESC, Rio de Janeiro: 2009.
- ARAÚJO, Maria Mafalda Baboino de. **O poder e a seca de (1877-1879) no Piauí**. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 1991
- AUDTEC. [Valor do salário-mínimo no Brasil entre Ago. 1993 a Fev. 1994.] **AUDTEC – Gestão Contábil**, 2023. Disponível em: <https://audtecgestao.com.br/capa.asp?inford=1336>. Acesso em: 06/07/2023.
- BARBOSA, Jivago Correia. Obras e assistencialismo no governo José Américo (1951-1956). In: **SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA**, 26., 2011, São Paulo. Anais... São Paulo: Anpuh, 2011, p. 2.
- BOBBIO, Norberto. **O tempo da memória**. De senectute e outros escritos autobiográficos. Tradução Daniela Versiani. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória**: ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- CAMPOS, José Nilson B; STUDART, Ticiania Marinho de Carvalho. **Secas no Nordeste do Brasil**: origens, causas e soluções. Universidade Federal do Ceará.
- CARCARÁ, Maria Socorro Monteiro. NETO, José Machado Moita Neto. **Queimadas rurais: necessidade técnica ou questão cultural?** S.d.

CARVALHO, Erton de Alencar Antão de. **A atuação do 3º bec no município de Pio IX no combate à seca (1979-1983)**. Monografia (Graduação em História) Universidade Federal do Piauí – Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, 2021.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ed. 1995.

COSTA, José de Araújo. [Ocorrência do el niño no século XX]. In. **O fenômeno El Niño e as secas no Nordeste do Brasil**. IFBA. Bahia: 2014.

COSTA, José de Araújo. **O fenômeno El Niño e as secas no Nordeste do Brasil**. In. Educação, Tecnologia e Cultura - E.T.C. | Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA, 2014.

CRUZ, Fernando de Sousa. **A seca em Picos – Piauí nos anos de 1979 a 1985: o combate e a sua memória**. Monografia (Graduação em História) Universidade Federal do Piauí – Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, 2017.

DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DARNTON, Robert. **O grande massacre de gatos e outros episódios cultural francesa**. Rio de Janeiro: 1986.

DE SOUZA, J. L. **Luzia, a protetora dos olhos** - São Paulo: s.d.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. História oral e narrativa: tempo, memória e identidades. In. **Revista da Associação Brasileira de História Oral**, n.6, p.9-25, 2003.

DOMINGOS NETO, Manuel. **Seca seculorum: flagelo e mito na economia rural piauiense**. Teresina, Fundação CEPRO, 1983.

DUARTE, Renato Santos. As secas no Nordeste: recorrência climática e descontinuidade. **Caderno CRH**, v. 13, n. 32, 2000.

FREITAS, Andréia gomes de. **Representações sociais da seca para trabalhadores e trabalhadoras rurais do município de santa maria da boa vista - PE**. Centro Universitário Dr. Leão Sampaio – UNILEÃO. Juazeiro do norte – CE, 2019.

FREITAS, Sônia Maria de. **História oral: possibilidades e procedimentos**. Associação Editorial Humanitas. 2. ed. São Paulo: 2006.

FRONTEIRAS Piauí. [Local onde teria começado a formação do núcleo populacional da futura cidade de Fronteiras-PI. Em destaque a Igreja Nossa Senhora do Perpétuo Socorro e algumas residências]. Fronteiras (PI), Facebook, 2017. Disponível em: <https://www.facebook.com/fntpi>. Acesso em: 24/05/2023. 4 fotografias, p&b.

FRONTEIRAS Piauí. [Sesmaria concedida a Rita Álvares dos Reis]. Fronteiras (PI), Facebook, 2017. Disponível em: <https://www.facebook.com/fntpi>. Acesso em: 24/05/2023. 1,2 fotografias, p&b.

GARCIA, Carlos. **O que é o Nordeste Brasileiro**. Brasiliense, 2017. E-book. Disponível em: <https://ler.amazon.com.br/?asin=B074JKWTC6>. Acesso em 10 jan. 2021.

GONZAGA, Luiz. **A triste partida**. RCA Victor: 1964. 8m;50s

GROSSI, Yonne. FERREIRA, Amauri. **Razão narrativa: significado e memória**. História Oral. (4). São Paulo: ABHO, 2001.

- GUERRA, Paulo de Brito. **A civilização da seca**. Fortaleza: DNOCS, 1981.
- IBGE. [Comunidade Garapa em destaque no mapa do município de Fronteiras – PI]. 2021. 6 fotografias, p&b.
- IBIAPINA, Fontes. **Chão de Meu Deus**. 2. ed. Teresina: Caderno de Letras Meridiano, 1965.
- INOJOSA, Aluisio. **Quando flora o mandacaru: meteorologia popular**. Recife: Editores Inojosa, 1980.
- LINHARES, Maria Yedda. História agrária. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997. p. 165-184.
- LUZ, Bruno Santos. **Combate à seca em picos nos anos 80: políticas públicas e os relatos de quem participou das frentes de emergência/ Bruno Santos Luz**. Monografia (Graduação em História) Universidade Federal do Piauí – Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, 2013.
- MAGALHÃES, J. **Previsões Folclóricas das secas e dos invernos do Nordeste**. Brasileiro - Imprensa Universitária do Ceará. Fortaleza – CE. 1963, pp. 98 a 137. In: 12º Livro das Secas. Vinght – Rosado (seleção e organização). Edição especial para o acervo virtual Oswaldo Lamartine de Faria.
- MARTINS, Erilene de Sousa; SANTOS Raimundo Nonato Lima dos. **Representação da realidade tangível: a música como produtora de sentidos para a cidade real**. In: SANTOS Raimundo Nonato Lima dos (org.). **Cidades brasileiras**. Teresina-PI, EDUFPI, 2019. P. 245-262. (Coleção: As cidades de Clio: abordagens históricas sobre o urbano, vol. 1)
- MEDEIROS, Raimundo Mainar de. Variabilidade pluviométrica entre regimes diferenciados de precipitação no estado do Piauí. In: **Revista Brasileira de Geografia Física**, v.06, n.05, 1463-1475, 2013.
- MONTENEGRO, A. F. **Ceará e profeta de chuva**. Fortaleza: Edições UFC/Banco do Nordeste, 2008.
- MURILO, Caio. [Macambira em meio a vegetação seca do sertão] Designi. Disponível em: <https://www.designi.com.br/214d0c60528e65f4>. Acesso em 24/05/2023. 7 fotografias, p&b.
- MURILO, Caio. [Mandacaru em meio a vegetação seca.]. Designi. Disponível em: <https://www.designi.com.br/5bfe5c971767e7ac>. Acesso em 24/05/2023. 8 fotografias, p&b.
- NATUREZA Bela. [Semente de mucunã]. Natureza Bela. 2012. Disponível em: <https://www.naturezabela.com.br/2012/01/mucuna-mucuna-pruriens.html>. Acesso em: 24/05/2023. 9 fotografias, p&b.
- NO Piauí é Assim. [Açude público Barreiras, Fronteiras-PI]. Fronteiras (PI), Facebook, 2017. Disponível em: https://www.facebook.com/nopiauieassim/?locale=pt_BR. Acesso em: 24/05/2023. 5 fotografias, p&b.
- OLIVEIRA, Ana Stela de Negreiros. **O povoamento colonial do Sudeste do Piauí: indígenas e colonizadores, conflitos e resistência**. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2007.
- PEREIRA, Edgar. **Entrevista concedida a Nívia dos Santos Bezerra Ribeiro**. Teresina-PI, 17 set. de 2014. 1 Arquivo vídeo, 10 minutos.

- PEREIRA, Edgar. **Macambira em Floração**. Academia piauiense de Letras. Picos – PI, 1982.
- PIMENTA, Caroline Luz. [Gorgulho no feijão]. Maneje Bem. 2023. Disponível em: <https://www.manejebem.com.br/doenca/praga-gorgulho-do-feijao-de-corda>. Acesso em: 24/05/2023. 10 fotografias, p&b.
- POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. In. Revista estudos históricos, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.
- QUEIROZ, Rachel de. **O quinze**. 77. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004.
- RIBEIRO, Nívia dos Santos Bezerra. **Sobre fronteiras: memórias de uma cidade piauiense**. Universidade de Brasília. Brasília, 2014. Disponível em: <http://fronteirasdoc.com>
- SILVA, Ângelo Amaro da. [Documento de compra de posse de terra do senhor Amaro Raimundo da Silva.]. Arquivo pessoal, 1954. 4 fotografias, color.
- SILVA, Ângelo Amaro da. **Entrevista concedida a Thiago Marivaldo da Silva**. Fronteiras-PI, 14 fev. de 2023. 1 arquivo áudio, 25 minutos.
- SILVA, José Honorato da. **Entrevista concedida a Thiago Marivaldo da Silva**. Fronteiras-PI, 14 fev. de 2023. 1 arquivo áudio, 32 minutos.
- SILVA, Maria Vitalina de Jesus. **Entrevista concedida a Thiago Marivaldo da Silva**. Fronteiras-PI, 14 fev. de 2023. 1 arquivo áudio, 37 minutos.
- SILVA, Matias Joaquim da. **Entrevista concedida a Thiago Marivaldo da Silva**. Fronteiras-PI, 14 fev. de 2023. 1 arquivo áudio, 35 minutos.
- SILVA, Neusiene Medeiros da; ANDRADE, Anna Jéssica Pinto de; ROZENDO, Cimone. 'Profetas da chuva' do Seridó potiguar. In: Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. **Ciências Humanas**, v. 9, p. 773-795, 2014.
- SILVA, Neusiene Mendeiros. [Cronologia das secas no Nordeste]. In. Experiências de inverno no Seridó Potiguar. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2013.
- SILVA, Neusiene Mendeiros. **Experiências de inverno no Seridó Potiguar**. 2013. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2013.
- SILVA, Thiago Marivaldo da. [Ancas do senhor Matias Joaquim da Silva]. Arquivo pessoal, 2023. 5 fotografias, color.
- SILVA, Thiago Marivaldo da. [Arado do senhor Matias Joaquim da Silva]. Arquivo pessoal, 2023. 1 fotografia, color.
- SILVA, Thiago Marivaldo da. [Local de desmatção sobre solo majoritariamente rochoso para o plantio de culturas tais como feijão e milho]. Arquivo pessoal, 2023. 2 fotografias, color.
- SILVA, Thiago Marivaldo da. [Plantação de milho do senhor Matias Joaquim da Silva]. Arquivo pessoal, 2023. 3 fotografias, color.
- SILVA, Thiago Marivaldo da. [Rebanho bebendo água na barragem do Garapa]. Arquivo pessoal, 2023. 7 fotografias, color.
- SILVA, Thiago Marivaldo da. [Tubo do senhor Matias Joaquim.]. Arquivo pessoal, 2023. 6 fotografias, color.

SILVA, V. M. A. MEDEIROS, R. M. SANTOS, D. C. GOMES FILHO, M. F. Variabilidade pluviométrica entre regimes diferenciados de precipitação no Estado do Piauí. **Revista Brasileira de Geografia Física**. Recife -PE, 2013. p.1463 -1475.

TUAN, Yi Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. SciELO-EDUEL, 2012.

VILLA, Marco Antônio. **Vida e morte no sertão**. São Paulo: Ática, 2000.

VILLA, Marco Antônio. **Vida e morte no sertão**: história das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX. São Paulo: Ática, 2000.

WIKIAVES. [Saracura-três-potes (*Aramides cajaneus*)]. LEBOWKI. Disponível em: <http://www.wikiaves.com.br/wiki/saracura-tres-potes>. Acesso em 05/07/2023. 11 fotografias, p&b.

WIKIPÉDIA. [Localização da cidade de Fronteiras-PI (em destaque)]. Wikipédia. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Fronteiras_\(Piau%C3%AD\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Fronteiras_(Piau%C3%AD)). Acesso em: 23/05/2023. 1 fotografias, p&b.



**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DIGITAL NA BIBLIOTECA
“JOSÉ ALBANO DE MACEDO”**

Identificação do Tipo de Documento

- () Tese
 () Dissertação
 (X) Monografia
 () Artigo

Eu, Thiago Marivaldo da Silva, autorizo com base na Lei Federal nº 9.610 de 19 de Fevereiro de 1998 e na Lei nº 10.973 de 02 de dezembro de 2004, a biblioteca da Universidade Federal do Piauí a divulgar, gratuitamente, sem ressarcimento de direitos autorais, o texto integral da publicação Seca, fé e resistência: cotidiano e imaginário da sobrevivência à seca, na cidade de Fronteiras-PI (comunidade garapa), na segunda metade do século XX, de minha autoria, em formato PDF, para fins de leitura e/ou impressão, pela internet a título de divulgação da produção científica gerada pela Universidade.

Picos-PI, 22 de Setembro de 2023.

Thiago Marivaldo da Silva
Assinatura

Thiago Marivaldo da Silva
Assinatura